

PEDES

PLANO ESTRATÉGICO DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

**RELATÓRIO ANUAL DE
ACOMPANHAMENTO DO PEDES
2024**

Secretaria de
Planejamento
e Gestão



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



PLANO ESTRATÉGICO DE
**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

**RELATÓRIO ANUAL DE
ACOMPANHAMENTO DO PEDES**
2024

Secretaria de
Planejamento e Gestão



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Governador

Cláudio Bomfim de Castro e Silva

Vice-Governador

Thiago Pampolha Gonçalves

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Adilson de Faria Maciel

Subsecretário de Planejamento Estratégico

João Roberto Cardoso

Equipe técnica

Alberto Motta França

Aline Christina Meira Campelo Caruso

Amilsem de Aguiar Muzer Junior

Bianca Ottoni Lourenço Ferreira

Carolina Amorim da Cruz Souza

Desirée Rosalino Marques

Eduardo Duprat Ferreira de Mello

Erick Buonocore Nunes Penedo

Ísis Mathias de Lima

José Luiz Rodrigues de Oliveira

José Marcello Alevato Fili

Juliana Alves da Silva

Katiana dos Santos Teléfora

Leandro da Silva Torquato

Leandro Galheigo Damaceno

Luciana Ferreira de Almeida

Luciana Pereira Leis

Marcos Thimoteo Dominguez

Marcos Vinicius Ferreira de Godoy

Maria Clara Telles

Nielson Cesar de Oliveira

Pedro Alexandre Padilha Migão

Vanessa de Amorim Pereira Cortes

Estagiários

Ana Clara Mantovani França

Luiz Felipe Santos Ribeiro

Mario de Castro Amaral Kemper

Pedro Vitor Medeiros de Menezes Costa

Setembro de 2024

SUMÁRIO

Introdução	08
1 Ciclo PEDES	11
2 Dimensão intragovernamental	15
2.1 Proposta metodológica de monitoramento e avaliação do PEDES em sua dimensão intragovernamental	15
2.1.1 Indicadores de missão e de objetivo específico	17
2.1.2 Classificação de indicadores de acordo com o nível de responsabilidade do estado em relação ao resultado	18
2.1.3 Estágios de desenvolvimento dos indicadores de objetivo específico	20
2.1.4 Análise e interpretação dos resultados dos indicadores	22
2.2 Andamento das atividades relativas à dimensão intragovernamental do PEDES	24
2.2.1 Elaboração das novas missões	24
2.2.2 Desenvolvimento dos indicadores do PEDES	25
2.2.3 Mapeamento de entregas de órgãos setoriais com reflexo no PEDES	27
3 Dimensão territorial do desenvolvimento	29
3.1 Breve panorama da produção interna e estrutura produtiva	29
3.1.1 Perfil da mão de obra empregada no ERJ	31
3.2 Dinâmica do emprego por atividades econômicas nas regiões do ERJ	37
3.2.1 Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)	38
3.2.2 Região do Médio Paraíba	41
3.2.3 Região Norte Fluminense	43
3.2.4 Região das Baixadas Litorâneas	45
3.2.5 Região Serrana	47
3.2.6 Região Centro-Sul Fluminense	49
3.2.7 Região Noroeste	51
3.2.8 Região da Costa Verde	53
3.3 Complexos Econômicos e o Índice de Relevância Territorial	55
3.3.1 Índice de Relevância Territorial (IRT)	55

3.3.2 Análise estadual do IRT	58
3.3.3 Análise regional do IRT	61
3.3.3.1 Região da Costa Verde	61
3.3.3.2 Região Centro-Sul Fluminense	64
3.3.3.3 Região Metropolitana	67
3.3.3.4 Região do Médio Paraíba	71
3.3.3.5 Região Norte Fluminense	75
3.3.3.6 Região Noroeste	78
3.3.3.7 Região Serrana	81
3.3.3.8 Região das Baixadas Litorâneas	86
3.3.4 Insumos para as ações estratégicas do PEDES	89
4 Caminhos para o desenvolvimento do ERJ a partir de ações estratégicas	90
4.1 Critérios para definição das ações estratégicas e insumos à tomada de decisão e priorizações	91
4.2 Caminhos estratégicos para o desenvolvimento do ERJ: acompanhamento das propostas do PEDES	92
4.2.1 Reindustrialização como estratégia de adensamento produtivo	92
4.2.2 Consolidação da plataforma logística como estratégia de integração regional	95
4.2.3 Implementação dos Sistemas Regionais de Inovação (SRI) como estratégia de desenvolvimento de CT&I	98
4.2.4 Produção agroflorestal e pecuária como estratégia de desenvolvimento sustentável	100
4.2.5 Construção de governanças territoriais como estratégia de desenvolvimento urbano-regional fluminense	104
Considerações finais	107
Referências bibliográficas	108
Anexo I: Atividades realizadas no âmbito do PEDES	110
Anexo II: Associação PEDES - Produtos PPA	112

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como fundamento legal o inciso III do artigo 3º da Lei nº 10.266, de 28 de dezembro de 2023, que estabelece, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro – PEDES:

III- Anualmente, por ocasião do encaminhamento dos projetos de lei do orçamento anual e de revisão do plano plurianual, o Poder Executivo deverá enviar à Assembleia Legislativa relatório pormenorizado de avaliação das ações de execução do PEDES, contendo indicadores de desempenho capazes de medir a qualidade do diagnóstico das fragilidades e potencialidades da situação socioeconômica fluminense, a pertinência do seu desafio estratégico, de suas premissas, diretrizes, missões e eixos estratégicos, bem como da eficiência e eficácia das políticas públicas que lhe dão concretude.

Faz-se mister algumas considerações a respeito da gênese do relatório que será encaminhado em relação ao que é estabelecido no dispositivo legal. O comando do legislador trouxe para o inciso em questão uma avaliação da qualidade e da pertinência dos principais elementos estruturantes do PEDES, a saber: o desafio enunciado, as premissas do Plano, as diretrizes, missões e eixos estratégicos estabelecidos. Cumpre ressaltar que o PEDES se trata de um plano de longo prazo cujo horizonte temporal é de oito anos, **devendo ser revisado a cada quatro anos**, conforme caput do mesmo dispositivo. À luz do processo de elaboração do PEDES, bem como de seu caráter estrutural de longo prazo, compreendemos que uma avaliação sobre a qualidade e pertinência dos elementos estruturais do plano só deve ser empreendida temporalmente conforme o disposto no caput do artigo 3º ou nas hipóteses previstas no inciso I do mesmo artigo, a saber:

Art. 3º: O PEDES terá a duração de 8 (oito) anos, devendo ser revisado a cada 4 (quatro) anos, na forma de Projeto de Lei, observando o processo de monitoramento e avaliação de resultados das suas ações.

I-Podem ser realizadas revisões fora dos períodos estabelecidos no caput em decorrência de:

- a) Aprimoramento do processo de monitoramento e avaliação de resultados;
- b) Cenários e situações novas e relevantes não previstas quando da elaboração do PEDES; e
- c) Indicações nesse sentido constantes do relatório anual previsto no inciso III.

De qualquer forma, a necessidade de elaboração das missões 9 e 10 que não constavam inicialmente do escopo das missões estabelecidas enseja uma nova versão

consolidada do PEDES a ser oportunamente disponibilizada pelo Poder Executivo. No momento de envio deste relatório, também serão encaminhados para apreciação os relatórios das Câmaras Técnicas para a elaboração das missões 9 e 10, que desdobram os enunciados estabelecidos nos incisos IX e X do artigo 9º da supracitada lei.

Quanto aos indicadores de desempenho capazes de medir a eficiência e eficácia das políticas públicas, conforme estabelece a parte final do inciso III do art. 3º, cabe destacar a natureza dos indicadores estabelecidos no PEDES a partir da literatura de classificação de indicadores de acordo com o fluxo de implementação de políticas públicas – intrinsicamente relacionados às dimensões do resultado e do impacto – ou de acordo com a avaliação de desempenho – intrinsicamente relacionado com a dimensão da efetividade. As dimensões da eficiência e da eficácia na avaliação de desempenho das políticas guarda maior pertinência com a produtividade alcançada do ponto de vista do uso do recurso e do nível de atingimento das metas das entregas previstas, respectivamente. Portanto, não é adequado uma avaliação de desempenho dos elementos do PEDES sob a ótica da eficiência e eficácia, cabendo essa função aos instrumentos de planejamento já consagrados no ordenamento jurídico brasileiro, quais sejam, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, respectivamente ajustadas às diretrizes estabelecidas pelo PEDES.

Feitas essas considerações iniciais, passamos a indicar a estrutura e os elementos constantes desse relatório.

O relatório está estruturado em quatro capítulos. O capítulo 1 traz como estão estruturadas as três dimensões de trabalho do ciclo do PEDES, explicitando as principais instâncias de atuação e as formas de atuação que terão como resultado as atividades e produtos associados à implementação e monitoramento do PEDES. Por se tratar do primeiro relatório anual do instrumento, este capítulo tem como propósito delimitar o campo de atuação do trabalho para os próximos anos.

Os dois capítulos seguintes traduzem duas das três¹ dimensões de trabalho sob as quais o ciclo do PEDES está estruturado: a dimensão intragovernamental e a dimensão territorial do desenvolvimento. No capítulo que trata da dimensão intragovernamental,

¹ A terceira dimensão está relacionada aos processos internos de trabalho que compõem as etapas do ciclo PEDES, como está descrito no capítulo 1.

será abordada de que forma as missões do PEDES estão desdobradas nas diretivas, nos objetivos específicos e nos indicadores de monitoramento das missões e dos objetivos específicos, incluindo o mapeamento do estágio de desenvolvimento desses indicadores e das entregas dos órgãos setoriais a partir da associação das ações e produtos do PPA com as missões do PEDES.

Já o capítulo da dimensão territorial do desenvolvimento procura desenvolver como os dois eixos estratégicos de ação estabelecidos no PEDES se articulam, a saber, “O desenvolvimento territorial integrado” e “A ciência, tecnologia e inovação como principal vantagem competitiva econômica para o Estado do Rio de Janeiro”². Nesse sentido, o capítulo resgata a metodologia do Índice de Relevância Territorial (IRT) já apresentada anteriormente através da Nota Técnica nº 002/2022/SUBPLE³ para estabelecer alguns parâmetros de acompanhamento dos setores da economia fluminense mais relevantes, levando em conta as possibilidades de articulação aos sistemas de inovação, à capacidade geradora de emprego e adensamento produtivo, e ao potencial indutor do desenvolvimento regional.

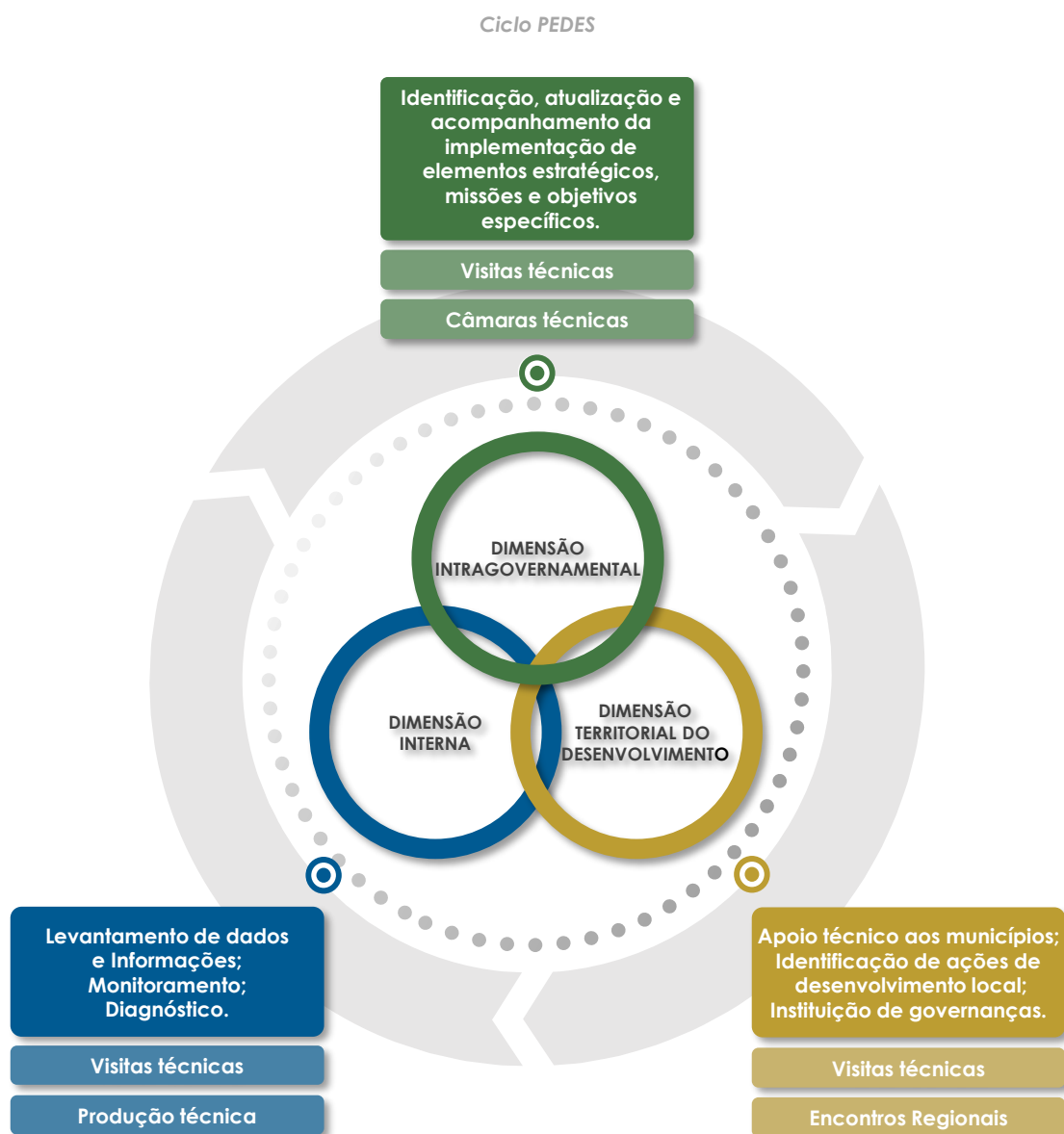
Por fim, o capítulo 4 estabelece caminhos para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro através de um conjunto não exaustivo de ações estratégicas definidas a partir de critérios e metodologia estabelecidas. Os caminhos de desenvolvimento, assim, representam as estratégias e as possibilidades de mudanças de longo prazo que, a partir de diretrizes, iniciam-se pelo agrupamento de ações estratégicas sinérgicas, cujos escopos seriam de curto e médio prazo. Essa interseção temporal, entre o curto e médio prazo, é etapa necessária para se alcançar, concretamente, caminhos para superação dos problemas socioeconômicos de ordem estrutural do estado.

² Art.10º da Lei 10.266/2023.

³ Disponível em: https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-Competitividade.SEI-120001_007617_2022.pdf.

1 CICLO PEDES

O ciclo do PEDES é composto por três dimensões de trabalho que abarcam as principais atividades e produtos gerados a partir da implementação e monitoramento do instrumento. Essas dimensões, que se retroalimentam constantemente, não possuem nem um caráter sequencial e nem são estanques, havendo uma série de intersecções entre elas. As formas de atuação de cada uma delas possui caráter próprio, mas podem ocorrer de maneira simultânea.



Fonte: Elaboração própria.

A **Dimensão Interna** de trabalho diz respeito a algumas das competências da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG estabelecidas no artigo 19 da Lei nº 10.266 de 2023 que instituiu o PEDES. Conforme se depreende do dispositivo legal, cabe à SEPLAG o desenvolvimento da metodologia para o monitoramento e avaliação dos resultados da implementação das ações decorrentes do PEDES; propor o aperfeiçoamento dos procedimentos de elaboração do PEDES e dos produtos decorrentes; promover a revisão quadrienal e demais revisões, se houver, de acordo com o artigo 3º desta lei e; publicar em sítio eletrônico relatórios sobre o monitoramento e avaliação da implementação do PEDES.

Além disso, cabe à SEPLAG, como órgão central de planejamento do Estado, promover o alinhamento e a compatibilização entre os instrumentos de planejamento, quais sejam: o PEDES, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse sentido, o PEDES, como ferramenta de planejamento estratégico governamental de longo prazo, deve orientar a elaboração dos demais instrumentos para refletir em ações e produtos entregues pelo Estado para o seu desenvolvimento regional socioeconômico inovativo e sustentável.

A **Dimensão Intragovernamental** do ciclo PEDES abarca as instâncias constituídas e os processos realizados prioritariamente por órgãos do Poder Executivo estadual – mesmo que com a eventual participação de terceiros. Nesse sentido, cabe à SEPLAG – de acordo com o Decreto nº 48.404, de 16 de março de 2023, art. 7º – promover as articulações intersetoriais necessárias para a viabilização do plano, bem como para o monitoramento e avaliação de seus resultados.

Pode-se destacar três atividades promovidas pela SEPLAG junto aos órgãos setoriais que fazem parte da dimensão intragovernamental do ciclo PEDES:

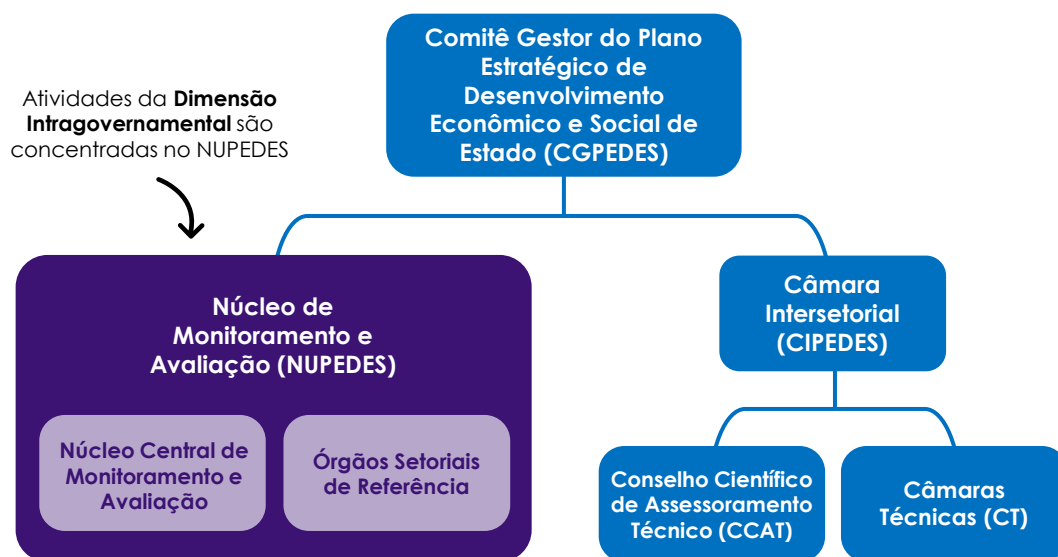
- a definição ou construção de indicadores para monitorar os objetivos específicos do Plano;
- o monitoramento e análise dos resultados de indicadores; e
- o acompanhamento e avaliação do andamento das missões.

Atividades como as citadas são promovidas pela SEPLAG por meio de visitas técnicas – nos casos em que a discussão é mais pontual, envolvendo um só órgão ou Secretarias e suas entidades vinculadas – ou pela constituição de Câmaras Técnicas, quando a discussão envolve vários órgãos em torno de um assunto comum, como o

andamento de uma missão do PEDES, resultados de um objetivo específico ou iniciativas que componham uma ação estratégica, por exemplo.

É importante destacar que a interlocução com os órgãos se dá principalmente no âmbito do Núcleo de Monitoramento e Avaliação do PEDES (NUPEDES), regulamentado pela Resolução SEPLAG nº 319, de 13 de agosto de 2024. O Núcleo faz parte da estrutura de governança do Plano e é composto por duas instâncias para o desenvolvimento de suas atividades: o Núcleo Central de Monitoramento e Avaliação, composto por integrantes da Subsecretaria de Planejamento Estratégico da SEPLAG, e representantes de órgãos setoriais de referência – que são os órgãos do Poder Executivo estadual responsáveis por indicadores de objetivo específico do PEDES ou por iniciativas com reflexo nas missões, diretivas, objetivos ou ações estratégicas do Plano.

Estrutura de governança do PEDES ⁴



Fonte: Elaboração própria.

⁴ A estrutura de governança do PEDES está prevista no Decreto nº 48.405, de 16 de março de 2023.

No caso da **Dimensão Territorial do Desenvolvimento**, trata-se de uma dimensão que visa aproximar o planejamento territorial do funcionamento das estruturas produtivas regionais e das economias locais do estado. O principal desafio, nesse sentido, é a coordenação de decisões envolvendo diversos atores, públicos e privados, para criar novas vantagens competitivas específicas que estimulem a interrelação entre setores econômicos, o que acarretaria no fortalecimento do sistema econômico estadual e o aumento do bem-estar social.

Além disso, como forma de dialogar com as propostas das missões, é necessário avaliar os potenciais de dinamização da economia fluminense em um contexto de recursos públicos escassos, mas que podem ser expandidos por meio do direcionamento da capacidade indutora do governo do estado do Rio de Janeiro (ERJ). Afinal, algumas estratégias de crescimento econômico possuem mais efeitos virtuosos do que outras, seja em termos de seu atendimento a objetivos socioambientais, seja em termos do quanto retroalimentam as próprias capacidades de investimentos públicos e privados.

Um plano de desenvolvimento, então, deve buscar as sinergias entre as cadeias produtivas e os parâmetros estruturais da política regional; entre a sustentabilidade ambiental e o dinamismo do mercado de trabalho; entre a base produtiva e as formas de ocupação urbana; entre o aproveitamento econômico das bases de conhecimento e a possibilidade de desenvolver os sistemas regionais de inovação.

Tendo essas questões como norte, a Dimensão Territorial do Desenvolvimento do ciclo PEDES envolverá duas atividades: (I) identificar os setores econômicos relevantes nas regiões fluminenses, permitindo analisar como a dinâmica da estrutura produtiva pode contribuir, de fato, para o alcance das missões e para a consolidação dos complexos econômicos no estado; e (II) fomentar o diálogo e a capacidade de propor ações estratégicas de desenvolvimento regional, por meio da criação de espaços de discussão que possam contar com a presença e com a participação de prefeituras, instituições de pesquisa e inovação, grupos de empresários e produtores, áreas de governo e demais atores da sociedade civil.

2 DIMENSÃO INTRAGOVERNAMENTAL

Uma das premissas fundamentais do PEDES é a **gestão baseada em evidências**. Na administração pública, esse modelo de gestão, em resumo, se utiliza de teorias baseadas em dados para explicar fenômenos sociais, planejar políticas públicas e avaliar a efetividade de iniciativas governamentais.

Essa premissa norteou a elaboração do PEDES desde o início, quando, para subsidiar a construção de um diagnóstico socioeconômico do estado do Rio de Janeiro, foram mapeados e sistematizados dados quantitativos públicos, abrangentes e territorializados. O diagnóstico foi construído, portanto, com base na análise e interpretação de evidências.

A partir do diagnóstico e da identificação do desafio a ser enfrentado pelo estado, foram definidas as missões do PEDES, desdobradas em diretivas e objetivos específicos. Considerando novamente a premissa da gestão baseada em evidências, foram selecionados indicadores para medir o avanço dos objetivos específicos e, em longo prazo, das missões. A estruturação do Plano nesse formato permite que o PEDES possa ser monitorado e avaliado em diversos níveis – o que é fundamental, levando em conta a complexidade do desafio.

Desdobramento das missões no PEDES



Fonte: Elaboração própria.

2.1 Proposta metodológica de monitoramento e avaliação do PEDES em sua dimensão intragovernamental

Pretende-se abordar neste capítulo a proposta de monitoramento e avaliação do PEDES, profundamente calcada na premissa da gestão baseada em evidências. Nesse

sentido, cabe destacar as classificações dos indicadores, as particularidades de um plano orientado por missões – como é o caso do PEDES –, as condições de interpretação dos resultados dos indicadores e as responsabilidades pelo monitoramento e avaliação, em seus diferentes níveis.

Com essa discussão, espera-se alinhar o entendimento em relação ao acompanhamento do plano – que pressupõe a construção de uma governança de caráter colaborativo, articulando atores de múltiplas instituições e da sociedade.

Antes de discutir os indicadores do PEDES, no entanto, é importante conceituar brevemente as tipologias de indicadores mais utilizadas no setor público, de modo a evitar entendimentos divergentes:

Classificação de indicadores de acordo com o fluxo de implementação de políticas públicas

Entre as várias formas de classificar indicadores, a do fluxo de implementação é bastante utilizada no ciclo da gestão pública por facilitar o monitoramento dos vários estágios da implementação de políticas e programas. Em tal classificação, os conjuntos de indicadores podem ser categorizados como:

Indicadores de insumo: mensuram os recursos – humanos, materiais, financeiros, etc. – disponíveis para a implementação de um programa.

Indicadores de processo: medem se o programa está sendo implementado como planejado, de acordo com recursos e cronograma previstos, permitindo que os responsáveis interfiram a tempo de contornar possíveis entraves.

Indicadores de produto: monitoram a quantidade e qualidade das entregas do programa.

Indicadores de resultado: mensuram os resultados decorrentes da implementação de um programa ou política pública, permitindo a verificação de sua efetividade em relação ao problema que se propôs a resolver. Em geral podem ser aferidos em curto ou médio prazo.

Indicadores de impacto: são medidas de natureza abrangente e multidimensional, úteis para analisar cenários, verificar tendências e acompanhar mudanças de contexto em médio ou longo prazo. Costumam ser impactados por uma série de políticas, com contribuições de diversos atores em diferentes níveis.

Classificação de indicadores de avaliação de desempenho

Uma das formas mais conhecidas de classificação de indicadores no setor público é relativa à avaliação de desempenho, com foco em recursos alocados e resultados alcançados, na qual os indicadores são organizados como:

Economicidade: mensura os gastos envolvidos na obtenção dos insumos necessários para implementar as ações planejadas.

Eficiência: mede a produtividade alcançada, ou seja, o quanto se conseguiu produzir com os recursos disponibilizados.

Eficácia: quantifica o nível de atingimento das metas em relação ao que foi planejado. É tipicamente um indicador de produto, mensurando se as entregas previstas se concretizaram.

Efetividade: mede os efeitos da implementação da política na realidade que ela pretendia modificar. É tipicamente um indicador de resultado (quando mensura os efeitos mais diretos) ou de impacto (quando mensura as contribuições da política de forma mais ampla).

Apresentadas as tipologias de indicadores mais utilizadas no setor público, passa-se agora às classificações de indicadores utilizadas no PEDES.

2.1.1 Indicadores de missão e de objetivo específico

Na dimensão institucional do PEDES, indicadores são usados para acompanhar o andamento das missões e dos objetivos específicos.

No caso das **missões**, eles se subdividem em **indicadores principais** – que apresentam uma visão contextual do cenário ligado à missão, retratando questões estruturais e de mudanças de longo prazo – e **indicadores complementares**, que apoiam a análise do indicador principal, de modo a ampliar o ângulo de observação para formar uma perspectiva suficiente do contexto relacionado à missão. Esses indicadores, portanto, são tipicamente **indicadores de impacto**.

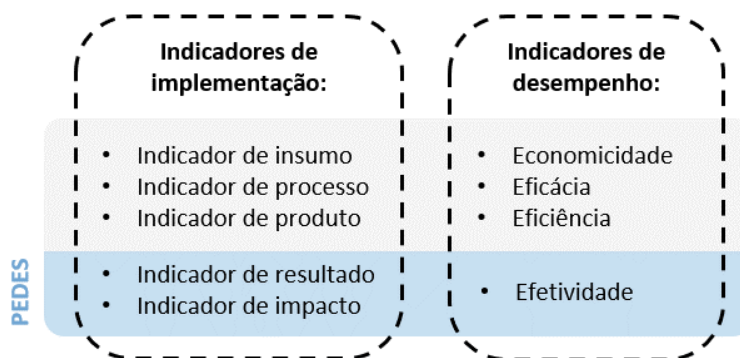
Já em relação ao objetivo específico, os indicadores geralmente buscam mensurar aspectos mais pontuais das missões, conferindo-lhes um maior grau de

concretude e objetividade. Assim, os **indicadores de objetivo específico** seriam, na maior parte das vezes, **indicadores de resultado**.

Cabe pontuar que, no estágio atual do PEDES, nem todo objetivo tem uma ação correspondente. Foram mapeadas diversas iniciativas de órgãos estaduais que colaboram para o atingimento de objetivos específicos – e nesses casos o indicador reflete o resultado da implementação das iniciativas. Mas existem alguns objetivos específicos cujas iniciativas correspondentes ainda não foram mapeadas. Em casos como esses, os indicadores podem ser utilizados para acompanhar o cenário enquanto o estado não desenvolve – ou articula – uma ação que possa contribuir para o atingimento do objetivo específico.

Em todo caso, levando em conta as classificações apresentadas, já se pode chegar a uma primeira constatação em relação à metodologia de monitoramento e avaliação proposta: **os indicadores do PEDES são indicadores de resultado e de impacto – e, portanto, de efetividade.**

Indicadores do PEDES em relação às tipologias mais comuns



Fonte: Elaboração própria.

2.1.2 Classificação de indicadores de acordo com o nível de responsabilidade do estado em relação ao resultado

O PEDES adota a metodologia das Políticas Orientadas por Missões (POM), que pode ser entendida como a utilização do conhecimento científico para responder a grandes desafios ou solucionar grandes problemas. A POM é uma forma de enfrentar os

desafios que, em uma sociedade complexa, são sistêmicos, cabendo ao Estado esse papel mobilizador em torno do que se quer atingir. Assim, o Estado tem um papel ativo de coordenar uma pauta comum aos setores público e privado.

Por essa característica, para se atingir as missões, diretrizes e objetivos específicos do PEDES, é preciso articular uma série de atores para além do Poder Executivo estadual. Certos objetivos específicos fundamentais para a concretização de uma missão podem ser atingidos por meio de iniciativas implementadas – ao menos parcialmente – pela União, por municípios, sociedade civil, comunidade científica, ou entes privados, por exemplo, ou ainda pelos Poderes Legislativo ou Judiciário.

Consequentemente, é preciso levar em conta essa dinâmica complexa ao lidar com os indicadores do PEDES, classificando-os também de acordo com o **nível de responsabilidade do estado em relação ao resultado monitorado**. Tem-se assim:

Indicador de resultado direto: mensura o resultado de entregas ou atribuições do estado.

Indicador de resultado indireto: mensura o resultado de articulação, incentivo ou estímulo do estado. Pode mensurar também o resultado de um conjunto compartilhado de entregas, realizadas tanto pelo estado quanto por terceiros.

Indicador de acompanhamento: pode retratar a conjuntura geral, mensurar o resultado de ações ou entregas de terceiros, ou, ainda, refletir o impacto de ações de múltiplos entes.

Classificação dos indicadores quanto ao nível de responsabilidade do estado

	Definições	Exemplos PEDES
Resultado Direto	Mensura o resultado de entregas ou de atribuições do estado.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de municípios do ERJ que atingiram a meta projetada para o IDEB para o ensino médio na rede pública
Resultado Indireto	Mensura o resultado de articulação, incentivo ou estímulo do estado; ou o resultado de um conjunto compartilhado de entregas, realizadas tanto pelo estado quanto por terceiros.	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura da Atenção Primária à Saúde • Proporção da população elegível incluída no Programa Bolsa Família
Acompanhamento	Retrata a conjuntura geral; reflete o impacto de ações de múltiplos entes; ou mensura o resultado de ações ou entregas de terceiros.	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de Desenvolvimento Humano • Número de municípios do ERJ que atingiram a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) para atendimento de vagas em creche

Fonte: Elaboração própria.

2.1.3 Estágios de desenvolvimento dos indicadores de objetivo específico

Embora uma das principais premissas do PEDES seja a gestão baseada em evidências, os dados públicos existentes e informações específicas sobre o Estado do Rio de Janeiro são insuficientes para acompanhar a evolução do Plano. Em vez de utilizar indicadores aproximados, que poderiam não mensurar adequadamente o nível de atingimento dos objetivos, optou-se por propor a construção de alguns indicadores – já que existe uma produção expressiva de dados estatísticos e registros administrativos no estado, embora não sistematizados.

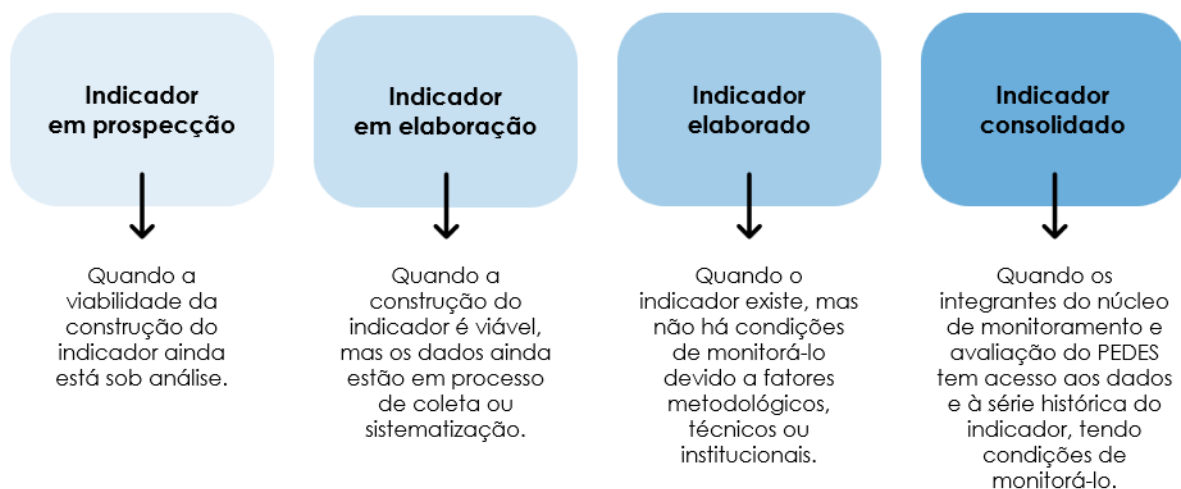
A produção e o consumo de informação são estratégicos para a atuação qualificada dos órgãos setoriais. Assim, ao estimular e apoiar os órgãos na construção de

indicadores, o PEDES pode contribuir para impulsionar a retomada da capacidade de produção de informações no estado – o que é um ganho por si só. Além de permitir o monitoramento adequado do Plano, os novos dados serão divulgados e poderão subsidiar, por exemplo, planejamentos municipais.

Há ainda um ponto a destacar, a ser abordado com profundidade no capítulo seguinte: a necessidade de se construir conhecimento territorial sistematizado sobre o Estado do Rio de Janeiro de modo que seja possível produzir uma análise espacial dos indicadores estratégicos. Sempre que possível, busca-se obter bases com desagregação por município ou com informação territorial georreferenciada. Desse modo, a partir do início das discussões sobre o PEDES, passou-se a estimular entre os órgãos setoriais a sistematização de dados territorializados com vistas ao aperfeiçoamento de seus indicadores.

Partindo desse cenário, pode-se classificar os indicadores do PEDES – notadamente os de objetivo específico – de acordo com seu **estágio de desenvolvimento**:

Classificação dos indicadores quanto ao estágio de desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria.

2.1.4 Análise e interpretação dos resultados dos indicadores

O monitoramento de indicadores em programas e políticas públicas pode ter vários usos. Indicadores de economicidade e de eficiência são essenciais para que órgãos de controle possam zelar pela qualidade do gasto público, por exemplo. Já os indicadores de processo e de produto são fundamentais para que o órgão responsável por uma iniciativa identifique obstáculos a tempo de corrigir os rumos da execução.

Se as entregas dos órgãos setoriais se concretizarem no prazo e com a qualidade previstos, é esperado que elas gerem os resultados positivos planejados. O monitoramento de indicadores do PEDES (de resultado e de impacto) deve ser usado, portanto, para aferir se os benefícios decorrentes das entregas do estado foram os esperados, e em que grau.

Embora à primeira vista a teoria pareça simples, a realidade da implementação de políticas públicas é bem mais desafiadora, já que os resultados são influenciados por uma série de variáveis externas. No caso das políticas orientadas por missões o cenário é ainda mais complexo, já que o envolvimento de atores de outros níveis de governo e poderes é fundamental para o andamento do plano.

Os indicadores do PEDES, portanto, são recortes que devem ser analisados e interpretados por equipes interdisciplinares que incluam especialistas na área de conhecimento à qual o indicador se refere.

Conforme estabelecido no art. 3º do Decreto nº 48.405, de 16 de março de 2023, que dispõe sobre a estrutura de governança do PEDES, foi instituído o Núcleo de Monitoramento e Avaliação (NUPEDES) – uma instância consultiva, permanente e de assessoramento técnico ao Comitê Gestor do Plano Estratégico (CGPEDES) – por meio da resolução SEPLAG 319, de 13 de agosto de 2024.

O NUPEDES é formado por integrantes da SEPLAG – órgão responsável pela coordenação do PEDES – e dos órgãos de referência dos indicadores, podendo convidar em suas Câmaras Técnicas representantes de outros órgãos ou de outros entes, por exemplo.

O decreto nº 48.405, de 16 de março de 2023, também estabelece na estrutura de governança do PEDES a criação do Conselho Científico de Assessoramento Técnico (CCAT), composto por representantes das instituições de ensino superior com sede no

ERJ, especialistas associados a grupos de pesquisa ou organizações não governamentais e pelo órgão estadual de fomento à pesquisa. A Resolução SEPLAG nº 212, de 26 de abril de 2023, que regulamenta o CCAT, inclui a possibilidade de o Conselho convidar outros especialistas que atuem nas temáticas em pauta para contribuir em discussões do PEDES.

Com essa estrutura, o ciclo de monitoramento anual do PEDES abarcaria as etapas:

- 1. Coleta de dados:** coleta dos dados de monitoramento dos indicadores consolidados pelo NUPEDS, a partir de resultados enviados por órgãos de referência ou de publicação de fonte externa, a depender do indicador.
- 2. Contextualização de resultados:** interlocução entre o núcleo central do NUPEDS e os órgãos de referência dos indicadores acerca da interpretação dos resultados monitorados, com a possibilidade de convidados do CCAT contribuírem com as discussões. O momento das visitas técnicas também é propício para avançar na consolidação de indicadores que ainda estejam em desenvolvimento.
- 3. Avaliação conjunta:** etapa de promoção de Câmaras Técnicas, com a participação do núcleo central do NUPEDS e de no mínimo dois órgãos de referência, para discussão do andamento de uma missão, diretiva ou objetivo específico do PEDES - bem como para propor ajustes e aperfeiçoamentos no Plano. Embora a implementação das ações estratégicas seja responsabilidade dos órgãos setoriais que as conduzem (bem como o monitoramento tempestivo de seus processos e produtos), o momento da avaliação conjunta é propício para buscar aprimorá-las e aprofundar a discussão sobre a relação entre entregas (produto das ações estratégicas) e resultados do PEDES.
- 4. Produção de informação:** a produção de análises e estudos técnicos deve ocorrer em vários momentos do ciclo. A informação é essencial para subsidiar os órgãos setoriais e municípios, destacando pontos de atenção e orientando a necessidade de avaliações específicas, além de dar publicidade e transparência às políticas públicas. Sendo o PEDES orientado por missões, a informação é necessária também para sensibilizar atores externos e apoiar a articulação do Executivo estadual com outros entes, poderes, atores privados e sociedade civil organizada. O presente relatório é um dos produtos deste tópico.

Em relação ao ciclo de monitoramento do PEDES, cabe ressaltar a importância de a análise dos indicadores ser realizada conjuntamente, por integrantes dos órgãos

central e setoriais. Os momentos de discussão são fundamentais para a interpretação dos resultados e para o aperfeiçoamento do plano, mas também são oportunidade de formar servidores, debater políticas de longo prazo – para além de mandatos – e de disseminar a cultura do planejamento baseado em evidências.

2.2 Andamento das atividades relativas à dimensão intragovernamental do PEDES

Sancionado em dezembro de 2023, o PEDES está atualmente em fase de consolidação. Nos oito meses decorridos de sua instituição até a produção do presente relatório, a equipe responsável pela dimensão intragovernamental do plano se concentrou:

- 1) Na elaboração das duas novas missões estabelecidas via emenda parlamentar;
- 2) No desenvolvimento dos indicadores de objetivo específico;
- 3) No mapeamento de entregas de órgãos setoriais com possíveis reflexos nas missões e objetivos específicos do PEDES.

2.2.1 Elaboração das novas missões

Os resultados parciais da construção das missões 9 – *Garantia da Segurança Pública Territorial* – e 10 – *Promoção da Igualdade Racial e de Gênero* – poderão ser vistos nos relatórios das câmaras técnicas a serem encaminhados à Alerj para apreciação. As diretivas e objetivos específicos presentes nas duas novas missões foram resultado de discussões promovidas em cinco sessões de câmaras técnicas, subsidiadas por textos de apoio e palestras com especialistas, que contaram com a participação de representantes de pelo menos 20 órgãos setoriais.



Próximos passos:

- Definição conjunta, com órgãos de referência das temáticas, de indicadores para mensurar o andamento das missões 9 e 10 e seus objetivos específicos; e
- Mapeamento de entregas de órgãos setoriais com possível reflexo nas missões e objetivos específicos propostos.

2.2.2 Desenvolvimento dos indicadores do PEDES

Em relação à evolução do estágio de desenvolvimento de indicadores das missões 1 a 8 – que estavam previstas na proposta original do PEDES – tem-se o seguinte panorama:

Desenvolvimento dos indicadores do PEDES desde a sanção da Lei⁵

Indicadores do PEDES	Janeiro de 2024	Agosto de 2024
Consolidado	0	71
Elaborado	74	13
Em elaboração	15	7
Em prospecção	18	16

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito ao panorama atual de desenvolvimento de indicadores, entre os **consolidados** 41 são de objetivo específico e 30 de missão.

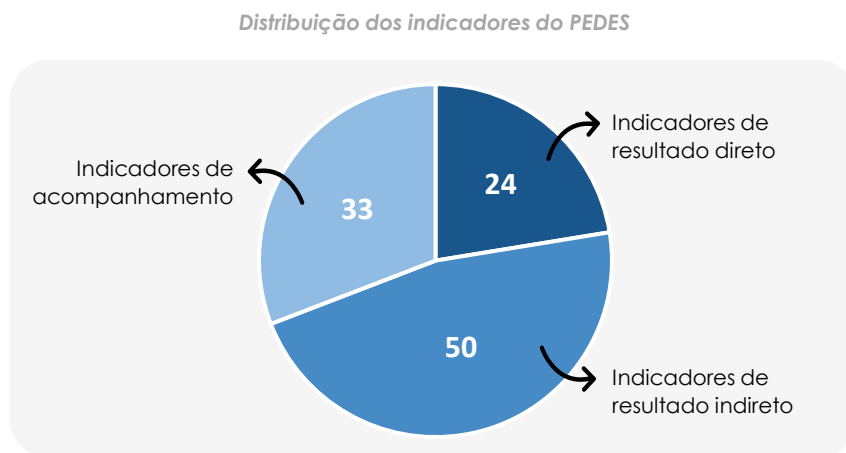
Tabela detalhada de desenvolvimento dos indicadores do PEDES – situação em agosto de 2024

Indicadores	Consolidados	Elaborados	Em elaboração	Em prospecção	Total
Resultado direto	8	9	3	4	24
Resultado indireto	36	4	4	6	50
Acompanhamento	27	0	0	6	33
Total	71	13	7	16	107

Fonte: Elaboração própria.

⁵ Os 71 indicadores consolidados, com suas respectivas séries históricas e fichas, podem ser encontrados no *Caderno de Missões 2024*, disponível em: <https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/#/conteudo/caderno-de-missoes/posts>.

Levando em conta o total de indicadores do PEDES (107, considerando as missões 1 a 8), tem-se o seguinte cenário:



Fonte: Elaboração própria.

Cabe lembrar que a construção de indicadores de objetivo específico deve se dar, sempre que possível, em diálogo com órgãos de referência setoriais, em um processo que muitas vezes inclui, além dos representantes que participam do NUPEDS, integrantes de áreas técnicas finalísticas do órgão. Trata-se de discussões complexas que envolvem questões relativas ao tema do objetivo específico, à composição e metodologia de cálculo do indicador proposto e ao acesso a dados ou à possibilidade de sistematização de dados pelo órgão de referência.



Próximos passos:

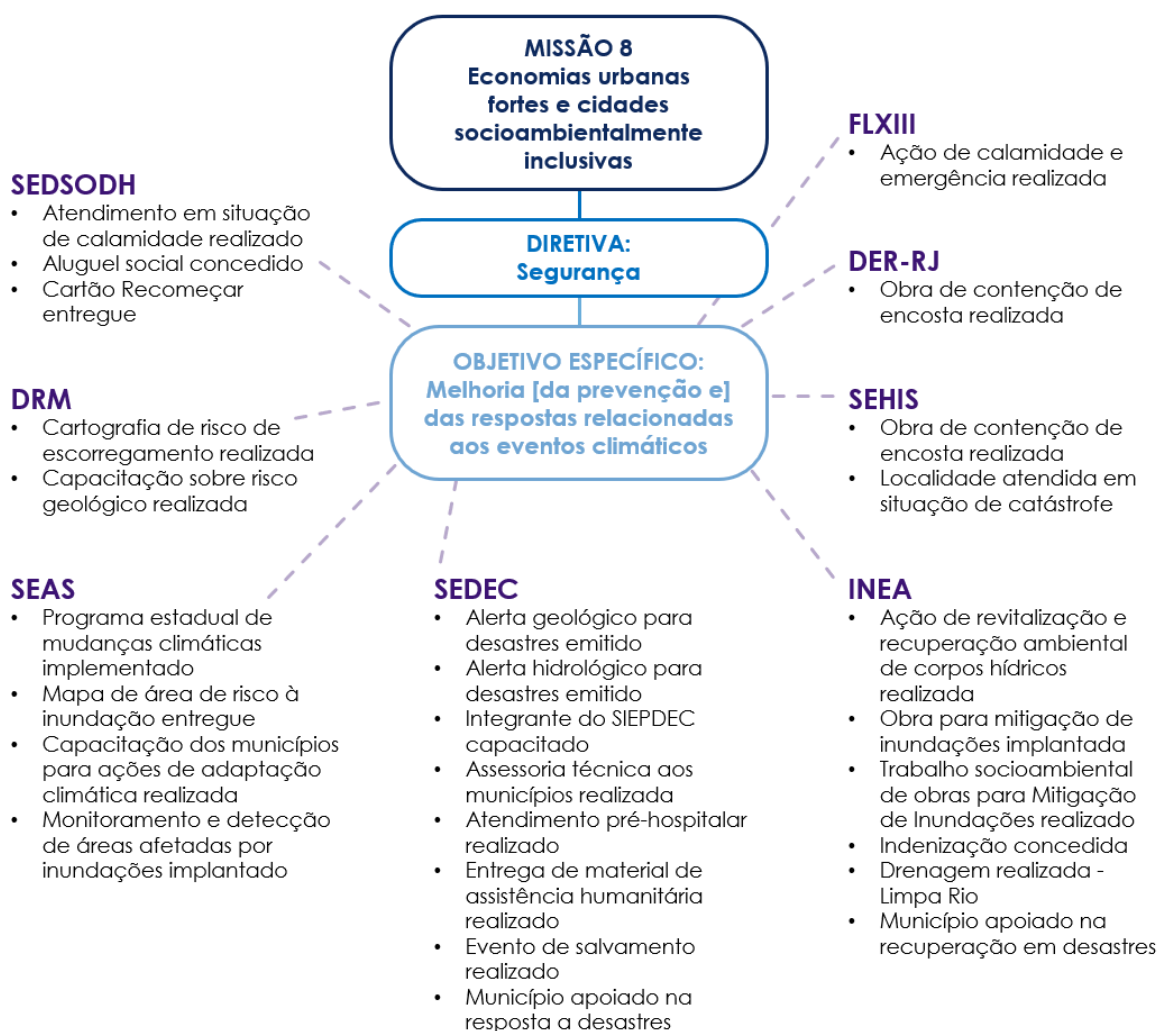
Os próximos passos relativos ao desenvolvimento de indicadores das missões originais do PEDES incluem:

- Consolidação dos 36 indicadores ainda em desenvolvimento;
- Aperfeiçoamento dos painéis de acompanhamento das missões;
- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica com órgãos parceiros que deverão repassar anualmente à equipe do PEDES os resultados dos indicadores pelos quais são responsáveis; e
- Construção conjunta de propostas de metas dos indicadores de resultado consolidados para validação do Comitê Gestor do PEDES.

2.2.3 Mapeamento de entregas de órgãos setoriais com reflexo no PEDES

Em relação ao mapeamento de entregas de órgãos setoriais com possível reflexo nas missões e objetivos específicos, foram previstas as etapas de mapeamento interno e externo. Internamente, a SEPLAG mapeou cerca de 400 possíveis associações entre objetivos específicos do PEDES e produtos do PPA de 54 órgãos, conforme detalhado no Anexo II. Em relação ao mapeamento externo, foram iniciadas visitas técnicas aos órgãos mapeados para compreender melhor os produtos e discutir as associações propostas.

Exemplo de associação de objetivo específico do PEDES com produtos PPA



Fonte: Elaboração própria.



Próximos passos:

Os próximos passos relativos ao mapeamento de entregas de órgãos setoriais com possível reflexo no PEDES incluem:

- Dar prosseguimento ao mapeamento externo;
- Pactuar com os órgãos setoriais o desenho final da associação PEDES-PPA (a ser atualizado anualmente, após a sanção da revisão do PPA); e
- Selecionar, em conjunto com os órgãos setoriais, e acompanhar de forma mais detalhada as entregas ligadas às ações estratégicas identificadas no Capítulo 4 do presente relatório.

3 DIMENSÃO TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo, de forma a atender às premissas basilares do PEDES – geração de emprego, de maneira a desconcentrar o mercado de trabalho pelos distintos territórios fluminenses; e o planejamento de base territorial, como caminho para garantir que o desenvolvimento econômico e social do ERJ –, está organizado em três partes que se complementam.

A primeira parte traz um **panorama geral da produção interna e estrutura produtiva fluminense**, com uma breve descrição dos grandes setores econômicos e do perfil da mão de obra no estado. Esta leitura, mesmo que ampla, já permite evidenciar que a nossa estrutura produtiva está centrada no setor de serviços e territorialmente concentrada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e na capital. A segunda parte busca, assim, evidenciar a **importância e o papel do setor produtivo industrial** no desenvolvimento regional, que pode servir de vetor de desconcentração do emprego e, mais do que isso, como atividades possuidoras de maior valor agregado, com capacidade de impulsionar a competitividade do estado e suas regiões.

Por fim, na terceira parte do capítulo, é apresentada **a proposta do Índice de Relevância Territorial (IRT), como instrumento de análise econômica dos Complexos Econômicos do PEDES**. O IRT, ao identificar atividades econômicas com alta relevância em uma unidade espacial (município, região ou estado) possibilita produzir aproximações que permitem mapear setores produtivos com potencial para impulsionar economias locais e regionais.

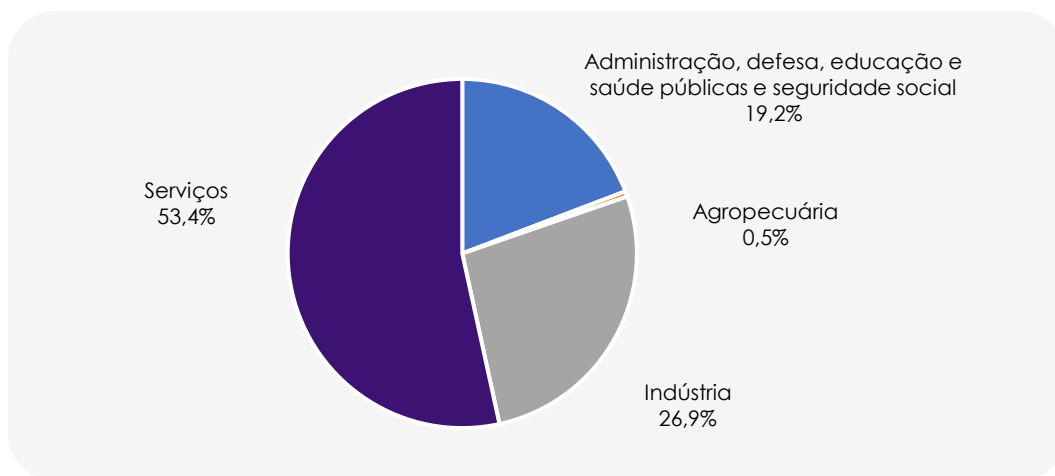
3.1 Breve panorama da produção interna⁶ e estrutura produtiva

Corroborando visões comuns sobre a economia do Rio de Janeiro, entre os anos

⁶Para tratarmos da produção interna do ERJ e seus municípios, foram utilizadas as identidades macroeconômicas de Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Adicionado Bruto (VAB). Vale destacar que esses conceitos se diferenciam com relação à incorporação do valor líquido arrecadado em impostos, taxas e contribuições (total arrecadado em tributos descontado do total concedido em subsídios pela Administração Pública), sendo: $PIB = VAB + (\text{tributos} - \text{subsídios})$. O Valor Adicionado Bruto, de acordo com IBGE, se refere ao valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Trata-se da contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

de 2010 e 2021, **a produção fluminense se revelou bastante dependente das atividades relacionadas à prestação de serviços** uma vez que, em média, este setor respondeu por mais da metade (53,4%) do total do Valor Adicionado Bruto (VAB) gerado pela economia. **A indústria foi o segundo setor mais relevante** – responsável, em média, por 26,9% do VAB – seguida da Administração Pública (19,2%) e da Agropecuária (0,5%). Ressalta-se que, no último ano de análise, o VAB estadual foi cerca de R\$ 819,9 bilhões.

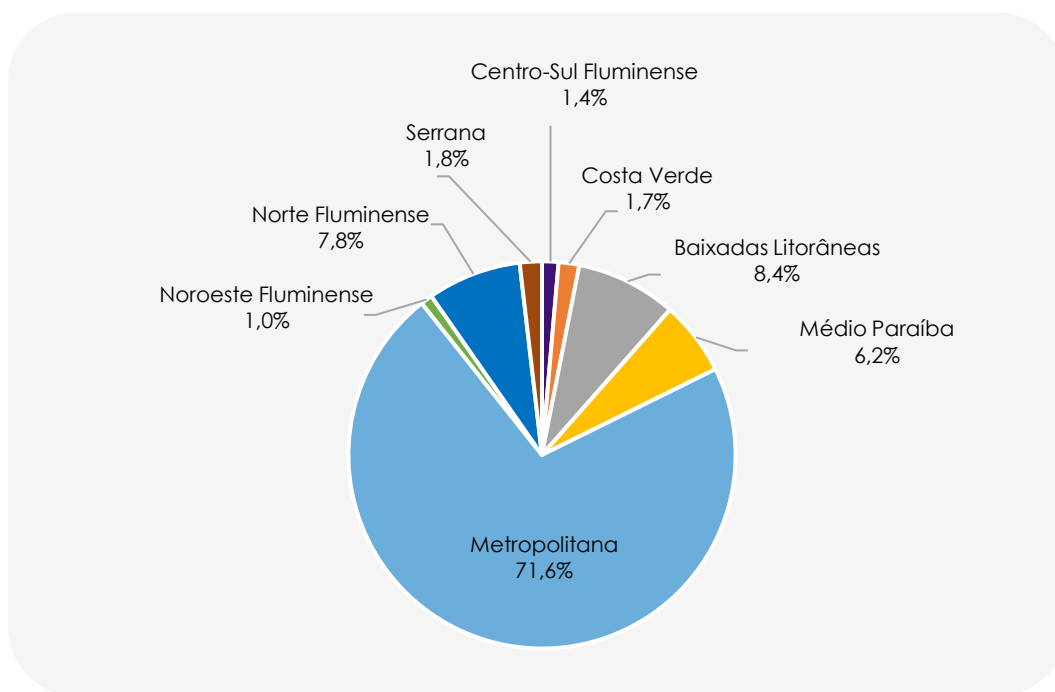
Média da participação (%) de cada grande setor no Valor Adicionado Bruto (VAB) no ERJ (2010-2021)



Fonte: IBGE.

Espacialmente, a produção fluminense advém sobretudo da região metropolitana, que é responsável por **71,65% do Produto Interno Bruto (PIB)**, além das regiões Norte Fluminense (7,84% do PIB), das Baixadas Litorâneas (8,4% do PIB) e do Médio Paraíba (6,19% do PIB). Juntas, essas quatro regiões foram responsáveis por mais de 90,00% do PIB do ERJ – que representa o valor de mercado de todos os bens e serviços produzidos no estado – e atingiu, em 2021, a ordem de R\$ 949,30 bilhões.

Participação (%) de cada região de governo na formação do PIB (2021)

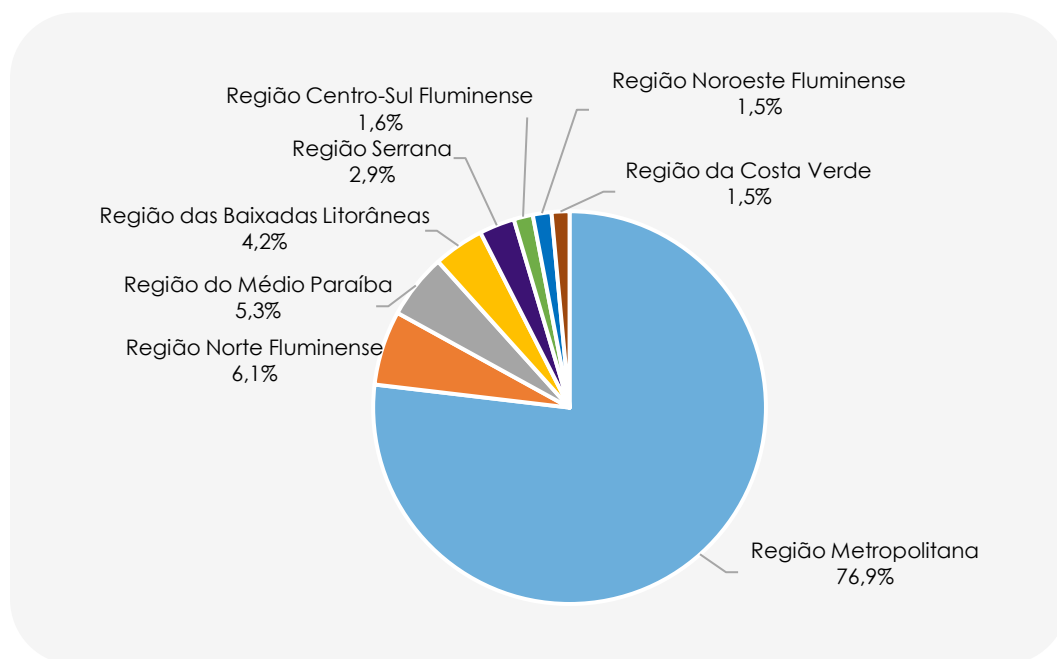


Fonte: IBGE.

3.1.1 Perfil da mão de obra empregada no ERJ

Em 2022, o número total de vínculos formais no estado do Rio de Janeiro era de cerca de **4,3 milhões de trabalhadores**, sendo 42,1% desse grupo formado por mulheres e 57,9% por homens. Esse contingente se distribui pelas oito regiões de governo do estado, com **forte concentração na região Metropolitana, que responde por 76,8% dos vínculos existentes no estado**, seguida da região Norte Fluminense (6,13%), do Médio Paraíba (5,33%) e das Baixadas Litorâneas (4,17%).

Distribuição (%) dos vínculos empregatícios do estado do Rio de Janeiro segundo regiões de governo (2022)

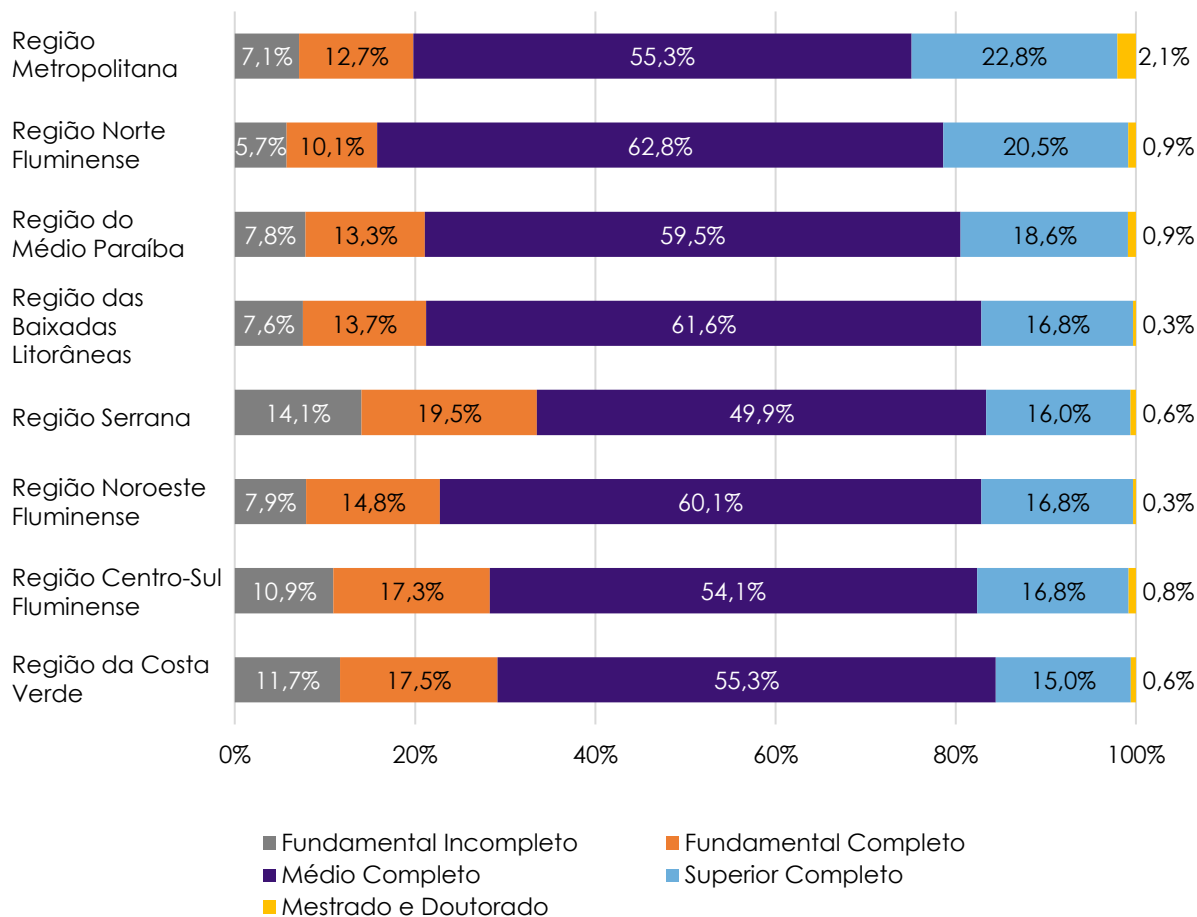


Fonte: MTE/RAIS (2022).

Em termos da qualificação da mão de obra empregada formalmente no estado, **a maioria (56,1%) dos trabalhadores possui Ensino Médio Completo e 21,7% possui Ensino Superior Completo**. Com relação à distribuição regional dessa mão de obra, em 2022, a Região Metropolitana concentrava 75,7% da mão de obra que detém Ensino Médio completo, cerca de 1.8 milhões de vínculos formais, seguida pela Região Norte, com 6,9% ou 166.693 vínculos e a do Médio Paraíba, com 5,7% ou 137.226 vínculos. O mesmo cenário ocorre para o perfil da mão de obra que detém Ensino Superior: há concentração na região metropolitana (80,1% ou 760.469 vínculos), na região Norte (5,8% ou 54.469 vínculos) e na do Médio Paraíba (4,7% ou 42.849 vínculos).

Ampliando o espectro referente ao mercado de trabalho, destaca-se que **a mão de obra empregada que possui Mestrado ou Doutorado corresponde a 1,7% do total empregado no estado**, sendo a Região Metropolitana a que apresenta maior proporcionalidade desse contingente, 2,1%, conforme indicado no gráfico a seguir.

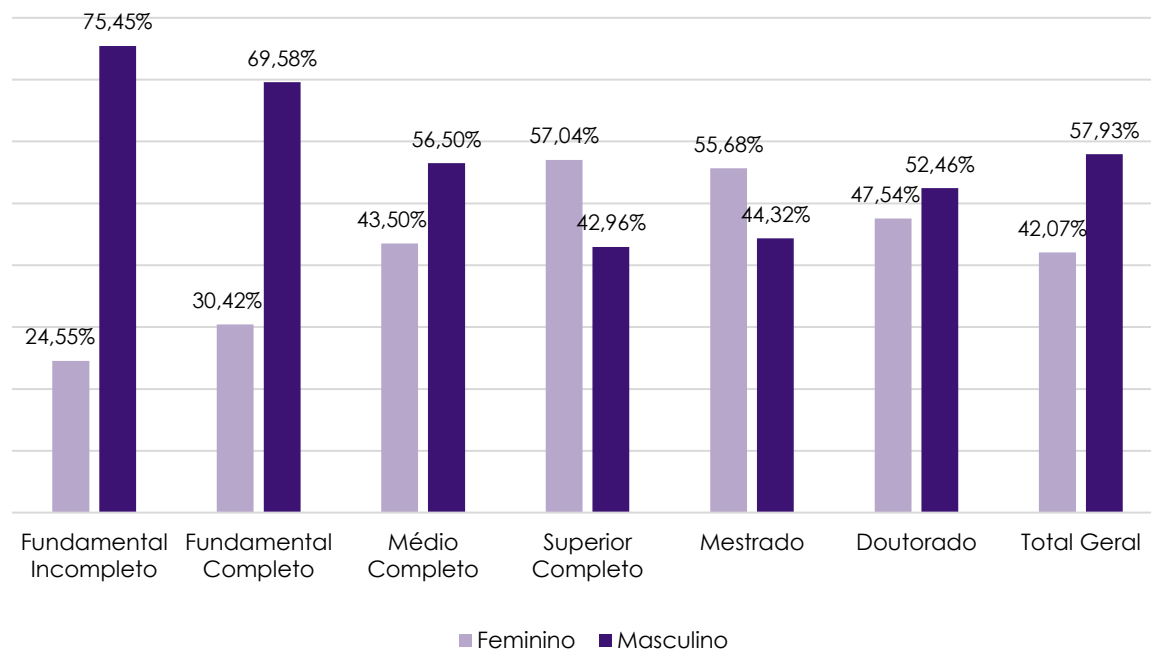
Distribuição (%) do número de empregados formais no ERJ segundo nível de escolaridade e região de governo (2022)



Fonte: MTE/RAIS (2022).

Sob a ótica de gênero, vale observar que as mulheres formalmente empregadas possuem, em média, nível de escolaridade mais alto do que os homens que, por sua vez, possuem um perfil de escolaridade variado entre os níveis mais baixos e os mais altos. Os homens representam, ainda, a maior parte do contingente empregado. Vale destacar que, entre os profissionais com nível superior completo e mestrado, as empregadas mulheres são maioria, com participações de 57,04% e 55,7%, respectivamente.

Distribuição (%) do número de empregados formais no ERJ segundo gênero e nível de escolaridade (2022)

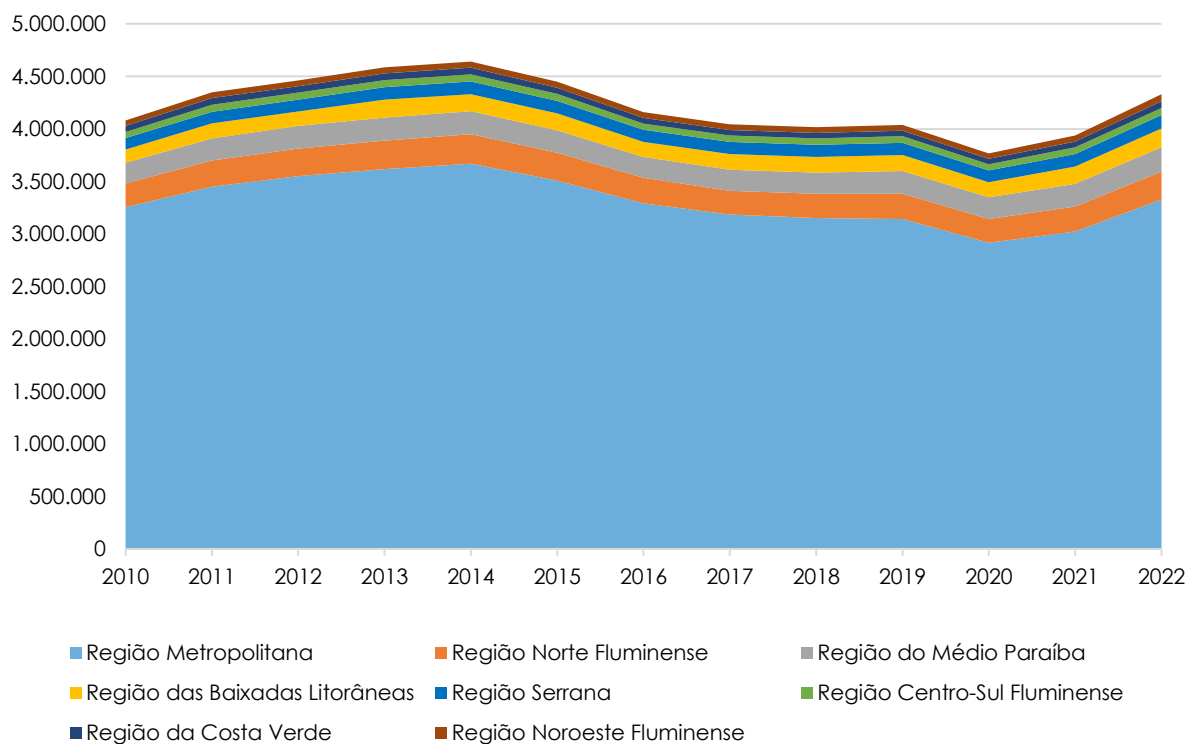


Fonte: MTE/RAIS (2022).

Adicionalmente, quando se analisa o mercado nas últimas décadas, observa-se que o advento da pandemia de COVID-19, no ano de 2020, provocou uma redução do tamanho do mercado de trabalho formal no estado. Contudo, entre 2020 e 2022, o estoque de empregos – que retrata o tamanho do mercado de trabalho formal fluminense – **apresentou um crescimento de 14,9%**.

Além disso, nos últimos anos, o estoque total no estado do Rio (cerca de 4,3 milhões, em 2022) vem **demonstrando uma tendência de recuperação** em direção ao patamar observado no pico da série, em 2014, quando o ERJ detinha 4,6 milhões de trabalhadores.

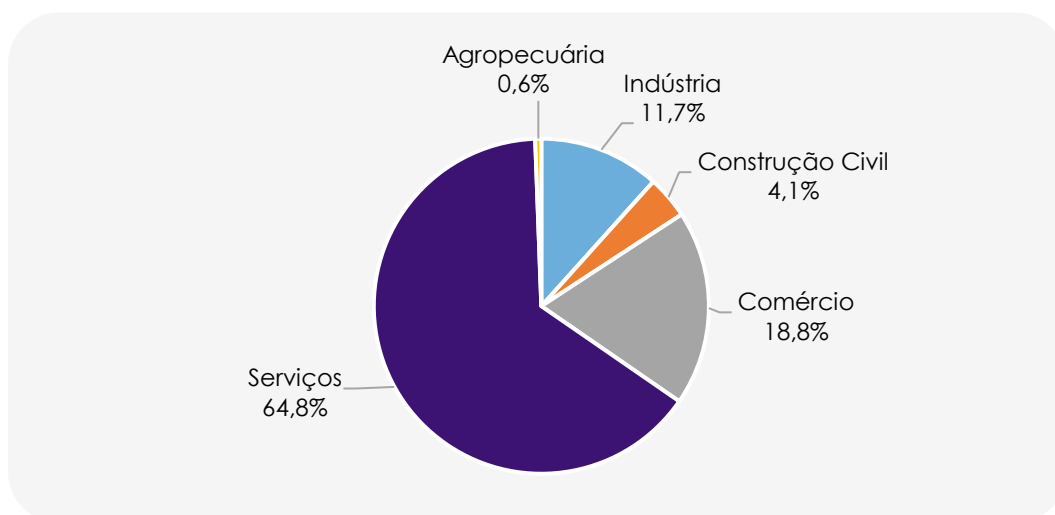
Número de vínculos empregatícios do estado do Rio de Janeiro segundo região de governo entre 2010-2022



Fonte: MTE/RAIS (2022).

Ademais, verifica-se que, em 2020, ponto “de vale” da série, a Região Norte Fluminense foi a que apresentou a maior redução no estoque de empregos (-7,8% em relação ao ano anterior), seguida da Região Metropolitana (-7,1%). Vale lembrar que estas são as regiões mais representativas em termos do número de vínculos empregatícios no estado. Já com relação a recuperação do mercado nos últimos anos (2021-2022), observou-se que as regiões da Costa Verde e Noroeste Fluminense foram as que apresentaram as maiores variações anuais no estoque de empregos, 13,7%, cada.

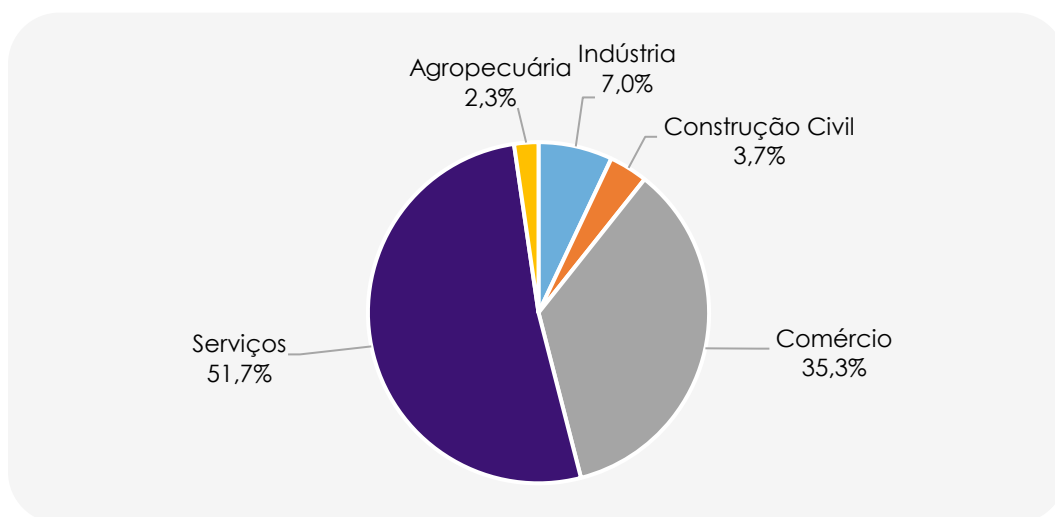
Número de vínculos empregatícios do estado do Rio de Janeiro segundo grandes setores (2022)



Fonte: MTE/RAIS (2022).

Em relação aos setores econômicos, em 2022, dos 4,3 milhões de empregos, **64,8% estavam relacionados ao setor de Serviços, seguidos pelo Comércio (18,8%) e Indústria (11,7%).**

Número de estabelecimentos do estado do Rio de Janeiro segundo grandes setores (2022)



Fonte: MTE/RAIS (2022).

Com relação aos **mais de 295 mil estabelecimentos existentes no estado do Rio de Janeiro**, no que tange aos grandes setores da Economia, 51,7% correspondem aos Serviços, seguidos pelo Comércio (35,3%) e pela Indústria (7,0%).

3.2 Dinâmica do emprego por atividades econômicas nas regiões do ERJ

O panorama geral do mercado de trabalho fluminense, descrito no item anterior, demonstrou que a dinâmica econômica do estado está centrada no setor de serviços e territorialmente concentrada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Torna-se fundamental, então, aprofundar o olhar analítico em torno de setores com maior capacidade de gerar diversidade produtiva e desconcentração do emprego pelas regiões do ERJ.

Nesse caso, importa verificar como o segmento da indústria produtiva, particularmente a indústria, está espacialmente e setorialmente organizada. Para este fim, foram sistematizados dados relativos às atividades industriais e serviços relacionados, que a princípio compõem as cadeias de maior valor agregado no estado. Tendo como referência a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) do IBGE – principal base de dados relativas ao mercado de trabalho no país – foram selecionadas as divisões entre 05 e 35 da CNAE, que compreendem as distintas cadeias da indústria.

Como o intuito desse item do relatório é contribuir para o entendimento de como o PEDES pode auxiliar no desenvolvimento regional fluminense, o recorte analítico em relação às atividades produtivas não levará em conta dados relativos ao comércio varejista e atacadista, por exemplo, além das atividades da Administração Pública, e demais serviços básicos. Com isso, foram contabilizados, em 2022, 396.099 vínculos empregatícios nos setores industriais, o que representa um universo de 9,15% do total de vínculos do estado (4.329.999).

Dentro desse quadro, a RMRJ representou 58,52% de todos os postos de trabalho dessas atividades, percentual bem inferior aos 76,9%, quando considerados todos os vínculos de todos os grandes setores da economia (ex: comércio, Administração e serviços básicos). As demais regiões contribuíram na seguinte proporção: a região do Médio Paraíba apresentou 13,51% do total; e o Norte Fluminense alcançou 10,96% dos vínculos. Já a região Serrana obteve 6,01%, enquanto as Baixadas Litorâneas somaram apenas 3,18%. A região Centro-Sul compreendeu 3,13%; o Noroeste Fluminense 2,40%; e a Costa Verde apresentou, para o mesmo ano, somente 2,3% dos vínculos empregatícios.

Total de vínculos e participação das regiões de governo do ERJ – Vínculos gerais e setores da Indústria e Serviços relacionados (Divisões CNAE - 05 a 35) 2022

Região de Governo	Total de vínculos	% das Regiões de Governo	Vínculos Indústria e Serviços	% das Regiões de Governo
Metropolitana	3.328.865	76,88%	231.800	58,52%
Médio Paraíba	230.810	5,33%	53.531	13,51%
Norte Fluminense	265.360	6,13%	43.431	10,96%
Serrana	126.015	2,91%	23.787	6,01%
Baixas Litorâneas	180.581	4,17%	12.590	3,18%
Centro-Sul Fluminense	68.310	1,58%	12.389	3,13%
Noroeste Fluminense	66.451	1,53%	9.498	2,40%
Costa Verde	63.607	1,47%	9.073	2,29%
Total Geral	4.329.999	100,00%	396.099	100,00% (9,15%)

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE (2022).

Considerando, assim, os valores sistematizados na tabela e o que foi descrito até o momento, o setor industrial, além de representar cadeias produtivas de maior valor agregado, é fundamental para o processo de desenvolvimento regional, pois fomenta uma maior integração entre economias locais e regionais. O passo seguinte, então, volta-se para identificação das atividades que podem contribuir ainda mais para esse movimento de dinamização da atividade industrial nas regiões de governo e seus municípios.

Assim, na busca por um maior detalhamento dessa economia regional, serão apresentadas, a seguir, as participações de cada atividade econômica no mercado de trabalho do ERJ. Em alguns casos, quando se mostrar necessário, também serão indicados os municípios de referência para o fornecimento de mão de obra nesses setores produtivos.

3.2.1 Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)

A região totalizou 231.800 vínculos da indústria e serviços relacionados, em 2022. A atividade que apresentou a maior participação foi a “Fabricação de Produtos Alimentícios”, com 25.806 vínculos, representando 11,13% do total da RMRJ. Diversos

municípios contribuíram para esse mercado, sendo a cidade do Rio de Janeiro a principal fornecedora (13.090), seguida por Duque de Caxias (3.266), Seropédica (1.219), São Gonçalo (1.167), Nova Iguaçu (1.085) e Petrópolis (1.042).

A segunda atividade em participação regional foi “Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios”, compreendendo 22.445 vínculos empregatícios, ou seja, 9,68% do total. Novamente a capital se destacou, com 13.748 vínculos. O município de Petrópolis apareceu logo na sequência, com 2.855 postos de trabalho, acompanhado por São Gonçalo, com 1.464 vínculos.

Em relação ao segmento de Petróleo e Gás (P&G), tradicionalmente mencionado em análises macroeconômicas sobre o estado do Rio de Janeiro, o mercado de trabalho na metrópole fluminense está distribuído por toda a cadeia de P&G. A divisão CNAE “Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis”, por exemplo, possuía, em 2022, 15.838 (6,83%) vínculos formais. Os municípios do Rio de Janeiro (13.833) e de Duque de Caxias (1.825) foram os que mais contribuíram, praticamente abarcando todos os vínculos. A “Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico”, que representa uma das atividades de maior valor agregado da cadeia de P&G, chegou a 13.112 postos (5,66%), em 2022. Mais uma vez a capital (8.047) surgiu como a principal fornecedora de mão de obra, contando ainda com a contribuição de Duque de Caxias (1.882). Por fim, a atividade de “Extração de Petróleo e Gás Natural” somou 6.647 do total da RMRJ, com praticamente todos os vínculos concentrados na cidade do Rio de Janeiro (6.642).

Ainda, no conjunto da RMRJ, é possível destacar outras atividades que somaram aproximadamente 10 mil vínculos cada. São elas: “Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos” (13.085), “Fabricação de Produtos Químicos” (11.442), “Eletricidade, Gás e Outras Utilidades” (11.307), “Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos” (10.569), e “Fabricação de Bebidas” (9.504).

Por fim, na tabela a seguir, é possível visualizar todas as atividades classificadas para a presente análise.

Total de vínculos e participação das atividades econômicas na RMRJ – Setores da indústria e serviços relacionados (Divisões CNAE - 05 a 35) 2022.

Atividades Econômicas	Nº Vínculos	%
Fabricação de Produtos Alimentícios	25.806	11,13%
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	22.445	9,68%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e equipamentos	22.321	9,63%
Fabricação de Coque, de Produtos derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	15.838	6,83%
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	13.112	5,66%
Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e equipamentos	13.085	5,64%
Fabricação de Produtos Químicos	11.442	4,94%
Eletricidade, Gás e Outras Utilidades	11.307	4,88%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	10.569	4,56%
Fabricação de Bebidas	9.504	4,10%
Fabricação de Produtos Diversos	7.703	3,32%
Metalurgia	7.619	3,29%
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	6.982	3,01%
Fabricação de Máquinas e equipamentos	6.793	2,93%
Extração de Petróleo e Gás Natural	6.647	2,87%
Impressão e Reprodução de Gravações	6.088	2,63%
Atividades de Apoio À extração de Minerais	5.835	2,52%
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte, exceto Veículos Automotores	5.642	2,43%
Fabricação de Produtos Têxteis	4.354	1,88%
Fabricação de Móveis	3.717	1,60%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	3.087	1,33%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	2.485	1,07%
Extração de Minerais Não-Metálicos	1.960	0,85%
Extração de Minerais Metálicos	1.623	0,70%
Fabricação de equipamentos de Informática, Produtos eletrônicos e Ópticos	1.614	0,70%
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos Para Viagem e Calçados	1.584	0,68%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais elétricos	1.372	0,59%
Fabricação de Produtos de Madeira	679	0,29%
Fabricação de Produtos Do Fumo	583	0,25%
Extração de Carvão Mineral	4	0,00%
Total Geral	231.800	100,00%

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE (2022).

As análises descritivas acima, mesmo que um tanto genéricas, permitem algumas considerações. De fato, a RMRJ mostrou-se a região mais dinâmica do estado, com um conjunto diversificado e extenso de atividades produtivas. Verificou-se, ainda, que o setor industrial não se resume à capital, pois conta com importantes contribuições em termos de mão de obra, principalmente nos municípios de Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu e Petrópolis.

Além disso, foram identificadas 10 atividades econômicas que acumularam, em 2022, 10 mil ou mais empregos, funcionando como verdadeiras aglomerações industriais (DINIZ; CROCCO, 1996). Trata-se de uma potência, que mantém a metrópole fluminense ainda como uma centralidade industrial relevante no país.

3.2.2 Região do Médio Paraíba

A região do Médio Paraíba, com exceção da RMRJ, foi a que mais gerou vínculos empregatícios no estado. Em 2022, foram 53.531 vínculos em atividades industriais e produtivas na região. A atividade "Metalurgia" apresentou a maior participação - 29,76% (15.933), com o município de Volta Redonda contribuindo com 13.046 vínculos. A segunda atividade foi "Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias" (9.169), compreendendo 17,13% do total regional. Os municípios de Porto Real (2.993) e Resende (5.724), sedes de importantes empresas desse segmento, representaram 95% do total de vínculos da atividade.

Além dos setores mencionados, o Médio Paraíba conta ainda com algumas atividades importantes em termos de mão de obra, são elas: "Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos" (6.371), "Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos" (5.190), "Fabricação de Produtos Alimentícios" (3.626) e "Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico" (2.741). Principalmente no caso das duas primeiras, elas estão diretamente relacionadas à cadeia da Metalurgia e setor automotivo, o que sugere certo encadeamento produtivo na região.

Para além dessas cadeias, destaca-se também a produção industrial de alimentos (3.626). Nesse caso, os municípios de referência são Valença (952), Volta Redonda (894) e Barra do Piraí (661). A atividade de produção de borracha e plástico também se mostrou importante, somando 2.741 vínculos formais. Nesse caso, os polos

foram Itatiaia (1.441), Barra Mansa (531) e Valença (245).

A seguir, estão elencadas todas as atividades presentes no Médio Paraíba.

Total de vínculos e participação das atividades econômicas no Médio Paraíba – Setores da indústria e serviços relacionados (Divisões CNAE - 05 a 35) 2022.

Atividades Econômicas	Nº Vínculos	%
Metalurgia	15.933	29,76%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	9.169	17,13%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e equipamentos	6.371	11,90%
Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e equipamentos	5.190	9,70%
Fabricação de Produtos Alimentícios	3.626	6,77%
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	2.741	5,12%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	1.414	2,64%
Fabricação de Máquinas e equipamentos	1.377	2,57%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	1.359	2,54%
Fabricação de Produtos Químicos	1.336	2,50%
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	1.092	2,04%
Fabricação de Bebidas	996	1,86%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais elétricos	726	1,36%
eletricidade, Gás e Outras Utilidades	600	1,12%
Fabricação de Produtos Diversos	359	0,67%
Extração de Minerais Não-Metálicos	239	0,45%
Impressão e Reprodução de Gravações	189	0,35%
Fabricação de Produtos de Madeira	171	0,32%
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	148	0,28%
Fabricação de Produtos Têxteis	131	0,24%
Fabricação de equipamentos de Informática, Produtos eletrônicos e Ópticos	105	0,20%
Fabricação de Móveis	103	0,19%
Fabricação de Coque, de Produtos derivados Do Petróleo e de Biocombustíveis	95	0,18%
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte, exceto Veículos Automotores	31	0,06%
Extração de Minerais Metálicos	26	0,05%
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	4	0,01%
Total Geral	53.531	100,00%

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE (2022).

Diferentemente da RMRJ, o Médio Paraíba possui apenas uma única aglomeração industrial com mais de 10 mil empregos, o setor de Metalurgia, representado pela histórica posição da CSN em Volta Redonda. Da mesma forma, as atividades produtivas que mais contribuíram com o emprego giram em torno do setor metalúrgico e automotivo, segmentos tradicionais na região. Tal fato, contudo, não inibiu a presença de outras atividades, demonstrando que o Médio Paraíba tem potencial para a diversificação produtiva.

3.2.3 Região Norte Fluminense

O Norte Fluminense ficou em terceiro lugar em relação ao número de postos de trabalho no mercado formal do ERJ, com 43.431 vínculos, em 2022. Como esperado, a cadeia de P&G é preponderante na região, sendo a “Atividades de Apoio à Extração de Minerais” (13.969) aquela com maior representatividade, 32,16% do mercado regional. Vale ressaltar, ainda, que o município de Macaé é quase a totalidade desses vínculos, 13.950.

Observando os resultados sistematizados na tabela abaixo, outras atividades articuladas ao setor de Petróleo e Gás também se destacaram, são elas: “Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos” (9.673), com 22,27% de participação; e “Extração de Petróleo e Gás Natural” (7.555), 17,40%. Novamente Macaé surge como a cidade que concentra a maior parte desses empregos, cerca de 8.820. Em relação à primeira atividade, Campos dos Goytacazes (376) e São João da Barra (461) aparecem com algum grau de importância para a região. No caso da segunda, Macaé praticamente totaliza os empregos (7.318), com uma pequena ajuda de São João da Barra (237)

Fora da cadeia de P&G, verifica-se a atividade “Fabricação de Produtos Alimentícios” (2.915), sendo Campos dos Goytacazes quem mais gerou vínculos empregatícios em 2022 (1.793), seguido por Macaé (505) e São Fidelis (266).

Total de vínculos e participação das atividades econômicas no Norte Fluminense – Setores da indústria e serviços relacionados (Divisões CNAE - 05 a 35) 2022.

Atividades Econômicas	Nº Vínculos	%
Atividades de Apoio à extração de Minerais	13.969	32,16%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e equipamentos	9.673	22,27%
extração de Petróleo e Gás Natural	7.555	17,40%
Fabricação de Produtos Alimentícios	2.915	6,71%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	2.718	6,26%
Fabricação de Máquinas e equipamentos	1.427	3,29%
Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e equipamentos	1.323	3,05%
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	853	1,96%
eletricidade, Gás e Outras Utilidades	425	0,98%
extração de Minerais Não-Metálicos	367	0,85%
Fabricação de Móveis	354	0,82%
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	307	0,71%
Fabricação de Produtos Químicos	257	0,59%
Fabricação de Bebidas	255	0,59%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	210	0,48%
extração de Minerais Metálicos	190	0,44%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais elétricos	120	0,28%
Fabricação de Produtos Diversos	118	0,27%
Impressão e Reprodução de Gravações	97	0,22%
Fabricação de Coque, de Produtos derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	96	0,22%
Fabricação de equipamentos de Informática, Produtos eletrônicos e Ópticos	46	0,11%
Fabricação de Produtos de Madeira	39	0,09%
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	39	0,09%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	27	0,06%
Fabricação de Produtos Têxteis	21	0,05%
Metalurgia	14	0,03%
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte, exceto Veículos Automotores	12	0,03%
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	4	0,01%
Total Geral	43.431	100,00%

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE (2022).

No Norte Fluminense, o setor de P&G é o setor chave da indústria, configurando uma aglomeração industrial. Além disso, as demais atividades mapeadas orbitam em torno deste segmento. Diferentemente da RMRJ, porém, há uma forte concentração dos

vínculos em torno da atividade de extração de petróleo, indicando uma cadeia produtiva menos diversificada.

Além disso, a maioria desses empregos estão localizados no município de Macaé, demonstrando uma baixa capilaridade regional. A exceção está no setor de alimentos, em que Campos dos Goytacazes desponta como polo.

3.2.4 Região das Baixadas Litorâneas

A região das Baixadas Litorâneas por sua vez, obteve, em 2022, 12.590 vínculos referentes às atividades industriais e serviços relacionados. A atividade que mais contribui com esse mercado foi a “Atividades de Apoio à Extração de Minerais” (3.097), com uma participação de 24,60% em relação ao total. Interessante observar que essa atividade está diretamente ligada à cadeia de P&G presente no Norte Fluminense. Um indicador que reforça essa afirmativa é o fato de quase a totalidade desses empregos esteja situada no município de Rio das Ostras (3.087), vizinho a Macaé, e sede de distrito industrial de apoio à cadeia do petróleo. Caso semelhante ocorre com a atividade “Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos” (1.948), que representa 15,47% da região. Rio das Ostras, mais uma vez, compreende a maior parte desses vínculos (1.387), neste caso, contando com uma pequena contribuição de Saquarema (469).

Há na região, ainda, atividades que somaram mais de mil vínculos formais, a saber: “Fabricação de Produtos Alimentícios” (1.180), representando 9,37% do total, e com o município de Cabo Frio (404) como principal fornecedor de mão de obra; “Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos” (1.070), com destaque para Araruama (487); e “Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos” (1.059), representando 8,41% da região, e tendo no município de Rio das Ostras (808) seu maior mercado de trabalho.

Em relação às demais atividades das Baixadas Litorâneas, elas apresentaram um grau menor de participação. Na tabela abaixo, no entanto, verifica-se seus respectivos números absolutos e percentuais em relação ao conjunto da região.

Total de vínculos e participação das atividades econômicas nas Baixadas Litorâneas – Setores da indústria e serviços relacionados (Divisões CNAE - 05 a 35) 2022.

Atividades Econômicas	Nº Vínculos	%
Atividades de Apoio à extração de Minerais	3.097	24,60%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e equipamentos	1.948	15,47%
Fabricação de Produtos Alimentícios	1.180	9,37%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	1.070	8,50%
Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e equipamentos	1.059	8,41%
Extração de Minerais Não-Metálicos	692	5,50%
Fabricação de Móveis	614	4,88%
Fabricação de Máquinas e equipamentos	591	4,69%
Fabricação de Coque, de Produtos derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	566	4,50%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	332	2,64%
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	331	2,63%
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	281	2,23%
Fabricação de Bebidas	174	1,38%
eletricidade, Gás e Outras Utilidades	131	1,04%
Impressão e Reprodução de Gravações	113	0,90%
Fabricação de Produtos Diversos	75	0,60%
Fabricação de Produtos Químicos	63	0,50%
Fabricação de Produtos de Madeira	57	0,45%
Metalurgia	55	0,44%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais elétricos	47	0,37%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	42	0,33%
Fabricação de Produtos Têxteis	31	0,25%
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte, exceto Veículos Automotores	30	0,24%
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	11	0,09%
Total Geral	12.590	100,00%

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE (2022).

Pelos dados analisados percebe-se que as Baixas Litorâneas se encontram em estágio secundário às regiões anteriormente mencionados, particularmente no que tange à presença de setores produtivos. Mesmo sendo uma região que vem crescendo em termos demográficos, esse fenômeno não é acompanhado por um dinamismo econômico/industrial. Um indicador dessa condição pode ser exemplificado pelo tamanho das atividades ligadas à cadeia de P&G no mercado de trabalho local. O

número de vínculos desse segmento é puxado por Rio das Ostras, que por sua vez, está voltada para o Norte Fluminense, principalmente por intermédio de sua relação com Macaé.

3.2.5 Região Serrana

Em relação à região Serrana, o tradicional setor de “Confecção de Artigos de Vestuário e Acessórios” contribuiu, em 2022, com 10.237 vínculos, cerca de 43% de todo o mercado formal regional. A cidade de Nova Friburgo (8.074) é o principal polo, seguida pelos municípios vizinhos de Bom Jardim (590) e Cordeiro (410). Teresópolis (420), importante cidade serrana, também surge com algum peso nesse setor.

No caso da atividade “Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos” foram contabilizados 4.258 postos de trabalho. O segmento também possui um histórico na região, principalmente em Friburgo (3.610), que desponta como centralidade regional. O município de Cordeiro, mais uma vez, aparece contribuindo com 401 vínculos formais.

Os dados elencados na tabela abaixo mostram, também, que a cadeia de alimentos possui forte relevância na geração de empregos na Região Serrana. A atividade de “Fabricação de Produtos Alimentícios”, com 2.991 vínculos, e de “Fabricação de Bebidas”, com 1.116, juntas acumularam aproximadamente 17,3% do total do mercado de trabalho. Além de Nova Friburgo (922) e Teresópolis (460), destacaram-se no segmento alimentício São José do Vale do Rio Preto (757) e Carmo (226). Já no ramo das bebidas, Teresópolis (926) concentrou a maioria dos postos de trabalho, com uma pequena contribuição de Carmo (48), Nova Friburgo (63) e Sumidouro (39).

Total de vínculos e participação das atividades econômicas na Região Serrana – Setores da indústria e serviços relacionados (Divisões CNAE - 05 a 35) 2022.

Atividades Econômicas	Nº Vínculos	%
Confecção de Artigos de Vestuário e Acessórios	10.237	43,04%
Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e equipamentos	4.258	17,90%
Fabricação de Produtos Alimentícios	2.991	12,57%
Fabricação de Bebidas	1.116	4,69%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	969	4,07%
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	834	3,51%
Fabricação de Produtos Têxteis	676	2,84%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e equipamentos	362	1,52%
eletricidade, Gás e Outras Utilidades	350	1,47%
Fabricação de Produtos Diversos	295	1,24%
Fabricação de Móveis	291	1,22%
Fabricação de Máquinas e equipamentos	256	1,08%
Impressão e Reprodução de Gravações	245	1,03%
extração de Minerais Não-Metálicos	201	0,84%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	196	0,82%
Fabricação de Produtos de Madeira	177	0,74%
Metalurgia	80	0,34%
Fabricação de Produtos Químicos	72	0,30%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	71	0,30%
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	52	0,22%
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte, exceto Veículos Automotores	34	0,14%
Fabricação de Produtos de Fumo	9	0,04%
Fabricação de equipamentos de Informática, Produtos eletrônicos e Ópticos	7	0,03%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais elétricos	6	0,03%
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	2	0,01%
Total Geral	23.787	100,00%

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE (2022).

A região Serrana ainda mantém sua importância no setor de confecções no ERJ. Ela representa a única aglomeração industrial da região. A indústria metal mecânica também permanece como fundamental em termos de vínculos empregatícios, porém, em estágio bem abaixo da cadeia de confecções. Nesse contexto, Nova Friburgo se posiciona como uma centralidade regional, organizando uma pequena rede de

municípios em torno de suas atividades produtivas. Em contrapartida, Teresópolis parece avançar sobre o mercado de bebidas, abarcando praticamente todo o setor na região.

3.2.6 Região Centro-Sul Fluminense

A região do Centro-Sul Fluminense vem diversificando sua estrutura produtiva, tendo 05 atividades econômicas que compreendem 58,34% de todo o mercado regional. São elas: "Fabricação de Produtos Alimentícios" (2.406), "Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico" (2.115), "Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos" (1.131), "Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios" (801), e "Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel" (774).

Em relação à fabricação de produtos alimentícios, o município de Três Rios representou a maioria dos vínculos (1.237). Na sequência, se sobressaíram: Comendador Levy Gasparian (433), Paty do Alferes (276) e Paraíba do Sul (120). No caso da fabricação de borracha e plástico, Três Rios surgiu novamente como um polo regional, com quase metade do mercado formal (1.026). Além deste município, Paraíba do Sul, com 608 postos, Engenheiro Paulo de Frontin, com 222, e Areal, com 117 vínculos, compuseram a maior parte da cadeia.

A terceira atividade com o maior número de postos de trabalho foi a Fabricação de Produtos de Metal. Novamente Três Rios liderou os registros de vínculos, totalizando 851 em um universo de 1.131. O setor de confecção também está centrado em Três Rios, reforçando a centralidade do município na economia regional. A exceção talvez seja o segmento de celulose e produtos de papel, em que Sapucaia alcançou, em 2022, 576 vínculos empregatício de um total de 774.

Total de vínculos e participação das atividades econômicas no Centro-Sul Fluminense – Setores da indústria e serviços relacionados (Divisões CNAE - 05 a 35) 2022.

Atividades Econômicas	Nº Vínculos	%
Fabricação de Produtos Alimentícios	2.406	19,42%
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	2.115	17,07%
Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e equipamentos	1.131	9,13%
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	801	6,47%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	774	6,25%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	585	4,72%
Fabricação de Móveis	574	4,63%
Fabricação de Produtos Diversos	518	4,18%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e equipamentos	475	3,83%
Fabricação de Produtos Químicos	465	3,75%
Fabricação de Bebidas	405	3,27%
Metalurgia	351	2,83%
eletricidade, Gás e Outras Utilidades	295	2,38%
Fabricação de Produtos Têxteis	241	1,95%
Fabricação de Máquinas e equipamentos	222	1,79%
extração de Minerais Não-Metálicos	211	1,70%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais elétricos	165	1,33%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	147	1,19%
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	146	1,18%
Fabricação de Produtos de Madeira	140	1,13%
Impressão e Reprodução de Gravações	132	1,07%
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte, exceto Veículos Automotores	28	0,23%
Fabricação de equipamentos de Informática, Produtos eletrônicos e Ópticos	28	0,23%
Fabricação de Coque, de Produtos derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	24	0,19%
Atividades de Apoio à extração de Minerais	9	0,07%
Fabricação de Produtos do Fumo	1	0,01%
Total Geral	12.389	100,00%

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE (2022).

Mesmo sendo uma região considerada pequena, pelo menos em termos populacionais, o Centro-Sul Fluminense apresentou uma economia regional diversificada, sem uma clara especialização, como identificada em outras regiões do estado. Esse quadro pode ser considerado um fator positivo, pois abre diferentes possibilidades de

integração de suas cadeias produtivas em escala regional. O município de Três Rios pode, inclusive, avançar no seu papel de centralidade, contribuindo para a consolidação de uma rede encadeada de cidades.

3.2.7 Região Noroeste

A região do Noroeste Fluminense, em 2022, apresentou um total de 9.498 postos de trabalho. A “Fabricação de Produtos Alimentícios” (2.730) foi a atividade com o maior percentual de participação, 28,7% do mercado regional. O município de Itaperuna (1.260) obteve o maior número de vínculos, bem à frente do segundo lugar, Bom Jesus de Itabapoana (290), e de Itaocara (221), que veio em seguida.

No caso da atividade “Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios” (1.963), ela representa o segundo maior percentual da região, 20,7% do total de vínculos. Itaperuna (1.527) aparece novamente como principal polo. Italva (114), em proporção menor, ocupa o segundo nível em termos de vínculos dessa atividade.

Em relação à atividade “Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel” (1.056), praticamente todos os vínculos situam-se em Santo Antônio de Pádua (1.014). Já a “Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos” (ex: cerâmicas), que contou com 800 vínculos, Santo Antônio de Pádua aparece mais uma vez como centro importante, mas desta vez seguido por Miracema (112).

É possível destacar ainda no Noroeste a “Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos” (502), com participação regional de 5,3%; e a “Extração de Minerais Não-Metálicos” (ex: pedra, areia, granito etc.) (455), com um percentual de 4,8% na região. Neste último caso, Santo Antônio de Pádua continua constando como uma referência, com 202 vínculos.

Outras atividades aparecem com algum nível de importância na região. Na tabela a seguir, por exemplo, é possível verificar algumas delas. Setores econômicos como: “Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias”, “Fabricação de Produtos Químicos”, “Eletricidade, Gás e Outras Utilidades” e “Metalurgia” representaram, em 2022, percentuais superiores a 2% do total de empregos formais na região.

Total de vínculos e participação das atividades econômicas no Noroeste – Setores da indústria e serviços relacionados (Divisões CNAE - 05 a 35) 2022.

Atividades Econômicas	Nº Vínculos	%
Fabricação de Produtos Alimentícios	2.730	28,7%
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	1.963	20,7%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	1.056	11,1%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	800	8,4%
Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e equipamentos	502	5,3%
extração de Minerais Não-Metálicos	455	4,8%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	272	2,9%
Fabricação de Produtos Químicos	246	2,6%
eletricidade, Gás e Outras Utilidades	211	2,2%
Metalurgia	201	2,1%
Fabricação de Móveis	184	1,9%
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	171	1,8%
Fabricação de Máquinas e equipamentos	145	1,5%
Fabricação de Bebidas	123	1,3%
Fabricação de Produtos de Madeira	111	1,2%
Fabricação de Produtos Diversos	76	0,8%
Impressão e Reprodução de Gravações	74	0,8%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e equipamentos	70	0,7%
Fabricação de Produtos Têxteis	58	0,6%
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	32	0,3%
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte, exceto Veículos Automotores	18	0,2%
Total Geral	9.498	100,00%

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE (2022).

Mesmo possuindo menos vínculos empregatícios ligados às atividades industriais, quando comparado às demais regiões do ERJ, o Noroeste parece organizar sua estrutura produtiva em torno de duas centralidades: Itaperuna e Santo Antônio de Pádua. Independentemente do tamanho populacional – no caso, bem maior em Itaperuna –, as atividades econômicas parecem regionalmente distribuídas, o que contribui para a formação de um mercado de trabalho com potencial de integração regional.

3.2.8 Região da Costa Verde

A Costa Verde, entre todas as regiões fluminenses, foi a que apresentou o menor número de vínculos empregatícios. Em 2022, foram contabilizados 9.073 vínculos envolvendo setores da indústria e serviços relacionados. Pode-se afirmar que a região, pelo menos em termos de indústria, está apoiada sobre a atividade de “Fabricação De Outros Equipamentos De Transporte, Exceto Veículos Automotores” (6.615). O setor apresentou uma expressiva participação de 72,9% no mercado regional. De acordo com os dados, todo segmento encontra-se no município de Angra dos Reis.

Em segundo lugar surge a atividade de “Eletricidade, Gás e Outras Utilidades” (1.521), com percentual de 16,76% do total da região. Provavelmente a presença das usinas em Angra dos Reis, responsáveis pela produção de energia nuclear, fizeram com que a totalidade dos empregos desta atividade esteja situada no próprio município.

As demais atividades com algum grau de importância são: “Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos” (295), “Fabricação de Produtos Alimentícios” (211), e “Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos (110). Em todos os casos, Angra dos Reis acumulou, novamente, grande parte desses postos de trabalho.

Total de vínculos e participação das atividades econômicas na Costa Verde – Setores da indústria e serviços relacionados (Divisões CNAE - 05 a 35) 2022.

Atividades Econômicas	Nº Vínculos	%
Fabricação de Outros equipamentos de Transporte, exceto Veículos Automotores	6.615	72,91%
eletricidade, Gás e Outras Utilidades	1.521	16,76%
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e equipamentos	295	3,25%
Fabricação de Produtos Alimentícios	211	2,33%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	110	1,21%
extração de Minerais Não-Metálicos	98	1,08%
Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e equipamentos	55	0,61%
Fabricação de Bebidas	37	0,41%
Impressão e Reprodução de Gravações	35	0,39%
Confecção de Artigos Do Vestuário e Acessórios	27	0,30%
Fabricação de Móveis	18	0,20%
Fabricação de Produtos de Madeira	18	0,20%
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	12	0,13%
Fabricação de Produtos Diversos	10	0,11%
Fabricação de Máquinas e equipamentos	7	0,08%
Fabricação de Produtos Têxteis	2	0,02%
Fabricação de Produtos Químicos	2	0,02%
Total Geral	9.073	100,00%

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE (2022).

O tamanho do município de Angra dos Reis, em comparação aos seus vizinhos Parati e Mangaratiba, tende a elevar seus percentuais de participação no mercado formal de trabalho na região. Assim como, por ser sede de importantes empreendimentos (ex: nuclear e naval), o município acaba por abarcar a maior parte dos vínculos relativos à atividade industrial. Este fato fornece uma característica particular à Costa Verde: os empregos encontram-se altamente concentrados na cidade de Angra e em torno de atividades muito específicas, gerando um quadro de dependência e especialização.

3.3 Complexos Econômicos e o Índice de Relevância Territorial

Após uma análise do comportamento do mercado de trabalho nas regiões do estado e, mais especificamente, da dinâmica das atividades industriais e setores relacionados, o presente relatório avança sobre a análise da economia regional fluminense tendo como referência os Complexos Econômicos⁷ do PEDES.

Em direção a esse objetivo, a SEPLAG vem desenvolvendo a metodologia do Indicador de Relevância Territorial (IRT), que serve de instrumento para analisar a estrutura produtiva fluminense. Nesse caso, distintamente do item anterior, a seleção de atividades econômicas presentes na CNAE será delimitada pelos componentes que compõem os Complexos, que não se resumem às atividades exclusivas da indústria, por exemplo.

Além disso, os dados econômicos serão tratados por **subclasse CNAE**, um nível de desagregação superior ao nível da Divisão. Essa mudança se justifica, pois a proposta do IRT é mapear setores específicos, verificando seu comportamento ao longo dos anos e o grau de especialização que uma região pode possuir em torno de uma única atividade econômica.

O índice, como ferramenta, visa **identificar aglomerações produtivas relevantes** em distintas escalas geográficas do território fluminense, a fim de fomentar o debate sobre o adensamento produtivo estadual. A ideia do índice, então, é **estabelecer parâmetros de acompanhamento dos Complexos Econômicos**, além de verificar se o ERJ possui atividades econômicas competitivas em cenário nacional.

3.3.1 Índice de Relevância Territorial – IRT

O IRT resulta de uma adaptação de metodologia já aplicada e consolidada na literatura sobre o assunto competitividade econômica (La Rovere et al., 2018), que considera algumas variáveis, como estabelecimentos empresariais e emprego (quantitativo e remunerações médias do trabalho formal), para inferir sobre a

⁷Vide as atividades econômicas que compreendem cada complexo em SEPLAG. Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social. Documento Base (3 volumes). 2023. Disponível em: <https://www.estrategia.planejamento.rj.gov.br/#/biblioteca/118>.

participação de atividades econômicas no âmbito estadual. Por meio de dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o índice se baseia na razão entre a relevância que uma atividade econômica possui em escala local ou regional e o comportamento desta mesma atividade em cenário nacional. Organizado em torno dos Complexos Econômicos, o indicador é calculado para municípios, regiões e estado. Caso uma atividade seja considerada relevante, significa dizer que no comparativo com a estrutura produtiva do país, o ERJ (ou região ou município fluminense) apresenta uma possível especialização em torno deste setor, o que pode sugerir um fator de competitividade em nível nacional.

O IRT é composto pelos Quocientes Locacionais (QL)⁸, pelos Índices de Relevância Setorial (RS)⁹ e pelos Índices de Importância Local (IL)¹⁰, tanto para quantitativo de emprego (e) quanto para remuneração nominal média (r) dos vínculos empregatícios existentes em **cada atividade dos complexos econômicos**¹¹. Além disso, a relevância considera a existência de **mais de três estabelecimentos** empresariais na escala analisada. Cabe mencionar que, ao atender os critérios estabelecidos na metodologia, o indicador é considerado positivo, ou seja, determinada atividade é relevante na escala analisada.

Se: QLe > 1; Qlr > 1; RSe > 0,1%; RSr > 0,1%; ILe > 0,1%; ILr > 0,1%; Estabelecimentos > 3;
Então: IRT = Relevante.

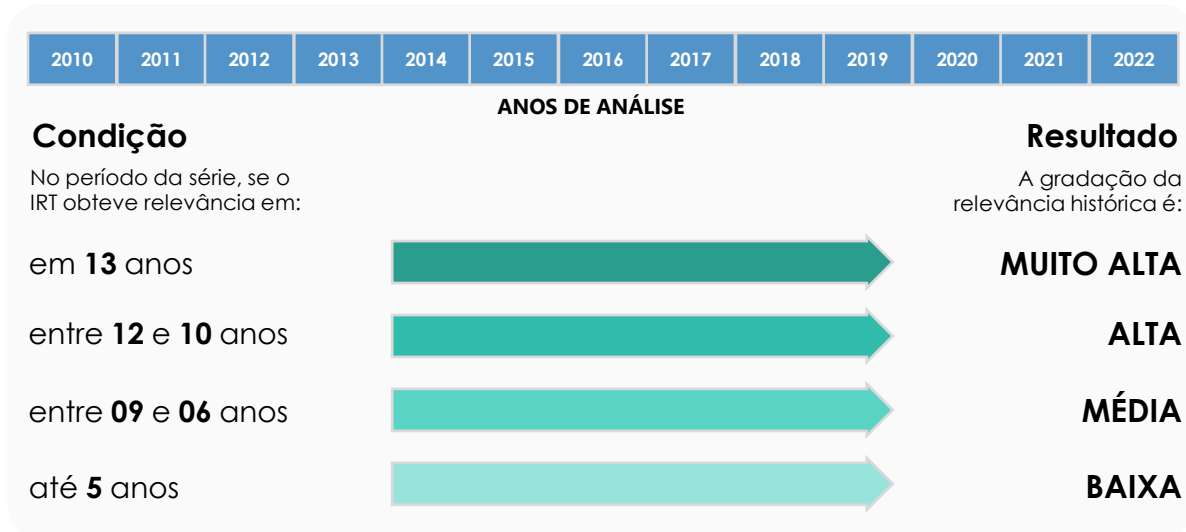
⁸ É utilizado para comparar a participação percentual do quantitativo e/ou remuneração média da mão de obra de um determinado setor de localidade em relação ao mesmo setor no país.

⁹ Indica a relevância do setor produtivo local em relação ao setor produtivo nacional.

¹⁰ Indica a importância do setor na localidade em relação ao total de setores na mesma localidade.

¹¹ Para detalhes sobre a metodologia de cálculo, ver SEPLAG. Nota Técnica nº 002/2022/SUBPLE - Competitividade. Rio de Janeiro, agosto de 2022a. Disponível em: http://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-Competitividade.SEI-120001_007617_2022.pdf.

Esquematisação da metodologia de mensuração do grau de relevância histórica das atividades econômicas dos complexos econômicos, nos recortes estadual, regional e municipal (2010-2022)



Fonte: elaboração própria.

Os resultados foram classificados quanto ao seu grau de relevância, quer dizer, se o indicador for relevante em todos os anos da série analisada (2010 a 2022), a atividade econômica de uma localidade é considerada com “Muito Alta Relevância”. Se a relevância foi percebida em pelo menos dez anos da série, foi classificada como “Alta Relevância”.

No presente relatório, para simplificar uma primeira análise dos resultados encontrados, serão evidenciados somente os setores que apresentaram “Muito Alta” e “Alta Relevância”, por representarem, a princípio, as atividades mais importantes para a organização dos setores econômicos no território estadual, regional ou municipal.

A metodologia aplicada permite analisar padrões de especialização produtiva, cadeias de valor e *clusters*, evidenciando as potencialidades locais que podem ser foco de políticas públicas de desenvolvimento econômico regional. A partir dessa análise espacial e setorial, é possível contribuir para uma elaboração mais assertiva, por exemplo, das ações estratégicas de desenvolvimento previstas no PEDES.

Como todo instrumento, porém, o IRT possui limitações, dentre elas, pode-se citar que **não são consideradas interdependências setoriais**, uma vez que o indicador analisa cada atividade de forma separada. Da mesma forma, os dados da RAIS consideram apenas vínculos, remuneração e estabelecimentos do mercado formal, o que leva ao

mapeamento mais apurado para atividades com maior grau de formalização. Nesse sentido, é possível que setores produtivos com alta informalidade, mas fundamentais para a economia e o mercado de trabalho local, não apareçam como relevante para fins de cálculo do IRT.

3.3.2 Análise estadual do IRT

O estado do Rio de Janeiro (ERJ), com base nos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), possuía, em 2022, pelo menos 41 atividades econômicas¹² com mais de 10 mil empregos formais, entre atividades dos segmentos de comércio e serviço e indústria¹³. Destacam-se, entre elas: atividades de atendimento hospitalar e laboratórios clínicos, vinculados ao Complexo da Saúde; setor hoteleiro e audiovisual, presente no Complexo da Economia Criativa e Turismo; transporte rodoviário de carga, do Complexo de Infraestrutura e Logística; tratamento e disposição de resíduos do Complexo da Economia Verde; Fabricação de produtos do refino de petróleo, do Complexo de Petróleo e Gás; e Construção de embarcações de grande porte, da Economia do Mar.

O IRT, ao ponderar as informações sobre remuneração, quantitativo de estabelecimentos e número de vínculos empregatícios, permite refinar a análise da estrutura produtiva fluminense, mapeando especificidades locais e regionais. Por exemplo, ao longo do período entre 2010 e 2022, foram identificadas apenas três atividades econômicas associadas aos complexos econômicos do PEDES que mantiveram o grau de relevância em todos os anos da série ("Muito Alta Relevância"), o que significa dizer que estas integram um grupo consolidado de atividades relevantes para o ERJ. **Atividades de natureza industrial e de serviços compõem este grupo e pode-se destacar as atividades do Complexo de Infraestrutura e Logística (serviços de telefonia fixa comutada), de Economia Criativa e Turismo (atividades de televisão aberta), e de**

¹²No caso, os dados analisados se referem às subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que estão relacionadas aos complexos econômicos existentes no PEDES. Cabe destacar que a subclasse é o nível hierárquico mais desagregado dessa classificação.

¹³Autores como DINIZ e CROCCO (1996) consideram como aglomerações industriais relevantes setores da indústria com mais de 10 mil empregos gerados em unidades da federação. O indicador serviu para analisar o "mapa da indústria brasileira".

Economia Verde (geração de energia elétrica – congruente também com o Complexo de Infraestrutura e Logística). Cumpre-se pontuar que foram consideradas somente as atividades de natureza industrial, agropecuária e de serviços, excluídas as atividades meramente comerciais.

Em relação à atividade de geração de energia elétrica, que compreende a geração por diversas origens, tais como hidráulica, térmica, nuclear, eólica, solar e outras, observou-se que o número de empregados formais no estado oscilou no período entre 2010 e 2022, com uma queda total de 8,2%.

Na comparação com o cenário nacional, a representatividade do mercado de trabalho do setor também sofreu oscilações nesse período: em 2010, alcançou 19,6%, porém, reduziu-se para 14,6%, em 2022.

Contudo, é importante considerar, sob essa análise, que a pequena redução observada no número de empregados não implicou em uma perda de relevância da atividade, fato que é ilustrado pelos resultados do cálculo do IRT. Ainda, com relação ao número de estabelecimentos dessa atividade no estado, ressalta-se que houve um crescimento de 69,8% no mesmo período.

A nível regional, a geração de energia elétrica não apareceu nas regiões como atividade com “muito alta relevância” ou com “alta relevância”. A atividade apresentou “média relevância” apenas na região metropolitana. A ausência de relevância dessa atividade se deu pela queda da importância local de empregos nos anos de 2013 a 2016, 2019, 2021 e 2022.

No período analisado, sete atividades econômicas foram identificadas como de “alta relevância”: as atividades do Complexo de Petróleo e Gás (atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural), do Complexo de Economia Criativa e Turismo (hotéis), do Complexo de Economia Verde (fabricação de massas alimentícias) e do Complexo de Infraestrutura e Logística (carga e descarga; obras de montagem industrial, outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente; telefonia móvel celular).

Atividades Econômicas identificadas com “Muito Alta” e “Alta” Relevância no estado do Rio de Janeiro (2010-2022)

Atividades Econômicas Relevantes do ERJ	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Atividades de televisão aberta													
Geração de energia elétrica													
Serviços de telefonia fixa comutada - STFC													
Hotéis													
Obras de montagem industrial													
Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente													
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural													
Carga e descarga													
Fabricação de massas alimentícias													
Telefonia móvel celular													

Nota: Foi percebida relevância nas atividades cujos anos estão na cor cinza escuro.

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS/MTE.

As atividades industriais de apoio à extração de petróleo e gás natural deixaram de apresentar relevância no estado em 2013, 2014 e 2020. Essa falta de relevância apresenta correlação com a diminuição da participação das remunerações médias dos vínculos empregatícios do setor no estado, em relação à participação das remunerações médias do setor no país.

No âmbito regional, a atividade de apoio à extração de petróleo e gás natural apresentou “muita alta relevância” e “alta relevância” nas regiões Metropolitana e das Baixadas Litorâneas, respectivamente. É importante ressaltar que, nas Baixadas Litorâneas, a atividade não se configurou com “muita alta relevância histórica”, em função da redução do seu quociente locacional de remuneração que não alcançou o critério mínimo no ano de 2017.

Já sobre a atividade de fabricação de massas alimentícias, que compreende a fabricação de massas alimentícias secas, preparadas, frescas, congeladas ou resfriadas, com ou sem recheio, a ausência de grau de relevância se deu nos últimos três anos do período analisado (2020, 2021 e 2022). Nesse período, foi registrada queda de 67,8% do número de vínculos empregatícios entre 2010 e 2022 e, entre 2019 e 2020, a queda foi de 55,2%, fatos que podem ser atribuídos à ausência de relevância do setor na série.

Regionalmente, essa mesma atividade alcançou grau de “alta relevância” nas regiões Serrana e Metropolitana. A falta de relevância regional também se origina da redução do número de empregos nos últimos três anos da série, em especial, entre 2019 e 2020.

3.3.3 Análise regional do IRT

Com o objetivo de ampliar a compreensão da dinâmica econômica fluminense, foi calculado o IRT de cada região de governo do estado e, complementarmente, o IRT de cada um dos 92 municípios, ambos submetidos à metodologia de aferição da relevância histórica das atividades econômicas. A escala municipal será ressaltada dentro da análise regional, para ampliar a análise das relações que compõem o território de maneira integrada, tendo em vista que as escalas espaciais demonstram movimentos e dimensões diferentes para cada atividade.

Nesse ponto, vale mencionar que, na aplicação desse recurso analítico multiescalar, foram observadas dinâmicas diferentes em cada escala (regional e municipal), o que pode ser entendido como reflexo da heterogeneidade territorial de municípios – que possuem especificidades e graus de especialização – mas integram uma coesão regional. Em alguns casos, que serão expostos a seguir, enquanto algumas atividades alcançaram relevância histórica “muito alta” regionalmente, atividades distintas foram sobressalentes no recorte dos municípios da mesma região.

3.3.3.1 Região da Costa Verde

No período compreendido entre 2010 e 2022, a região da Costa Verde não apresentou uma relação de atividades econômicas que tenham alcançado grau de “muito alta” relevância histórica. Significa dizer que nenhuma atividade econômica da região conseguiu manter, de forma absoluta, relevância pelo IRT, ao longo dos treze anos da série. Contudo, há que se destacar que essa questão não anula a importância, a representatividade e, ainda, a relevância das atividades econômicas a nível municipal.

Nesse cenário, no recorte municipal, destaca-se que os Hotéis, integrantes do complexo de Economia Criativa e Turismo, apresentaram “muito alta” relevância histórica de forma unânime entre os três municípios que compõem a região. Ao total, em 2022, a

atividade foi responsável pelo emprego de cerca de 3,8 mil trabalhadores, em 40 estabelecimentos, com uma remuneração média de R\$1.998,46. Paraty foi o município que concentrou a maior parte dos estabelecimentos (59,3%), contudo, a força de trabalho empregada formalmente se distribuiu de forma mais uniforme entre os municípios da região: Paraty, com 37,2%; Mangaratiba, com 35,9%; e Angra dos Reis, com 26,9% do total da força de trabalho empregada em hotéis.

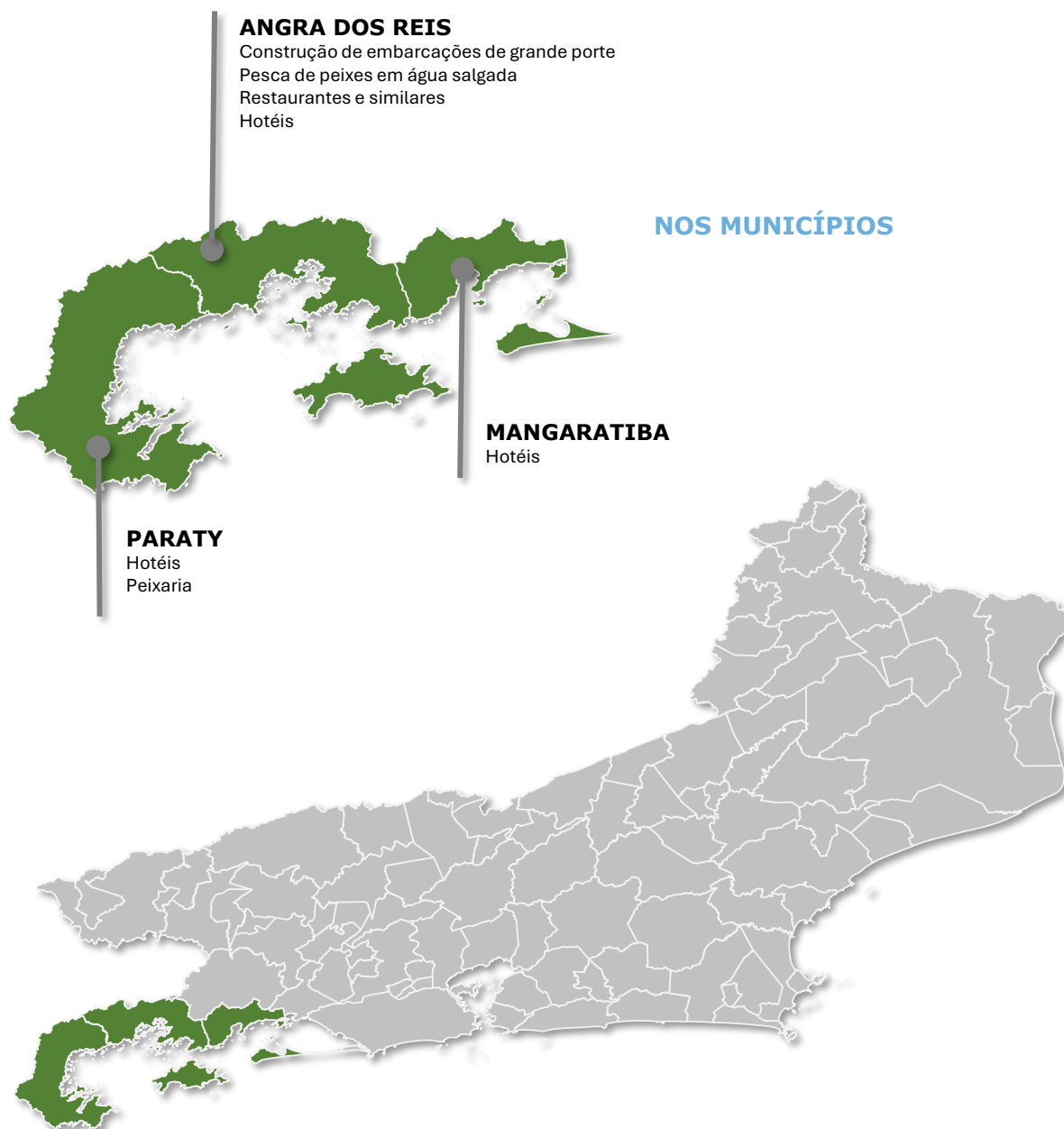
Ademais, ainda dentro do complexo da Economia Criativa e Turismo, os restaurantes e similares também obtiveram o grau de “muito alta” relevância em Angra dos Reis. Em 2022, o município empregou 916 trabalhadores (47,9% da região) em 169 estabelecimentos (44,9% da região), com uma remuneração média de R\$1.832,99, cerca de 20% maior do que a remuneração média da região.

Além disso, atividades do complexo da Economia do Mar obtiveram o mesmo grau de “muito alta” relevância histórica em Angra dos Reis e Paraty: em Angra dos Reis, sede de um dos principais estaleiros do estado (BrasFELS), destacou-se a Construção de embarcações de grande porte e a pesca de peixes em água salgada. A construção de embarcações de grande porte no município foi responsável, em 2022, pelo emprego de cerca de 6,6 mil trabalhadores, em 4 estabelecimentos, com uma remuneração média de R\$4.719,67. Quanto à pesca de peixes em água salgada, Angra foi responsável pelo emprego de 97,2% do total da força de trabalho empregada formalmente na região (cerca de 313 empregados) e por 74,4% dos estabelecimentos (cerca de 84), com uma remuneração média de R\$2.023,48.

Em Paraty, o complexo da Economia do Mar foi representado pelas atividades de peixarias, importante meio de distribuição e acesso do consumidor final do produto local. Os sete estabelecimentos registrados no município, em 2022, foram responsáveis pelo emprego de 32 trabalhadores, com uma remuneração média de R\$1.803,70 (cerca de 14% superior à média remuneratória da região nesta atividade).

COSTA VERDE:

Atividades dos Complexos Econômicos com relevância histórica “ *muito alta*”¹⁶



¹⁶ Ressalta-se que, para a região em análise, não foi encontrada atividade econômica que tenha obtido grau de muito alta relevância histórica como resultado do IRT regional.

3.3.3.2 Região Centro-Sul Fluminense

Na região Centro-Sul Fluminense, as atividades consideradas de maior relevância são, em grande parte, pertencentes ao complexo da Economia Verde, com destaque para as atividades relacionadas à agropecuária: criação de bovinos para corte, fabricação de produtos de carne, criação de bovinos para leite, horticultura (exceto morango), além da criação de equinos.

Considerando os demais complexos econômicos, as atividades da indústria de plásticos (fabricação de embalagens de material plástico e fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente), integrantes do complexo de Petróleo e Gás, e a fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos, atividade pertencente ao Complexo de Infraestrutura e Logística, também alcançaram grau de muito alta relevância histórica no território.

Dentro do espectro da Economia Verde, a horticultura registrou, no último ano analisado (2022), 47 estabelecimentos com 86 vínculos empregatícios e uma remuneração média de R\$1.413,69 na região. No recorte municipal, tal atividade, no município de Sapucaia, apresentou a maior participação no número de vínculos e estabelecimentos. Contudo, a horticultura alcançou a classificação de “alta relevância” no município, ou seja, um grau abaixo do alcançado a nível regional. Nesse ponto, observou-se que, entre 2015 e 2017, Sapucaia apresentou queda de 75% do número de vínculos empregatícios e de 42,9% do número de estabelecimentos. Este fato pode justificar a ausência de relevância dessa atividade no município em anos específicos. Vale ressaltar que, a partir de 2018, verificou-se uma recuperação desse número, acima do nível apresentado nos anos anteriores, ponderada por reduções a partir de 2021. Ao total, o município fechou a série em patamar próximo ao do ano de 2015, o que permitiu que a atividade se mantivesse relevante em todo o período na região.

A atividade de criação de bovinos para leite contou, em 2022, com 447 vínculos empregatícios e uma remuneração média de R\$1.934,97, em 149 estabelecimentos existentes na região. No âmbito municipal, Paraíba do Sul e Vassouras apresentaram grau de “muito alta relevância” nessa atividade, concentrando 62% dos vínculos e 47% dos estabelecimentos regionais. Já a criação de bovinos para corte, que também apresentou grau de “muito alta relevância” na região, em 2022, registrou 547

empregados formais associados a 177 estabelecimentos com uma remuneração média de R\$1.573,90. Entretanto, a atividade não obteve relevância no nível municipal. Pode-se inferir que o principal motivo para a atividade não ter alcançado relevância nesse recorte foi a proporção de vínculos em relação ao setor a nível nacional.

Com relação à criação de equinos, a região registrou 193 vínculos de empregos, uma remuneração média de R\$2.421,09 em 35 estabelecimentos. No âmbito local, dois municípios da região obtiveram “muito alta relevância” desta subclasse: Vassouras e Três Rios. No último ano analisado, Vassouras apresentou 46 vínculos empregatícios, remuneração média de R\$3.539,63 e 4 estabelecimentos. Já Três Rios, obteve 39 empregos em 6 estabelecimentos, com remuneração média de R\$1.938,30 nessa atividade.

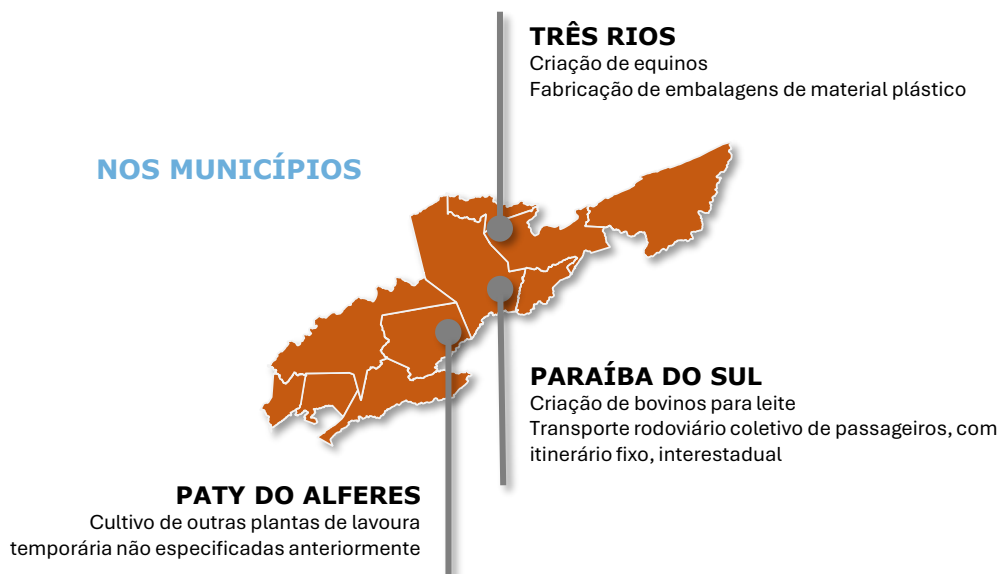
Com respeito à fabricação de produtos de carne, a região foi responsável pela geração de 612 empregos em 10 estabelecimentos, apresentando uma remuneração média de R\$2.382,78 (2022). Três Rios foi o município de maior destaque, onde a atividade foi classificada com grau de “muito alta relevância”, com 402 empregos, 3 estabelecimentos e remuneração média de R\$2.813,21.

No que se refere às atividades do Complexo de Petróleo e Gás na região, observou-se que a fabricação de artefatos de material plásticos foi responsável, em 2022, pela geração de 403 empregos, em 11 estabelecimentos com remuneração média de R\$2.524,10. Nessa atividade, o município mais representativo foi Três Rios, que apresentou “alta relevância” com um total de 78 empregados, uma remuneração média de R\$2.019,15 e 4 estabelecimentos. Ainda, na indústria de plásticos, a atividade de fabricação de embalagens de material plástico registrou, em 2022, 1.032 empregos em 30 estabelecimentos na região Centro-Sul. A remuneração média nessa atividade foi de R\$2.383,29. No recorte municipal, Três Rios foi o único município que se destacou com grau de relevância “muito alta” da atividade, com o registro de 846 empregos em 19 estabelecimentos no seu território, a uma remuneração média de R\$2.489,50.

Já a atividade vinculada ao Complexo de Infraestrutura e Logística, a fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos, registrou, em 2022, 356 vínculos empregatícios, com remuneração média de R\$1.751,20 e 10 estabelecimentos. Paraíba do Sul foi o município onde a atividade obteve grau “alta relevância”, com 176 empregos, remuneração média de R\$1.589,76 e 06 estabelecimentos.

CENTRO-SUL FLUMINENSE:

Atividades dos Complexos Econômicos com relevância histórica “*muito alta*”

NOS MUNICÍPIOS**NA REGIÃO****COMPLEXO DA ECONOMIA VERDE**

Criação de equinos
Fabricação de produtos de carne
Horticultura, exceto morango
Criação de bovinos para corte
Criação de bovinos para leite

COMPLEXO DE PETRÓLEO E GÁS

Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente
Fabricação de embalagens de material plástico

COMPLEXO DE INFRAESTRUTURA URBANA E LOGÍSTICA

Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos

3.3.3.3 Região Metropolitana

Em relação a todo o território compreendido pela Região Metropolitana, duas atividades do complexo de Economia Criativa e Turismo foram classificadas com “muito alta relevância”, a saber: atividades de televisão aberta e hotéis. Além dessas, outras duas atividades apresentaram importância em todos os anos da série analisada: a atividade de serviços de telefonia fixa comutada – STFC, pertencente ao complexo econômico de Infraestrutura e Logística, e atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural, do complexo econômico de Petróleo e Gás.

As atividades de televisão aberta registraram 34 estabelecimentos, 11.900 vínculos e remuneração média de R\$12.549,89, em 2022. Destaca-se que, no âmbito municipal, a atividade apresentou relevância somente no município do Rio de Janeiro, em todos os anos analisados. Estão presentes na Capital grandes emissoras tais como Globo, Band e Record. Ao todo, o setor concentra 11.885 empregados em 31 estabelecimentos no município, com uma remuneração média de R\$12.561,17 (2022). Cabe mencionar que, no ano de 2012, o município chegou a apresentar 12.067 vínculos empregatícios nesta atividade, 2% a mais que no último ano analisado (2022).

Na região, a hotelaria, cuja subclasse abrange atividades de hotéis e pousadas combinadas ou não com o serviço de alimentação, contava com 20.023 vínculos empregatícios formais e registrou uma remuneração média de R\$2.691,73 em 2022. No recorte municipal, Petrópolis e a capital Rio de Janeiro também apresentaram a atividade com grau de “muito alta relevância” em seu território: os dois municípios somados representavam 67,6% dos estabelecimentos de 2022 e 91,3% dos vínculos empregatícios da região.

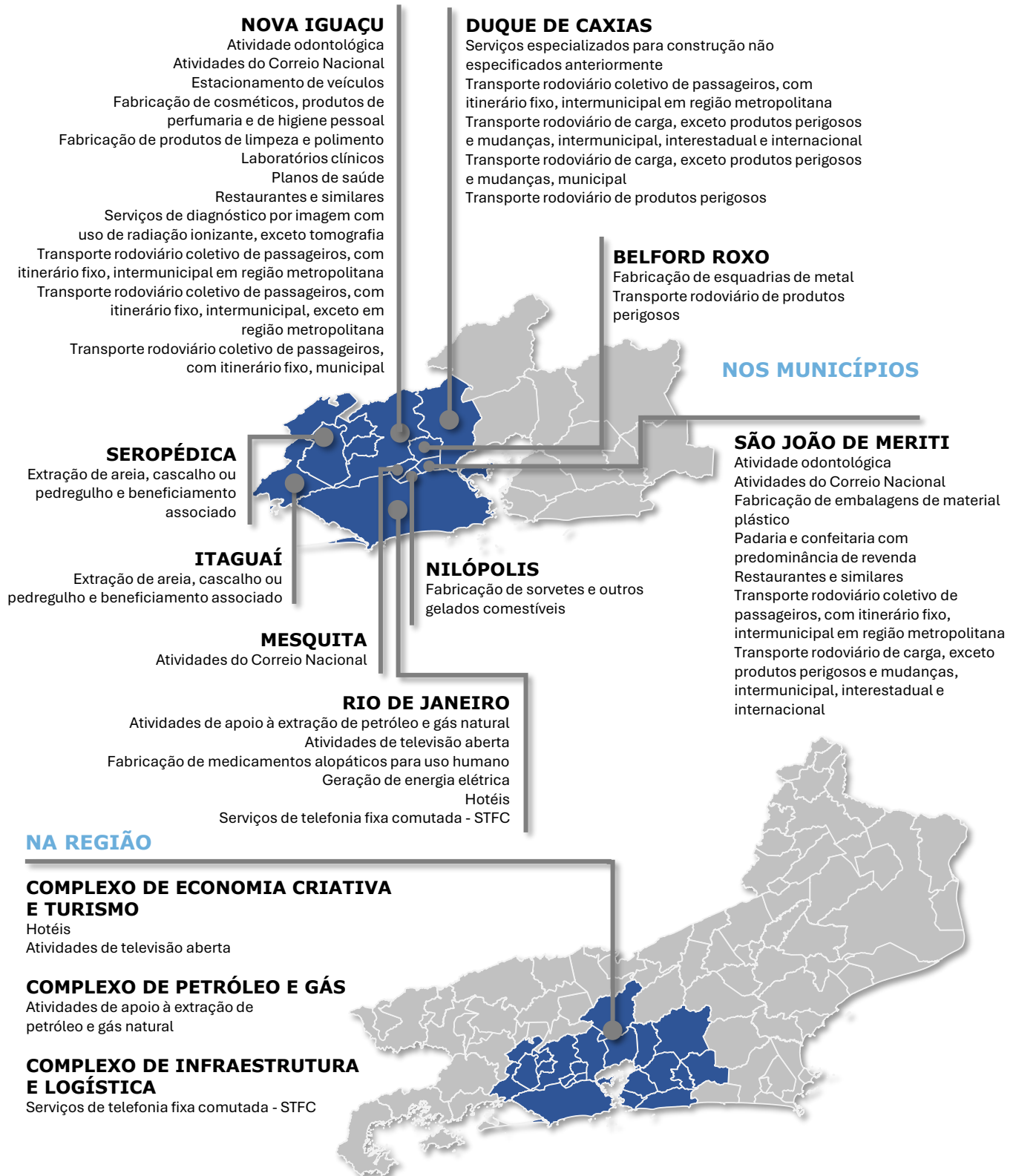
Os Serviços de telefonia fixa comutada – STFC contavam com 5.097 vínculos empregatícios formais na região e 86 estabelecimentos no ano de 2022. A maioria desses vínculos e estabelecimentos se concentrou na capital (94,3% e 72,1% respectivamente) e, consequentemente, a atividade também foi classificada como “muito alta relevância” no município do Rio de Janeiro.

Por fim, em relação à atividade de apoio à extração de petróleo e gás natural, foram registrados 4.523 vínculos empregatícios na atividade em 2022 na região, sendo 3.175 no município do Rio de Janeiro e 1.340 no município de Niterói. A atividade apresentou uma remuneração média de R\$17.072,90 na região, enquanto no município

do Rio de Janeiro a remuneração média alcançou R\$17.898,01 e, em Niterói, o registro foi de R\$15.201,14. A atividade também foi classificada como “muito alta relevância” nesses dois municípios.

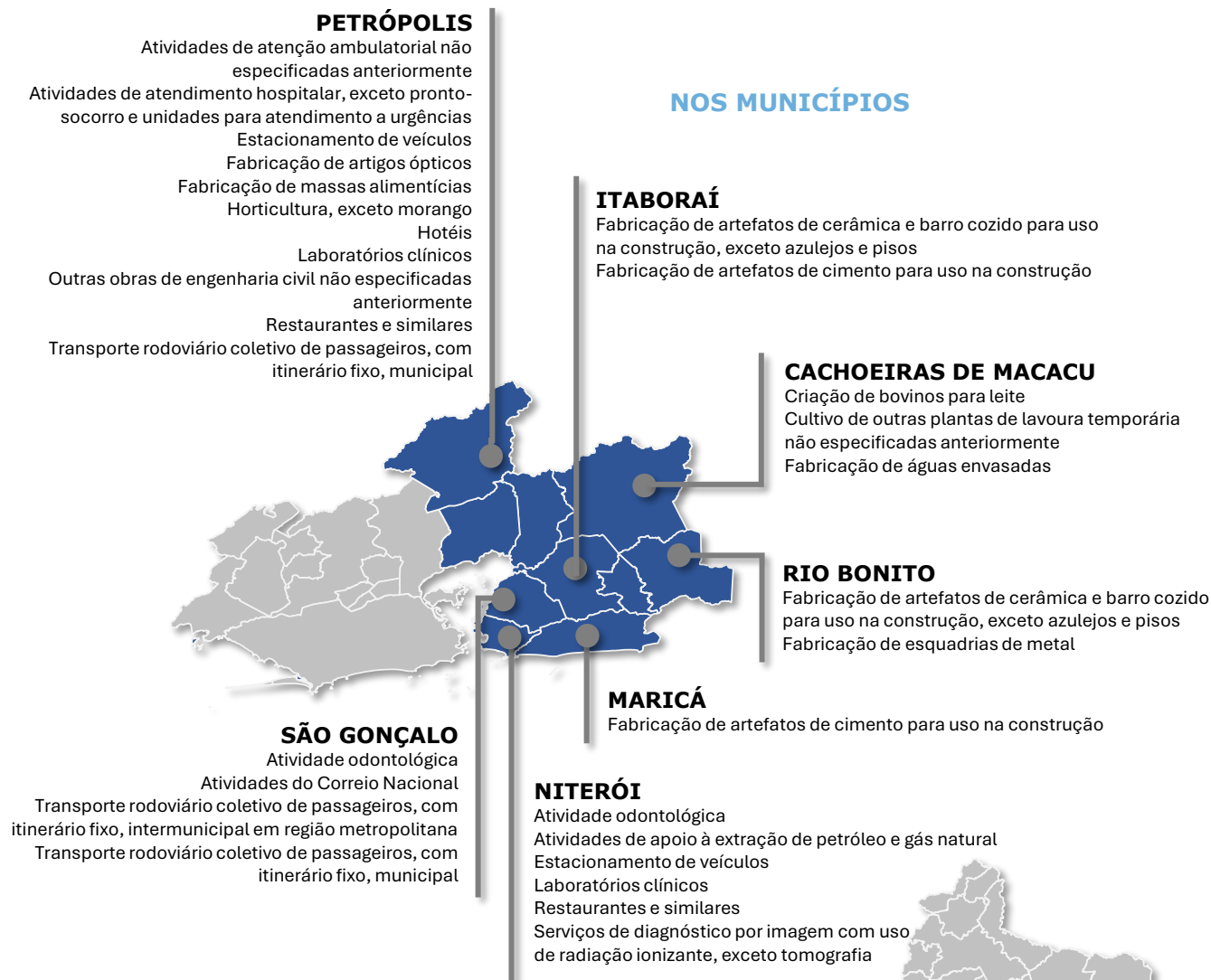
METROPOLITANA (GRUPO 1):

Atividades dos Complexos Econômicos com relevância histórica “ *muito alta* ”



METROPOLITANA (GRUPO 2):

Atividades dos Complexos Econômicos com relevância histórica “*muito alta*”

**NA REGIÃO****COMPLEXO DE ECONOMIA CRIATIVA E TURISMO**

Hotéis
Atividades de televisão aberta

COMPLEXO DE PETRÓLEO E GÁS

Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural

COMPLEXO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Serviços de telefonia fixa comutada - STFC

3.3.3.4 Região do Médio Paraíba

A região do Médio Paraíba apresentou oito atividades de “muito alta relevância” no período de 2010 a 2022, ou seja, essas atividades foram classificadas como relevantes em todos os anos da série. Dessas atividades, seis fazem parte do complexo de Infraestrutura e Logística (algumas atividades têm interseção com outros complexos) e as demais são integrantes dos complexos da Economia Verde e de Economia Criativa e Turismo.

Com relação às atividades do complexo de Infraestrutura e Logística, destaca-se que as atividades econômicas de “muito alta relevância” estão ligadas ao transporte, a saber: transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional); transporte rodoviário de produtos perigosos; transporte rodoviário coletivo de passageiros (com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana) e transporte rodoviário coletivo de passageiros (sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional).

O transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional registrou 563 vínculos, em 22 estabelecimentos e média de remuneração de R\$2.501,23 no último ano da série (2022). No âmbito municipal, Resende apresentou “muito alta relevância” na atividade, concentrando 503 desses vínculos, em 6 estabelecimentos.

O transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana, totalizou 1.118 vínculos empregatícios em 19 estabelecimentos no ano de 2022. Entre 2010 e 2022, o número de empregos nessa atividade diminuiu 41,1%. Em 2010, o número de vínculos era de 1.897 e obteve seu auge em 2012, com 2.066 vínculos. Em 2021, esse número atingiu o menor valor, com 1.064 vínculos. Barra Mansa e Resende foram os municípios em que as atividades também apresentaram grau de relevância “muito alta” na região. Barra Mansa concentrou, no ano de 2022, 65% dos vínculos regionais dessa atividade e Resende deteve 11,1% dos vínculos. Barra do Piraí foi responsável por 22,6% dos vínculos regionais. Apesar disso, o município obteve o grau de “alta relevância” para a atividade, devido à queda da remuneração média em 2019.

As atividades de transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional) e transporte rodoviário de

produtos perigosos contavam com 271 e 23 estabelecimentos em 2022, respectivamente. As duas atividades totalizavam 7.161 vínculos empregatícios na região, sendo 37,1% deles no município de Barra Mansa, onde as atividades foram classificadas com relevância “muito alta”. A atividade de transporte rodoviário de carga (exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional) apresentou grau de “alta relevância” para o município de Resende. O número de vínculos empregatícios nessa subclasse do município, em 2016, era de 625 vínculos e alcançou o patamar de 1.253 em 2022.

A fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente, que também integra o Complexo de Infraestrutura e Logística, em 2022, concentrou 2.819 vínculos empregatícios, associados a 13 estabelecimentos, com uma remuneração média de R\$3.918,07. No contexto local, Resende foi o município que apresentou relevância “muito alta” para essa subclasse da CNAE, com 1.817 vínculos empregatícios em 6 estabelecimentos, dispondo de uma remuneração média de R\$3.893,16, nesse mesmo ano.

A Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio, que compõe o Complexo de Infraestrutura e Logística e o de Economia Verde, detinha 413 empregos em 13 estabelecimentos, com uma remuneração média de R\$3.609,45. Nessa atividade, Volta Redonda foi o único município que apresentou relevância “muito alta”, consolidando 394 vínculos empregatícios, com remuneração média de R\$3.042,32 em 5 estabelecimentos (2022).

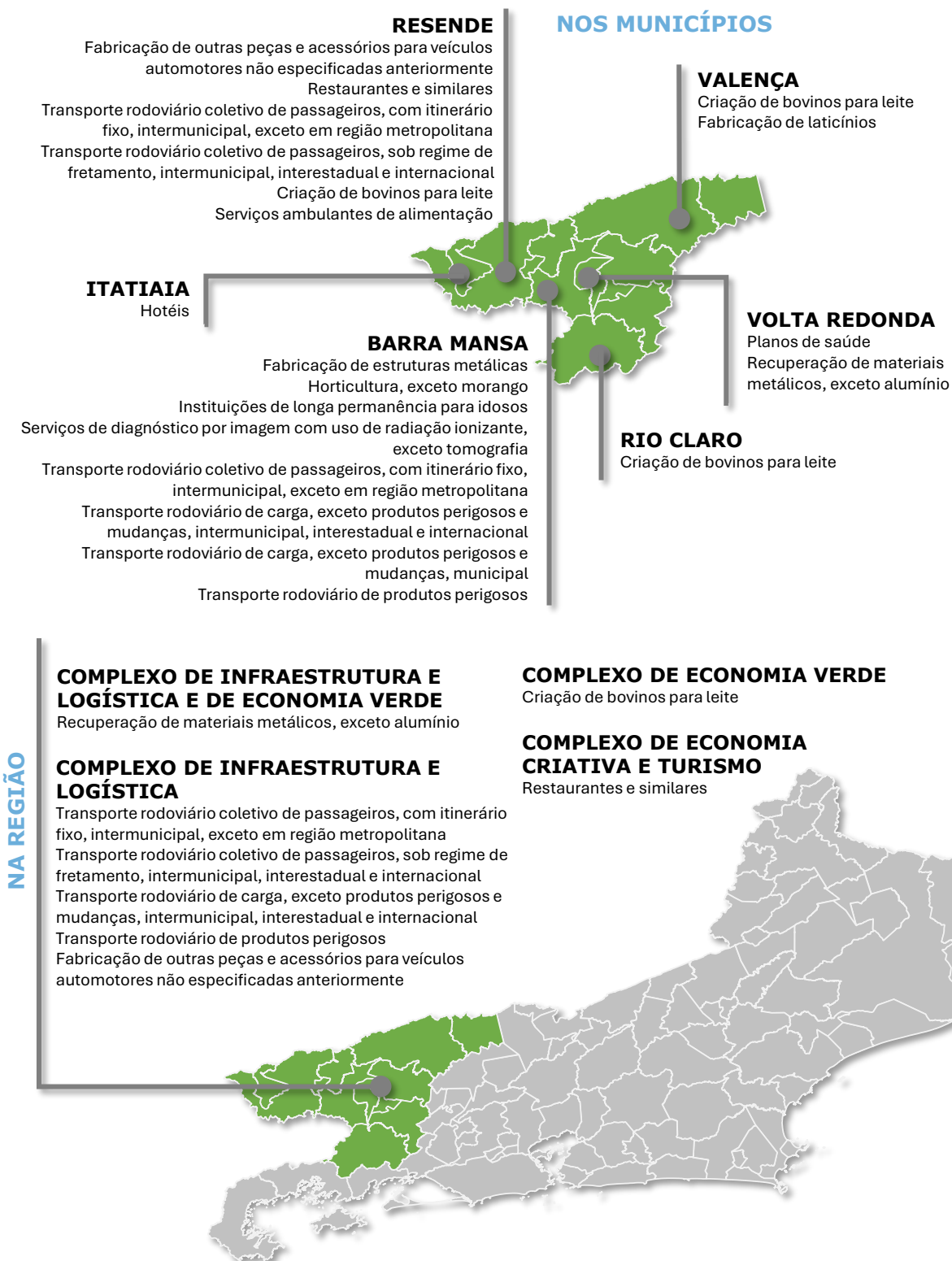
Em relação à atividade de restaurantes e similares, em 2022, foram registrados 672 estabelecimentos, mobilizando 4.309 vínculos empregatícios formais e uma remuneração média de R\$1.523,92. A nível municipal, a atividade foi considerada de “muito alta relevância” em Resende, onde foram registrados 1.001 vínculos em 141 estabelecimentos no ano de 2022. É interessante destacar, também, Volta Redonda, uma vez que o município concentrou mais vínculos e estabelecimentos na atividade do que os demais da região, apesar da atividade ter sido classificada como de “média relevância” no município.

Por fim, a criação de bovinos para leite contou com 1.126 vínculos empregatícios formais em 484 estabelecimentos na região em 2022. A atividade foi considerada com mais alta relevância nos municípios de Barra do Piraí, Rio Claro e Valença. Valença representou 25,13% dos vínculos e 31,82% dos estabelecimentos em 2022. Resende é o

segundo município em relação a proporção de vínculos e estabelecimentos também nesse ano (com 19,01% e 19,63% respectivamente), porém, a atividade no município foi classificada como de “alta relevância” devido à perda de relevância, especificamente, no ano de 2020, pela queda no número de vínculos. De 2019 para 2020, houve queda no número de vínculos de 63%. Entretanto, houve a retomada da atividade em 2022, com aumento de 185% dos vínculos em comparação com o ano anterior.

MÉDIO PARAÍBA:

Atividades dos Complexos Econômicos com relevância histórica “*muito alta*”



3.3.3.5 Região Norte Fluminense

A região Norte fluminense não apresentou, para o período compreendido entre 2010 e 2022, uma relação de atividades econômicas que tenham alcançado grau de “muito alta” relevância histórica. Significa dizer que nenhuma atividade econômica da região conseguiu manter de forma absoluta, ao longo dos treze anos da série, IRT com esse tipo de relevância. Contudo, há que se destacar que essa questão não anula a importância, a representatividade e, ainda, a relevância das atividades econômicas a nível municipal.

Nesse ponto, destaca-se que quatro dos nove municípios da região, quais sejam Campos dos Goytacazes, Macaé, São Fidélis e Conceição de Macabu, apresentaram atividades¹⁴ que alcançaram a mais alta gradação de relevância histórica, nos termos do IRT resultante.

Campos dos Goytacazes foi o município que apresentou o maior número de atividades econômicas de “muito alta” relevância associadas, sobretudo, aos complexos de Economia da Saúde e de Infraestrutura e Logística, quais sejam¹⁵:

(a) atividade odontológica, que foi responsável pelo emprego de 415 trabalhadores em 212 estabelecimentos no município, a uma remuneração média de R\$1.435,13;

(b) atividades de atendimento hospitalar, com cerca de 3,4 mil empregos, em 45 estabelecimentos, com uma remuneração média de R\$4.897,74;

(c) laboratórios clínicos, com 276 empregados, em 33 estabelecimentos, a uma remuneração média de R\$2.529,48;

(d) fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, com cerca de 2,2 mil empregados (93,7% do total do setor na região), em 130 estabelecimentos, a uma remuneração média de R\$1.543,67;

(e) obras de terraplanagem, com 157 empregados, em 20 estabelecimentos, a uma remuneração média de R\$5.206,57; e

¹⁴ Considerando a exclusão aplicada nesta análise às atividades de cunho estritamente comercial.

¹⁵ Ano de referência para os dados contidos nos itens é 2022.

(f) outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, com 395 empregados, em 41 estabelecimentos, a uma remuneração média de R\$4.621,31.

Macaé foi o segundo município com o maior número de atividades de “muito alta” relevância associadas, sobretudo, aos complexos da Economia do Mar, Petróleo e Gás e Infraestrutura e Logística, quais sejam¹⁶:

(a) extração de petróleo e gás natural, que foi responsável pelo emprego de 5.025 trabalhadores (95,5% do total da região), em 8 estabelecimentos, a uma remuneração média de R\$33.085,83;

(b) manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, com cerca de 1,7 mil empregados, em 18 estabelecimentos a uma remuneração média de R\$4.958,71 (47,7% maior que a média do setor na região);

(c) navegação de apoio marítimo, com 4.977 empregados, a uma remuneração média de R\$8.792,45, em 33 estabelecimentos; e

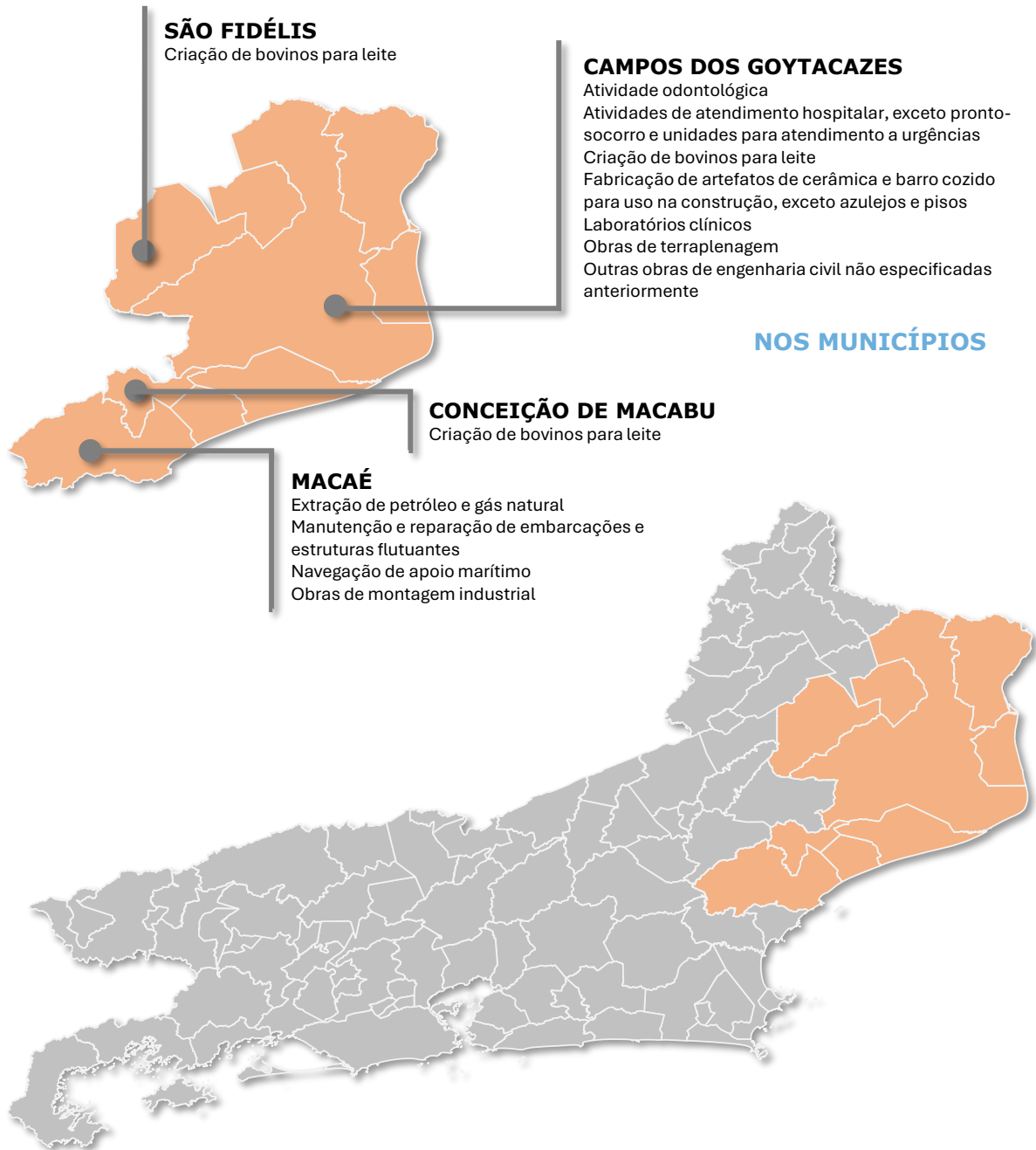
(d) obras de montagem industrial, com cerca de 8 mil empregados (98,8% do total do setor na região), em 15 estabelecimentos, a uma remuneração média de R\$4.081,46.

Já os municípios de São Fidélis e Conceição de Macabu apresentaram a mesma e única atividade econômica de “muito alta” relevância histórica: a criação de bovinos para leite, associada ao complexo de Economia Verde. Em 2022, esta atividade no município de São Fidélis foi responsável pelo emprego de 86 trabalhadores formais, em 45 estabelecimentos, a uma remuneração média de R\$1.144,91 enquanto a atividade em Conceição de Macabu empregou, no mesmo ano, 110 empregados, em 49 estabelecimentos, a uma remuneração média de R\$1.290,45.

¹⁶Ano de referência para os dados contidos nos itens é 2022.

NORTE FLUMINENSE:

Atividades dos Complexos Econômicos com relevância histórica “ *muito alta* ”¹⁷



¹⁷ Ressalta-se que, para a região em análise, não foi encontrada atividade econômica que tenha obtido grau de muito alta relevância histórica como resultado do IRT regional.

3.3.3.6 Região Noroeste

Na Região do Noroeste Fluminense, três atividades do complexo da Economia Verde apresentaram “muito alta relevância”, são elas a criação de bovinos para leite, a fabricação de produtos de carne e a fabricação de águas envasadas.

Com relação à fabricação de águas envasadas, presente em dois dos treze municípios da região, verificou-se que, em Itaperuna, a atividade apresentou “muito alta” relevância histórica. Laje do Muriaé, onde também há registro dessa atividade, não foi identificada relevância em termos do IRT municipal no período analisado. Para o último ano da série (2022), com uma remuneração média de R\$1.600,19, foram registrados 115 empregados formais na região, sendo Itaperuna responsável por cerca de 75% deste total, associados a 5 estabelecimentos.

Para a fabricação de produtos de carne, identificou-se “muito alta relevância” em Itaperuna. Este município representou, em 2022, 52,4% dos estabelecimentos da atividade na região, assim como 59,6% dos vínculos empregatícios. Vale notar o crescimento de 28,7% dos vínculos empregatícios da atividade no município de Itaperuna entre 2021 e 2022.

A criação de bovinos para leite está presente em todos os 13 municípios da região, e somou 913 vínculos empregatícios em 2022, com uma remuneração média de R\$1.237,49. A nível municipal a atividade foi de “muito alta relevância” em Bom Jesus de Itabapoana, Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, além de ter alta relevância em Natividade. Neste último município, a atividade não foi considerada relevante em 2022, principalmente, pela queda de vínculos empregatícios, tendência presente a partir de 2016. Entre 2010 a 2022 a queda foi de 59,6%.

As outras quatro atividades classificadas como “muito alta relevância” na região são pertencentes ao complexo econômico de Infraestrutura e Logística: Fabricação de esquadrias de metal; Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras; Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração; Atividades do Correio Nacional.

A atividade de correio nacional totalizou 148 vínculos empregatícios em 2022, com uma remuneração média de R\$6.931,37. A atividade gerou empregos nos 13 municípios pertencentes a região, porém, a atividade foi classificada como relevante em nenhum deles, uma vez que o número de estabelecimentos é insuficiente no critério do IRT – cada

município tinha um estabelecimento de correio nacional, com exceção de Itaperuna que contava com dois.

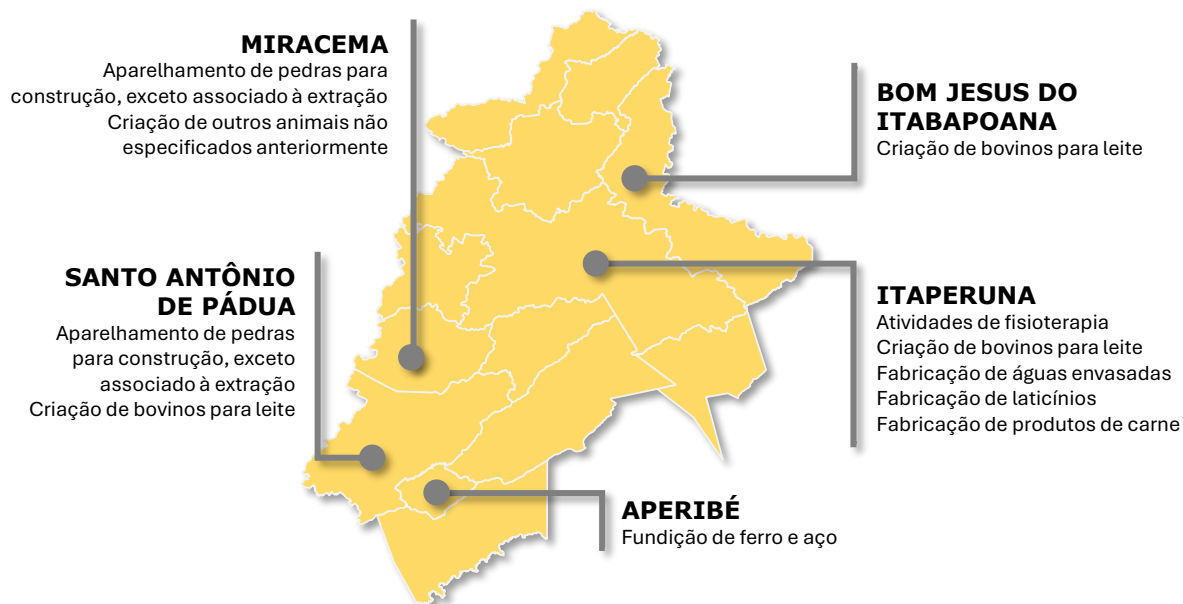
A fabricação de esquadrias de metal empregou formalmente 278 empregados na região, em 21 estabelecimentos. No âmbito municipal, a atividade foi considerada de “alta relevância” em Miracema. O município não teve a atividade considerada relevante em 2022 pela perda de estabelecimentos, apesar de contar com 59,7% dos vínculos empregatícios da região.

Em relação ao aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras, a atividade contou com 132 vínculos empregatícios na região em 2022, distribuídos em 7 dos 13 municípios. A atividade foi considerada de “média relevância” no município de Itaperuna. O número de vínculos relacionados à atividade no município chegou a 407 em 2014, mas concentrou apenas 47 empregos no ano de 2022.

Em termos municipais, o aparelhamento de pedras para construção foi identificado em oito dos treze municípios da região. Santo Antônio de Pádua e Miracema foram os municípios onde, individualmente, a atividade registrou “muito alta” relevância histórica, isto é, entre 2010 e 2022, ela se manteve relevante nos cálculos do IRT municipal. Ao total, em 2022, a atividade empregou formalmente na região 445 empregados, em 62 estabelecimentos, com uma remuneração média de R\$1.473,66.

NOROESTE FLUMINENSE:

Atividades dos Complexos Econômicos com relevância histórica “ *muito alta*”

NOS MUNICÍPIOS**COMPLEXO DA ECONOMIA VERDE**

Criação de bovinos para leite
Fabricação de produtos de carne
Fabricação de águas envasadas

COMPLEXO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras
Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração
Atividades do Correio Nacional
Fabricação de esquadrias de metal

NA REGIÃO

3.3.3.7 Região Serrana

No período entre 2010 e 2022, na Região Serrana, observou-se 16 atividades econômicas pertencentes aos complexos econômicos do PEDES classificadas com “muito alta relevância”. Destacaram-se atividades dos complexos da Economia Verde (com ênfase na atividade agropecuária), da Economia da Saúde, da Economia Criativa e Turismo e de Petróleo e Gás.

Em relação as atividades do complexo da Economia Verde que foram classificadas com “muito alta relevância” na região, têm-se no último ano da série analisada:

(a) Criação de frangos para corte, que foi responsável pelo emprego de 254 trabalhadores em 52 estabelecimentos, com uma remuneração média de R\$1.483,05;

(b) Criação de equinos, que possuía 161 vínculos empregatícios em 35 estabelecimentos e remuneração média de R\$1.619,77;

(c) Horticultura, exceto morango, que obteve 1.279 vínculos empregatícios em 185 estabelecimentos e uma média de remuneração de R\$1.667,85;

(d) Preparação de leite, que teve 196 empregados em 5 estabelecimentos com remuneração média de R\$7.864,65;

(e) Criação de bovinos para leite, que empregou 717 pessoas em 290 estabelecimentos com remuneração média de R\$1.257,37;

(f) Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria, que dispôs de 508 empregos formais em 85 estabelecimentos, contando com remuneração média de R\$1.480,94.

A respeito das atividades do complexo da Economia da Saúde classificadas com “muito alta relevância” na região foram identificadas, no ano de 2022:

(a) Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia contaram com 209 empregados e 16 estabelecimentos, com média de remuneração de R\$2.075,04;

(b) Atividade odontológica obteve 440 vínculos empregatícios em 219 estabelecimentos, com uma remuneração média de R\$1.531,14;

(c) Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências concentraram 3.274 vínculos empregatícios em 17 estabelecimentos.

As atividades do complexo da Economia Criativa e Turismo de “muito alta relevância”, em 2022:

(a) Restaurante e similares contaram com 2.312 vínculos em 416 estabelecimentos e média de remuneração de R\$1.563,84;

(b) Hotéis empregaram 1.166 pessoas em 117 estabelecimentos com uma remuneração média de R\$2.234,70.

Em relação as subclasses CNAE presentes no complexo de Infraestrutura e Logística que obtiveram “muito alta relevância” na análise, tem-se em 2022:

(a) Fabricação de esquadrias de metal, que empregou 193 pessoas em 28 estabelecimentos com uma média de remuneração de R\$2.227,39;

(b) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, que contou com 926 empregados em 7 estabelecimentos com remuneração média de R\$2.424,81;

(c) Estacionamento de veículos, que empregou 198 pessoas em 84 estabelecimentos com remuneração média de R\$1.779,71;

(d) Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana – também pertencente ao complexo de Economia Criativa e Turismo –, que obteve 259 vínculos empregatícios em 7 estabelecimentos e remuneração média de R\$2.299,99.

Por fim, a atividade do complexo de Petróleo e Gás classificada como “muito alta relevância” em 2022 foi a fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente, com 216 vínculos empregatícios em 14 estabelecimentos e uma remuneração média de R\$3.080,16.

No âmbito municipal, São José do Vale do Rio Preto também obteve “muito alta relevância” na atividade de criação de frangos para corte. O município apresentou em 2022 36 estabelecimentos e 171 empregados nessa atividade. Horticultura (exceto morango) também apareceu como atividade da mais alta relevância no município, com 28 estabelecimentos e 53 empregados no mesmo ano.

A criação de bovinos para leite apresentou “muita alta relevância” também nos municípios de Cantagalo, Carmo e Santa Maria Madalena. Nos três municípios houve uma queda no número de vínculos e estabelecimentos relacionados a essa atividade no período analisado, mesmo que tivesse mantido sua relevância nos territórios (com quedas de 47%, 22,7% e 15,2% no número de vínculos, respectivamente, e queda de 52,9%, 56,5% e 21,2% no número de estabelecimentos, respectivamente).

Em relação a atividade odontológica, Nova Friburgo e Teresópolis somados representaram, em média, 86,7% dos vínculos empregatícios dessa atividade na região. Em ambos os municípios, os vínculos cresceram no período, 79,6% e 53,6%, respectivamente. Para a atividade de atendimento hospitalar Teresópolis concentrou, aproximadamente, 61,2% dos vínculos empregatícios da região, com um aumento de 49,8% dos vínculos no período. Nova Friburgo também concentrou os vínculos empregatícios relacionados à atividade de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante (exceto tomografia), com 89,1% dos vínculos e 47,6% dos estabelecimentos da atividade na região em 2022.

As atividades de restaurante e similares e hotéis foram classificadas com “muito alta relevância” também nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis. Houve um crescimento de estabelecimentos das duas atividades nos municípios, 48,5% e 42,7% de restaurantes e similares em Nova Friburgo e Teresópolis, respectivamente, e 13,3% e 2,4% em hotéis em Nova Friburgo e Teresópolis, respectivamente.

Com relação à criação de equinos, Teresópolis foi o município que apresentou graduação de “muito alta” relevância histórica, isto é, assim como o IRT total da região, o município obteve relevância entre os anos 2010 e 2022, em que pese a notável redução (52,5%) no número de empregados formais registrada nos últimos anos da série, após o ano de 2020. O mesmo movimento não foi observado, no entanto, no número de estabelecimentos que executam tal atividade – que apresentou aumento de 14,3%.

A atividade de estacionamento de veículos se concentrou nos municípios de

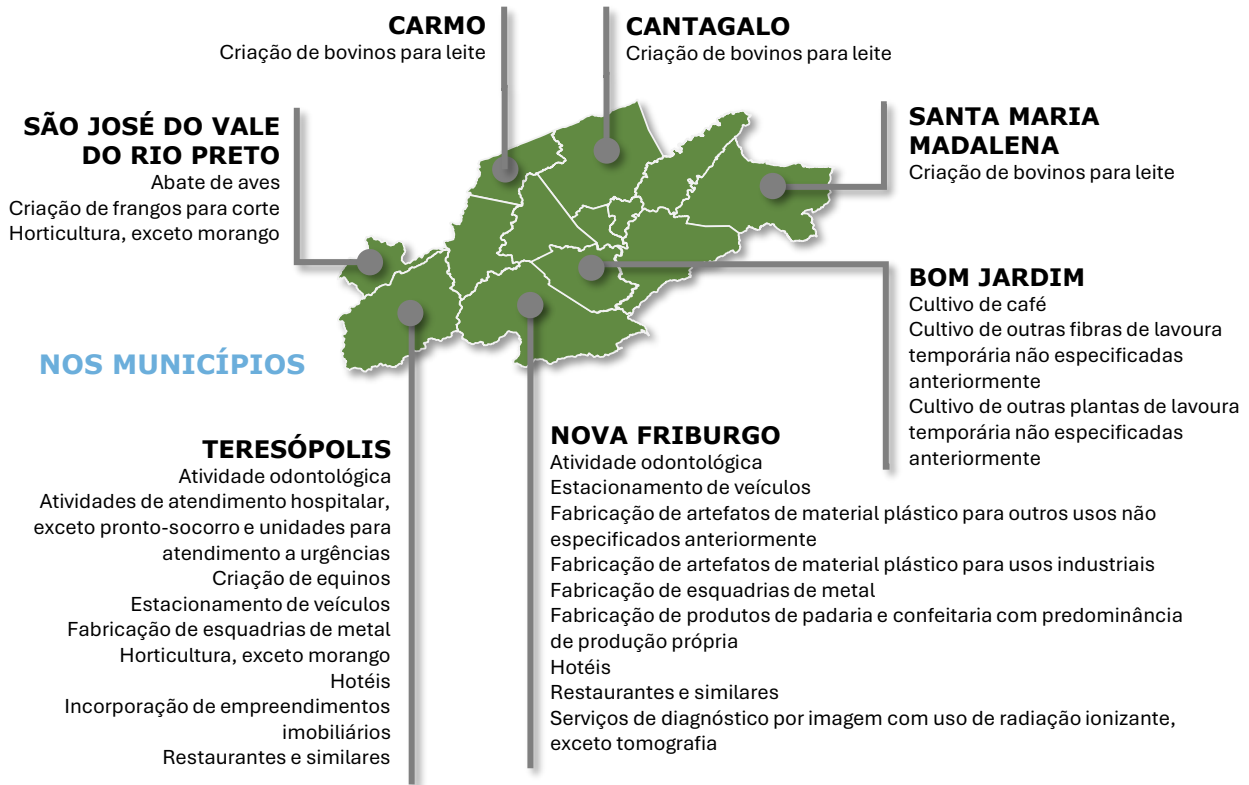
Nova Friburgo e Teresópolis. Em 2022 a atividade contou com 198 vínculos empregatícios na região, 53,5% em Nova Friburgo e 46,5% em Teresópolis. A remuneração média da atividade na região foi de R\$1.779,71 em 2022.

Em relação a fabricação de esquadrias de metal, a nível municipal, 53,5% dos estabelecimentos eram do município de Nova Friburgo e 47,2% dos vínculos empregatícios, onde a atividade também foi classificada como "muita alta relevância". A atividade também apresentou "muito alta relevância" no município de Teresópolis, em 2022 35,8% dos vínculos eram do município assim como 14,3% dos estabelecimentos.

A atividade de fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente foi de "muito alta relevância" no município de Nova Friburgo, que contou com 92,1% dos vínculos dessa atividade no último ano analisado.

SERRANA:

Atividades dos Complexos Econômicos com relevância histórica “*muito alta*”

**COMPLEXO DA ECONOMIA DA SAÚDE**

Atividade odontológica
Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia

COMPLEXO DE PETRÓLEO E GÁS

Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente

COMPLEXO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Fabricação de esquadrias de metal
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal
Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana
Estacionamento de veículos

COMPLEXO DA ECONOMIA VERDE

Criação de equinos
Criação de frangos para corte
Horticultura, exceto morango
Preparação do leite
Criação de bovinos para leite
Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria

COMPLEXO DE ECONOMIA CRIATIVA E TURISMO

Hotéis
Restaurantes e similares

NA REGIÃO



3.3.3.8 Região das Baixadas Litorâneas

Na região das Baixadas Litorâneas, entre 2010 e 2022, observou-se que quatro atividades econômicas alcançaram grau de “muito alta” relevância histórica. Estas atividades foram hotéis e restaurantes, ambas vinculadas ao Complexo de Economia Criativa e Turismo, a fabricação de artefatos de cimento para uso na construção, vinculada ao Complexo de Infraestrutura e Logística; e a extração de sal marinho, vinculada à Economia do Mar.

Em 2022, as atividades vinculadas à Economia Criativa e Turismo somaram, na região, 10.835 empregados formais (cerca de 6,4 mil em restaurantes e de 4,5 mil em hotéis) em 1.709 estabelecimentos (1.023 em restaurantes e 686 em hotéis). A remuneração média apurada regional foi de R\$1.455,64 na atividade hoteleira e de R\$1.490,38 para os restaurantes e estabelecimentos similares. Dentro do recorte municipal, notou-se que Cabo Frio e Armação dos Búzios acompanharam o grau de “muito alta” relevância histórica tanto para as atividades de hotéis quanto para as de restaurantes.

Já na fabricação de artefatos de cimento para uso na construção, vinculada à Infraestrutura e Logística, que compreende, entre outros, a fabricação de tijolos, lajotas, tubos e conexões de cimento, e marmorite, granitina e materiais semelhantes, foram registrados, em 2022, 464 empregados formais em 21 estabelecimentos na região, com uma remuneração média de R\$3.280,59. Com relação à distribuição da atividade, verificou-se que os municípios mais representativos foram Araruama e Saquarema que concentram 72,6% e 14,7% do mercado de trabalho formal e 14,3% e 38,1% do total de estabelecimentos do setor na região, respectivamente.

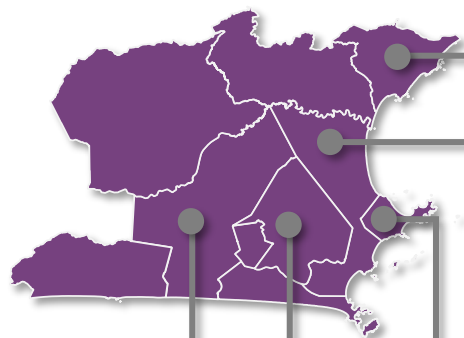
Vale destacar que a atividade apresentou “alta” relevância histórica no município de Araruama, uma vez que obteve IRT relevante em 12 dos treze anos da série, sendo o ano de 2022 o único em que a atividade não alcançou relevância. Contudo, em Saquarema o movimento apresentado pelo setor foi oposto: a atividade obteve gradação de “baixa” relevância histórica, com relevância em quatro dos treze anos da série, a partir de 2019.

Com relação à extração de sal marinho, tradicional atividade ligada à região que abriga estabelecimentos tais como a Refinaria Nacional de Sal (“Sal Cisne”), cujas salinas estão instaladas desde a década de 1950 em torno da Lagoa de Araruama, em 2022, a região registrou 466 empregados formais, dos quais 97,4% estão vinculados ao município

de Cabo Frio, e 20 estabelecimentos distribuídos entre Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio. Em termos remuneratórios, em 2022, a atividade registrou uma remuneração média de R\$1.819,64 na região. No cálculo do IRT municipal, Cabo Frio foi o município que apresentou o mesmo grau de “muito alta” relevância histórica que a região como um todo.

BAIXADAS LITORÂNEAS:

Atividades dos Complexos Econômicos com relevância histórica “*muito alta*”

NOS MUNICÍPIOS**ARARUAMA**

Cultivo de laranja

RIO DAS OSTRAS

Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural

CABO FRIO

Atividade odontológica
Extração de sal marinho
Hotéis
Incorporação de empreendimentos imobiliários
Restaurantes e similares

ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

Hotéis
Restaurantes e similares

SÃO PEDRO DA ALDEIA

Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado
Hotéis
Restaurantes e similares

NA REGIÃO**COMPLEXO DA ECONOMIA DO MAR**

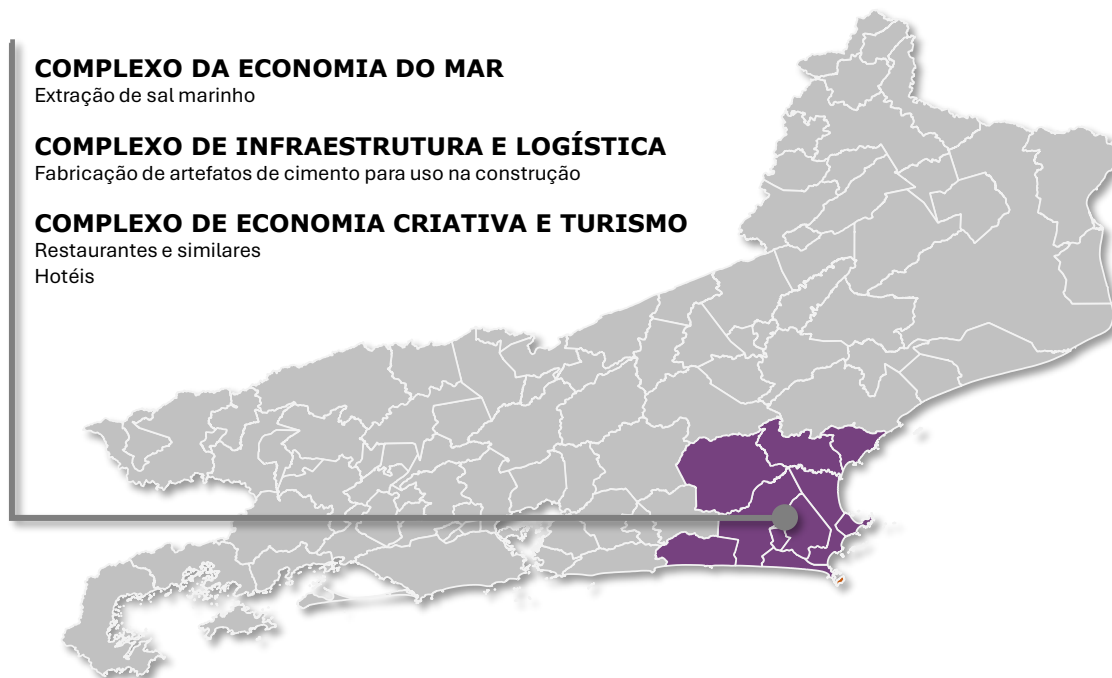
Extração de sal marinho

COMPLEXO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção

COMPLEXO DE ECONOMIA CRIATIVA E TURISMO

Restaurantes e similares
Hotéis



3.3.4 Insumos para as ações estratégicas do PEDES

Os dados relativos à economia fluminense apresentados até o momento ratificaram a presença da já conhecida estrutura produtiva concentrada na RMRJ. Da mesma forma, setores tradicionais como o de Petróleo e Gás (P&G), Confeções, Metalurgia e Alimentos reforçaram sua importância histórica no ERJ.

O ponto positivo da análise é que, quando observado apenas os dados da indústria, verificou-se uma maior participação de outras regiões, principalmente no fornecimento de mão de obra no mercado formal. Esse fato sugere um comportamento mais desconcentrado desse segmento quando comparado aos outros grandes setores econômicos (Ex: Comércio e Serviços). Além disso, a partir do olhar regional, indústrias aparentemente não expressivas em escala estadual demonstraram ser importantes vetores de desenvolvimento para regiões e municípios. Essa característica territorial pode contribuir para uma maior integração produtiva envolvendo economias em diferentes escalas.

Diante dessas potencialidades, foi apresentado o IRT como instrumento de análise dos Complexos Econômicos do PEDES. Conforme demonstrado ao longo do capítulo, o índice identificou atividades econômicas relevantes nos territórios fluminenses. Relevância, nesse caso, tratada a partir da relação entre o grau de especialização de um município ou região em torno de atividades específicas, porém, dentro de uma trajetória histórica consistente, que tem como base setores produtivos perenes, sugerindo certo grau de competitividade.

Logicamente, por se basear em um nível muito desagregado de atividade, a interpretação do IRT deve ser complementada por outras análises e ferramentas, principalmente aquelas que visam mapear as possibilidades de gerar adensamentos produtivos em escala regional.

Por fim, o presente capítulo procurou fornecer, a partir de uma perspectiva econômica e regional, insumos para a elaboração de ações estratégicas no âmbito do PEDES, ações estas destinadas ao desenvolvimento econômico e social do estado e descritas no capítulo a seguir.

4 CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ERJ A PARTIR DE AÇÕES ESTRATÉGICAS

A partir de janeiro de 2024, início da vigência do PEDES, a SEPLAG organizou visitas técnicas junto aos órgãos de governo; contribuiu e participou da realização de conferências de políticas públicas nos municípios, especificamente nos debates em torno da discussão sobre articulação interfederativa; participou de audiências públicas sobre temáticas relacionadas ao planejamento estratégico estadual e organizou seminários com o intuito de avançar no amadurecimento das ações estratégicas que estão previstas no plano. Por meio dessas atividades foi possível identificar territórios prioritários de intervenção e atores-chave para a realização de iniciativas previstas no plano; fatores que atendem aos objetivos específicos das missões; e, por fim, ações que possam vir a fortalecer a consolidação de complexos econômicos no estado.

Tendo em vista esse escopo, a proposta deste capítulo é apresentar caminhos para o desenvolvimento socioeconômico que devem ser construídos a partir da conjunção de algumas ações estratégicas. Tais ações foram elencadas no anexo da Lei nº 10.266, de 28 de dezembro de 2023, e são decorrentes do processo de construção do PEDES, além de possuírem alinhamento com as premissas do plano, com os objetivos específicos de Missões e com eixos estratégicos de ação para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.

Os caminhos de desenvolvimento, assim, representam as estratégias e as possibilidades de mudanças de longo prazo que, a partir de diretrizes, iniciam-se pelo agrupamento de ações estratégicas sinérgicas, cujos escopos seriam de curto e médio prazo. Essa interseção temporal, entre o curto e médio prazo, é etapa necessária para se alcançar, concretamente, caminhos para superação dos problemas socioeconômicos de ordem estrutural do estado.

Diante disso, o estabelecimento de parâmetros de priorização dentro do conjunto de ações e atividades tratadas como estratégicas no plano é essencial. O que se quer enfatizar é que, para fins de acompanhamento da implementação do PEDES, a definição de critérios de priorização de ações, programas e projetos é fundamental, incidindo sobre a necessidade de direcionar investimentos complementares entre si e de construção de uma governança efetiva.

4.1 Critérios para definição das ações estratégicas e insumos à tomada de decisão e priorizações

Frente ao desafio de estabelecer um processo de definição de prioridades em um cenário de restrição orçamentária e de recuperação fiscal, é fundamental definir critérios de priorização dessas ações estratégicas que, conseqüentemente, também orientem a priorização de projetos e investimentos diretamente relacionados a essas ações.

Essa priorização não significa avaliar o grau de importância (hierarquização) de uma ação em relação a outras, mas, dentro de uma perspectiva temporal e espacial, é preciso ordenar etapas para realização de ações e atividades, considerando, inclusive, os investimentos já em andamento, a partir de uma lógica de complementação e coordenação estratégica de curto, médio e longo prazo.

A seguir, estão elencados cinco quesitos que foram considerados como norteadores desse processo:

1. **Prioridades estabelecidas pela agenda de governo.** Exemplos: ações com investimentos já realizados ou em andamento; ações, programas e projetos setoriais indicados pelo governo como estratégicos, etc.
2. **Ações de fortalecimento de potencialidades regionais.** Exemplos: atividades econômicas organizadas a partir de especificidades locais, cuja relevância assume uma dimensão geográfica regional, contribuindo para o desenvolvimento de mais de um município ou região do estado;
3. **Aproveitamento dos ativos físicos instalados nos territórios do estado.** Exemplos: equipamentos logísticos (bases portuárias e aeroportuárias, rede ferroviária e centrais de abastecimento e distribuição); centros tecnológicos (ex: universidades, parques tecnológicos e instituição de pesquisa; distritos industriais etc.);
4. **Incentivo às atividades econômicas que contribuam para a atração e fixação de mão de obra no interior no estado.** Exemplos: aglomerações produtivas com relevância histórica ou economias locais de alta empregabilidade;
5. **Ações indutoras de desenvolvimento sustentável.** Exemplo: ações relacionadas às emergências climáticas; à instalação de grandes infraestruturas logísticas e regionais; e a investimentos voltados à inovação, que demandam uma temporalidade de longo prazo para sua efetivação.

4.2 Caminhos estratégicos para o desenvolvimento do ERJ: acompanhamento das propostas do PEDES

Nesse item, são apresentados caminhos estratégicos que incorporam as premissas e os grandes objetivos do PEDES. Para cada caminho, há diretrizes que vão se materializar nas ações estratégicas que, por sua vez, atendem aos critérios de priorização mencionados anteriormente. Vale ressaltar, ainda, que as ações elencadas neste documento não representam todas as ações estratégicas, mas se conformam como uma primeira etapa de trabalho, inserida em um ciclo contínuo de acompanhamento, adequação e novas proposições. Destaca-se, ainda, que as análises das diretrizes foram inspiradas nos resultados encontrados a partir do cálculo do IRT, cuja vinculação se encontra ao final de cada caminho elencado a seguir.

4.2.1 Reindustrialização como estratégia de adensamento produtivo

Para a instalação de atividades produtivas em um território, vários fatores são decisivos, principalmente alguns elementos disponibilizados pelos governos nacionais e locais, tais como os incentivos fiscais, financeiros e locacionais, bem como a melhoria na infraestrutura, que são capazes de estimular e dinamizar os investimentos locais. Destaca-se, ainda, que as empresas procuram localidades capazes de equilibrar a existência de mão de obra capacitada, acesso aos insumos, novos mercados e custos eficientes atrelados à facilidade de logística e, dependendo da indústria, à distância das fontes de recursos naturais e outras infraestruturas (RIO DE JANEIRO, 2022a).

Todos esses aspectos se traduzem como fatores de competitividades territoriais, sendo necessário ações coordenadas entre distintos atores, a fim de desencadear sinergias mais profundas para desenvolver economicamente distintos espaços ao longo do tempo e o “reequilíbrio” territorial das forças produtivas. É o que determina, principalmente, a missão 6 do PEDES – *Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento* – que tem uma diretiva específica relacionada à inovação impulsionada por setores dinâmicos e estabelecidos, como os da Saúde e de Petróleo e Gás.

A trajetória da indústria fluminense vem demonstrando dificuldade em diversificar sua base produtiva de forma a que esta sirva como pilar para o desenvolvimento econômico das regiões e municípios fluminenses, principalmente aqueles localizados no

interior. Trata-se de um claro desafio à consolidação dos complexos econômicos no estado, especialmente aqueles que requerem maior capilaridade territorial e a incorporação de novos processos inovativos.

Assim, um plano de desenvolvimento estratégico estadual deve estar alinhado às sinergias entre as cadeias produtivas e os parâmetros estruturais da política regional e urbana, bem como à inovação, considerando a dinâmica do mercado de trabalho, a natureza da base produtiva, a pressão demográfica, as formas de ocupação urbana, o aproveitamento econômico das diversas bases de conhecimento, a possibilidade de desenvolver os sistemas regionais de inovação mencionados na sessão anterior, entre outros.

Nesse sentido, é essencial que o PEDES, por intermédio de seus desdobramentos, seja capaz de fomentar o fortalecimento das atividades econômicas – tanto das já consolidadas nas distintas regiões do estado do Rio de Janeiro quanto de novas atividades – com o intuito de gerar maior interrelação entre elas e, conseqüentemente, superar os problemas estruturais e promover um maior adensamento da economia fluminense. Para tal, a retomada da capacidade técnica da Administração Pública fluminense é fundamental para direcionar esforços, no âmbito do planejamento, voltados ao fortalecimento das cadeias produtivas, tendo em vista que a demanda por estudos sistemáticos, relacionados, principalmente, ao setor produtivo se faz urgente. A ação governamental especializada contribuiria diretamente, por exemplo, para a superação de gargalos à produção e, da mesma forma, para a indicação de potencialidades e novas oportunidades econômicas atreladas a um projeto de desenvolvimento socioeconômico.



Diretriz: Apoiar o desenvolvimento e a consolidação de áreas industriais no ERJ

1. Ação Estratégica: Realizar a melhoria da infraestrutura básica do Distrito Industrial de Santa Cruz como apoio à implementação da fábrica de Bio-Manguinhos (Fiocruz), prevista na carteira de investimentos do governo federal.

Região: Região Metropolitana (RMRJ).

Atores-chaves: Governo Federal, Fiocruz, SEDEICS E CODIN e Prefeitura do Rio de Janeiro.

2. Ação Estratégica: Retomar a capacidade produtiva do IVB-RJ na fabricação de insumos para fármacos e vacinas, por meio da modernização e aquisição de equipamentos.

Região: RMRJ.

Atores-chaves: SES-RJ, IVB-RJ.

IRT ► Considerando a Diretriz de consolidação de áreas industriais e tendo em vista, ainda, os resultados encontrados no IRT, cabe destacar a Fabricação de medicamentos alopáticos que obteve “muito alta relevância histórica” no município do Rio de Janeiro. Tal atividade está associada tanto à implementação da fábrica de Bio-Manguinhos (Fiocruz) quanto à retomada da capacidade produtiva do IVB, possuindo sinergias com o fortalecimento de uma atividade já presente no território fluminense, no sentido de complementar as atividades cadeia produtiva vinculada ao Complexo da Economia da Saúde.



Diretriz: Garantir oferta de infraestrutura física para o setor produtivo do ERJ, com destaque para o fornecimento de água, energia e telecomunicações.

1. Ação Estratégica: Promover o adensamento do encadeamento produtivo do setor de gás natural, de forma a diversificar a cadeia de Petróleo e Gás e garantir fornecimento energético às áreas industriais do estado.

Região: RMRJ, Médio Paraíba e Norte.

Atores-chaves: PETROBRAS, Governo Federal; agentes privados do setor de energia; SEDEICS; AGENERSA; Naturgy e SEENEMAR; e prefeituras municipais (ex: Maricá, devido ao projeto do Rota 03, e Itaboraí, devido a instalação do Polo Gaslub).

IRT ► Em relação à cadeia produtiva de petróleo e gás natural, considerando o IRT nos municípios do ERJ, cabe mencionar que quatro apresentaram ao menos “alta relevância histórica” para as “Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural”, são eles: Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Niterói e Macaé. O município de Duque de Caxias apresentou “muito alta relevância histórica” para o “Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)” e, ainda, para a “Extração de petróleo e gás natural” foi

percebida ao menos “alta relevância histórica” em Macaé e no Rio de Janeiro. Destaca-se que essas atividades estão relacionadas a três complexos econômicos: Economia do Mar, Petróleo e Gás e Infraestrutura e Logística.

4.2.2 Consolidação da plataforma logística como estratégia de integração regional

O ERJ é privilegiado por possuir um conjunto diversificado de ativos logísticos. O desafio, no entanto, é criar mecanismos econômicos e político-institucionais de integração entre eles. Da mesma forma, por se tratar de uma infraestrutura instalada, principalmente, ao longo da costa fluminense, é preciso pensar estratégias de interiorização dessas infraestruturas, como suporte para o atendimento logístico das atividades econômicas do interior – objetivo que está diretamente ligado ao atendimento da missão 7 do PEDES, de *Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego*.

Assim, podem-se destacar três segmentos que atuam como ativos logísticos indutores: infraestrutura portuária; infraestrutura rodoviária; e infraestrutura ferroviária. O primeiro pode ser visto por sua expressiva quantidade e diversidade no território fluminense, pelo potencial de inovação nas operações logísticas e capacidade de geração de receitas pela nacionalização de cargas importadas. Além disso, há no estado estrutura portuária com retroáreas pouco aproveitadas para fins de adensamento produtivo, com destaque para o Porto do Açu, no norte fluminense.

A infraestrutura rodoviária, por outro lado, assume papel de integração na logística de cargas, por ainda ser o modal de larga predominância na matriz de transportes do país, por ter impacto direto na geração de trabalho nos trechos em construção e reparos, e pela capilaridade que pode proporcionar. Embora aparentemente desempenhe apenas a função de ligações entre municípios, as rodovias podem estimular decisivamente a economia de localidades ao longo dos seus trajetos, integrando, por exemplo, estradas vicinais, grandes vias e centros de abastecimento e distribuição direcionados ao mercado consumidor dos grandes centros urbanos. Essa integração viária é central para o atendimento aos objetivos da missão 2 – *Segurança alimentar e nutricional da população fluminense* – pois contribui tanto para o maior escoamento e redução de custos da produção agropecuária fluminense, assim como

“aproxima” os municípios produtores do mercado consumidor dos centros urbanos, ampliando o acesso a alimentos de qualidade.

O terceiro ponto refere-se ao setor de logística com base no transporte ferroviário. Tanto o Plano Estratégico de Logística de Carga do estado (PELC) como o Plano Estratégico Ferroviário (PEF-RJ) apresentam um conjunto de projetos estruturantes voltados ao potencial da rede logística-ferroviária fluminense. Como exemplos, há os projetos da EF-118 e EF-354, assim como, a proposta de ligação entre o sul de Minas Gerais (Varginha) e o porto de Angra dos Reis. Esses projetos são vistos como estratégias de conexão entre o ativo logístico do Porto do Açu, em São João da Barra, no Norte Fluminense, às regiões produtoras de minério e de produtos agrícolas de Minas Gerais; e às regiões Metropolitana e do Médio Paraíba do ERJ, por concentrarem importantes aglomerações produtivas. Ou seja, essas propostas se tornam de fato estratégias para o desenvolvimento fluminense se ele servir de vetor para o encadeamento e diversificação das atividades produtivas nas e entre as regiões do estado e país.



Diretriz: Integrar os ativos logísticos do ERJ de forma a gerar coesão territorial entre as atividades produtivas e infraestruturas físicas já instaladas.

1. Ação Estratégica: Implementar ligações ferroviárias estratégicas no estado com destaque aos eixos de conexão entre Espírito Santo e Minas Gerais ao Porto do Açu e ao Porto de Angra dos Reis; e entre o Norte Fluminense e bases logísticas das regiões Metropolitana e do Médio Paraíba.

Região: Regiões Norte, Metropolitana, Costa Verde e Médio Paraíba.

Atores-chaves: Governo Federal, governos estaduais, agências reguladoras, agentes econômicos do setor de logística, grandes produtores e prefeituras municipais.

2. Ação Estratégica: Melhorar a condição das estradas vicinais do interior, bem como das estradas estaduais interconectadas a elas, para a facilitação do escoamento da produção agropecuária e do acesso a novos mercados consumidores e centrais de abastecimento.

Região: Regiões Norte, Noroeste e Serrana.

Atores-chaves: SEAPPA, EMATER, CEASA, DER, produtores agropecuários.

IRT ► Ressalta-se que, relacionado à questão de coesão territorial com a finalidade de integrar os ativos logísticos estaduais, as atividades que apresentaram ao menos “alta relevância histórica” nos municípios foram a Construção de rodovias e ferrovias no município de Angra dos Reis; o Transporte rodoviário de carga – exceto produtos perigosos e mudanças – intermunicipal, interestadual e internacional em Duque de Caxias, Barra Mansa, São João de Meriti, Nova Friburgo e Resende; o Transporte rodoviário de carga – exceto produtos perigosos e mudanças – intermunicipal, interestadual e internacional, em Duque de Caxias, Barra Mansa, São João de Meriti, Nova Friburgo, Nova Iguaçu e Campos dos Goytacazes; Transporte rodoviário de carga – exceto produtos perigosos e mudanças – municipal, em Duque de Caxias, Barra Mansa, São João de Meriti, Nova Friburgo, Nova Iguaçu e Campos dos Goytacazes; o Transporte rodoviário de produtos perigosos em Belford Roxo, Duque de Caxias e Barra Mansa. O Transporte rodoviário de carga – exceto produtos perigosos e mudanças – intermunicipal, interestadual e internacional em Duque de Caxias, Barra Mansa, São João de Meriti, Nova Friburgo e Resende; o Transporte rodoviário de carga – exceto produtos perigosos e mudanças – intermunicipal, interestadual e internacional, em Duque de Caxias, Barra Mansa, São João de Meriti, Nova Friburgo, Nova Iguaçu e Campos dos Goytacazes; Transporte rodoviário de carga – exceto produtos perigosos e mudanças – municipal, em Duque de Caxias, Barra Mansa, São João de Meriti, Nova Friburgo, Nova Iguaçu e Campos dos Goytacazes; o Transporte rodoviário de produtos perigosos em Belford Roxo, Duque de Caxias e Barra Mansa.

Vale mencionar que foi percebida relevância histórica em atividades relacionadas à logística em municípios que são representativos nas Regiões Metropolitana, Serrana, Médio Paraíba e Norte. Este fato está alinhado, além da melhoria das condições do transporte rodoviário, à demanda por um modal distinto, tal como ferroviário.

Com respeito à melhoria das condições das estradas vicinais do interior, vale destacar algumas atividades relacionadas à Economia Verde que dependem diretamente dessa ação para facilitação do escoamento da sua produção. Pode-se citar, nesse contexto, a “alta relevância” histórica das atividades de Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente, em Bom Jardim; Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente, em Cachoeiras de Macacu, Bom Jardim, Paty do Alferes, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto, Petrópolis, Barra Mansa; Cultivo de laranja, em Araruama; Cultivo de café, em Bom

Jardim; Criação de bovinos para leite, em Conceição de Macabu, Santo Antônio de Pádua, Rio Claro, Barra do Piraí, Valença, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Cachoeiras de Macacu, Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes, São Fidélis, Cantagalo, Vassouras, Carmo e Paraíba do Sul; Criação de equinos, em Teresópolis, Vassouras, Três Rios; Criação de frangos para corte, em São José do Vale do Rio Preto; Criação de outros animais não especificados anteriormente, em Miracema; Pesca de peixes em água salgada, em Angra dos Reis; Abate de aves, em São José do Vale do Rio Preto; Fabricação de produtos de carne, em Itaperuna, dentre outras.

4.2.3 Implementação dos Sistemas Regionais de Inovação (SRI) como estratégia de desenvolvimento de C,T&I

O objetivo desse caminho estratégico é consolidar Sistemas Regionais de Inovação (SRI) por meio da articulação entre instituições de pesquisa e conhecimento, economias locais, e cadeias produtivas em escala regional. A inovação em um SRI, nesse caso, pode ser definida como um processo sistêmico e interativo ligado aos benefícios gerados pela concentração de atividades econômicas e pela proximidade geográfica.

A inovação no ERJ é fortemente concentrada em um estrato bastante reduzido de grandes empresas que investem internamente em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D) e cooperam com parceiros do mundo todo. A maior parte dessas empresas estão ligadas aos setores de Petróleo e Gás (P&G) e Energia. Em torno destas "ilhas dinâmicas", altamente concentrada na região metropolitana e com representações pontuais no Norte Fluminense e no Médio Paraíba, coexiste um mar de micro, pequenas e médias empresas com baixo nível de capacitação tecnológica, ausência de atividades inovativas e servidas por mão-de-obra pouco qualificada.

Existem dois caminhos para superar este cenário: usar os setores dinâmicos da economia fluminense para estimular a capacitação ou instalação de fornecedores locais, industriais e de serviços, que possam atender as empresas âncoras; e criar empresas de base tecnológica a partir da base de conhecimento existente no estado e das especificidades territoriais. Para tanto, é imperioso que se pense a política industrial e tecnológica do ERJ sob a ótica do fomento à formação de grupos empresariais, sobretudo industriais, com capacidade de liderança estratégica em cadeias produtivas articuladas regionalmente (RIO DE JANEIRO, 2022b).

Vale destacar, ainda, a importância desse caminho de desenvolvimento para o atendimento da missão 6 – *Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento* – e da missão 7 – *Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego* – que têm como diretiva e objetivos específicos, entre outros: o empreendedorismo de base científica e tecnológica, o aumento da oferta de capacitação empreendedora, a ampliação da captação de subvenção econômica e crédito para inovação por empresas fluminenses, a redução da taxa de mortalidade de startups e o aumento da taxa de inovação e do índice de complexidade econômica do estado.

Como proposta, o PEDES mapeou a rede de instituições de ensino e pesquisa nas regiões do estado, com destaque para o Norte e Noroeste fluminense, que contam com a presença da UENF e sua Agência de Inovação; da UFF (Campus Macaé) e; o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT)/Observatório das Metrópoles. Além disso, essas regiões possuem uma posição geográfica estratégica, em que um SRI contribuiria para a integração territorial entre as atividades econômicas e de CT&I junto às demais regiões fluminenses, envolvendo a capital e o eixo formado pelas cidades de Maricá, Niterói, Rio das Ostras, Macaé, Campos dos Goytacazes e Itaperuna.



Diretriz: Fomentar a consolidação do Sistema Regional de Inovação (SRI) do Norte-Noroeste fluminense

1. Ação Estratégica: Apoiar as ações de pesquisa e inovação da UENF e demais centros de pesquisa do Norte e Noroeste Fluminense no processo de integração junto ao setor produtivo dessas regiões.

Região: Regiões Norte e Noroeste.

Atores-chaves: SECTI, FAPERJ, Agência de Inovação/UENF, PETROBRAS, prefeituras municipais, produtores locais; Rede regional de Institutos Federais; e consórcios municipais.

IRT ► Tendo em vista que as oportunidades de investimento em CT&I estão concentradas no estado do Rio de Janeiro no setor de petróleo e gás bem como foi encontrada “alta” e “muito alta” relevância histórica para as Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural, em Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Niterói, Macaé; a

Extração de petróleo e gás natural, em Macaé e Rio de Janeiro; a Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino, em Duque de Caxias, seria importante aproveitar a estrutura de CT&I já existentes nesses municípios, principalmente, naqueles com proximidade à atividade de extração da Região Norte. Esse aproveitamento da estrutura já existente, tanto de CT&I quanto produtiva, deveriam ser um primeiro passo para fomentar ações que estimulem outras atividades – principalmente aquelas que possuem um efeito de transbordamento para outros setores econômicos no território –, numa perspectiva de utilizar o segmento de petróleo e gás como alavancador de outras cadeias produtivas.

4.2.4 Produção agroflorestal e pecuária como estratégia de desenvolvimento sustentável

O ERJ possui, aproximadamente, 53 mil produtores agropecuários. De acordo com os dados do último Censo Agropecuário 2017, a característica das nossas propriedades rurais é de pequeno porte, sendo 60% de produtores de agricultura familiar (IBGE, 2019).

O estado possui uma vasta área de pastagem e terras degradadas, principalmente nas regiões Norte e Noroeste fluminense (MAPBIOMAS, 2024). Nesse caso, o desenvolvimento de uma agricultura pode auxiliar na recuperação dessas regiões, tornando-as produtivas. Ou seja, é razoável se pensar numa Integração Lavoura-Pecuária-Florestas e na implementação de florestas plantadas com base na política de distritos florestais²¹.

No que cabe à questão hídrica, a situação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, por exemplo, é ponto de alerta. A necessidade histórica de barragens e transposição de suas águas, atrelada aos efeitos climáticos relacionados, como à estiagem, produziram um elevado risco de escassez de recursos hídricos em todo estado. Tanto o consumo humano, como o uso do recurso para atividades produtivas encontram-se em condição de vulnerabilidade.

²¹Apenas 0,4% do território do estado está ocupado pela atividade da Silvicultura, com 20 mil hectares que atende apenas 15% da demanda de insumos madeireiros (EMATER, 2021).

Para uma proposta de desenvolvimento com base nos pilares da sustentabilidade, é imperativo que o ERJ desenvolva atividades que revitalizem as áreas de mananciais na bacia do Paraíba do Sul, recuperação de suas margens, introduzindo atividades alternativas e de usos sustentáveis, inclusive reflorestamento para recuperação dos 1.500 km de canais assoreados nas regiões noroeste e norte (RIO DE JANEIRO, 2018). É importante destacar que o aumento da área reflorestada no estado é um objetivo específico do PEDES presente tanto na missão 4, de *Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro*, quanto na missão 1, de *Erradicação da extrema pobreza*, pela via da inclusão socioprodutiva, ao considerar o aumento das oportunidades de emprego ligadas à produção florestal. O reflorestamento também poderia contribuir para o alcance da missão 3, que trata da *Segurança hídrica do território fluminense*, ao favorecer os objetivos específicos que trata do aumento da produção e da qualidade da água nos corpos hídricos.

Além disso, a base produtiva agroflorestal e pecuária do ERJ, apoiada na agricultura familiar, além do potencial de contribuição para uma agricultura de baixo carbono – que pode vir a contribuir com a absorção de 101,6 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera através da restauração florestal na adequação ambiental (RIO DE JANEIRO, 2018) – funciona como fator de mitigação e prevenção às mudanças climáticas.

Atualmente, o ERJ já possui marcos regulatórios e planos estratégicos destinados às atividades de produção florestal, à recuperação e à produção agropecuária sustentável. Há legislação avançada no que tange aos distritos florestais do estado e exemplos de sucesso na aplicação de sistemas agroalimentares nas regiões fluminenses, incluindo o fortalecimento dos circuitos curtos de produção e comercialização. Da mesma forma, a posição geográfica do ERJ é estratégica, seja por conta da sua planta logística e portuária, que favorece o escoamento da produção para o mercado externo; e também a presença de importantes instituições de pesquisa, que são vetores de fortalecimento da capacidade competitiva do estado.

O que parece faltar, nesses casos, são maiores incentivos à sua implementação, a necessidade de fortalecimento das áreas técnicas e capacidades estatais no campo agroecológico e da pesquisa e inovação. Vale lembrar que estão entre os objetivos específicos da missão 2 – *Segurança alimentar e nutricional da população fluminense* – o aumento da oferta de capacitação e extensão destinada à produção rural e pesqueira,

o aumento da produção da agricultura familiar fluminense e da produção de pescado e, ainda, o aumento do número de agricultores familiares inseridos em Sistemas Agroalimentares Sustentáveis.



Diretriz: Ampliar a produção florestal fluminense tendo como base a implementação dos distritos florestais no ERJ

1. Ação Estratégica: Realizar o processo de licenciamento e regularização dos Distritos Florestais do Norte e Noroeste Fluminense.

Região: Regiões Norte e Noroeste.

Atores-chaves: SEAS, INEA, SEAPPA, EMATER, SEDEICS.

2. Ação Estratégica: Aumentar a produção de mudas de mata nativa através de pesquisa de engenharia florestal para reflorestamento e incentivo aos produtores.

Região: Região Serrana, Norte e Noroeste.

Atores-chaves: SEAS, SEAPPA, EMATER, prefeituras municipais, produtores e consórcios municipais.



Diretriz: Ampliar a produção de alimentos no estado do Rio de Janeiro

1. Ação Estratégica: Implementar os Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS) nas regiões do interior do estado.

Região: Regiões Serrana e Noroeste.

Atores-chaves: SEAPPA, EMATER, PESAGRO, INEA, SEAS.

2. Ação Estratégica: Fortalecer a atuação da assistência técnica rural e pesqueira com vistas à consolidação da cadeia produtiva de alimentos inclusiva, inovadora e sustentável.

Região: Regiões do ERJ.

Atores-chaves: EMATER, PESAGRO, FIPERJ.

3. Ação Estratégica: Implementar Centros de Excelência do Pescado Fluminense, como estratégia de estruturação do setor pesqueiro do estado.

Região: RMRJ.

Atores-chaves: SENEEMAR, FIPERJ; SEAPPA; SEDEICS, prefeituras municipais, empresas de pescado e pescadores artesanais.

4. Ação Estratégica: Desenvolver estratégias para que as compras públicas estimulem de forma efetiva a produção de alimentos e pescado no ERJ.

Região: Regiões do ERJ.

Atores-chaves: SEPLAG, SEEDUC, FAETEC, UERJ, UENF, SEDSODH, Degase, SEAP, etc.

IRT ► Nesse caminho estratégico, que está diretamente ligado ao Complexo da Economia Verde, cabe ressaltar a relevância histórica “muito alta”, encontrada em diversas atividades. Algumas, inclusive, já mencionadas anteriormente. Pode-se citar: Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente, em Bom Jardim; Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente, em Cachoeiras de Macacu, Bom Jardim, Paty do Alferes, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto, Petrópolis, Barra Mansa; Cultivo de laranja, em Araruama; Cultivo de café, em Bom Jardim; Criação de bovinos para leite, em Conceição de Macabu, Santo Antônio de Pádua, Rio Claro, Barra do Piraí, Valença, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Cachoeiras de Macacu, Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes, São Fidélis, Cantagalo, Vassouras, Carmo e Paraíba do Sul; Criação de equinos, em Teresópolis, Vassouras, Três Rios; Criação de frangos para corte, em São José do Vale do Rio Preto; Criação de outros animais não especificados anteriormente, em Miracema; Pesca de peixes em água salgada, em Angra dos Reis; Abate de aves, em São José do Vale do Rio Preto; Fabricação de produtos de carne, em Itaperuna; Fabricação de laticínios, em Valença e Itaperuna; Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis, em Nilópolis; Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria, em Nova Friburgo; Fabricação de massas alimentícias, em Petrópolis; Fabricação de águas envasadas, em Cachoeiras de Macacu e Itaperuna.

4.2.5 Construção de governanças territoriais como estratégia de desenvolvimento urbano-regional fluminense

A presença de aglomerações urbanas dinâmicas para além da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a exemplo das concentrações urbanas do Médio Paraíba, das Baixadas Litorâneas e do Norte Fluminense, é fator positivo para uma política de desenvolvimento econômico urbano-regional; contudo, ainda pouca explorada. Com exceção da metrópole, que já conta com um arcabouço legal instituído, não há arranjos institucionais de governança regional nas demais regiões.

Em estudo técnico realizado para subsidiar a elaboração do PEDES (RIO DE JANEIRO, 2022c), foram mapeadas concentrações urbanas que possuem importantes dinâmicas econômicas e populacionais em escala regional, que contribuem para a formação de uma estrutura regional policentrada no estado. O incentivo a novas centralidades – ou seja, municípios com a atividades econômicas e de serviços de forte atração – pode contribuir para a superação do padrão urbano centro-periferia tradicional, altamente concentrador de recursos na capital.

Além disso, o próprio fortalecimento de arranjos institucionais já existentes, como os consórcios regionais e o conselho metropolitano, assim como de instrumentos de planejamento associados (PDUI/RMRJ, os planos de saneamento, o Plano de Mobilidade Metropolitana/RMRJ entre outros), surge como possível meio de contribuição à consolidação de governanças regionais em direção ao desenvolvimento urbano-regional.

Outro ponto fundamental a ser inserido no debate sobre desenvolvimento urbano-regional é o papel e a importância da presença de recursos e patrimônios ambientais, como áreas de floresta, manguezais, mananciais e bacias hidrográficas nos territórios fluminenses. Em um contexto de crise climática, de insegurança hídrica e alimentar, municípios e regiões que possuem esses recursos se tornam estratégicos para a mitigação e adaptação climática e, conseqüentemente, para a própria implementação de um plano de desenvolvimento de longo prazo.

Afinal, nesse contexto, seria importante buscar respostas para perguntas como: “qual seria o peso e a importância dos mananciais que abastecem a RMRJ, de manguezais ou de outros recursos ambientais, a exemplo do Guapiaçu, Macacu e da APA de Guapimirim?”; ainda, “qual é o papel estratégico da Lagoa de Juturnaíba, nos

municípios de Silva Jardim e Araruama, para a garantia da segurança hídrica na região das Baixadas Litorâneas, região esta que mais cresce em termos de população nas últimas décadas?”.

Por fim, a restauração ecológica e produtiva destinada ao enfrentamento da insegurança alimentar e hídrica e, ao mesmo tempo, a promoção de cidades resilientes às mudanças climáticas e às injustiças socioambientais exigem uma ampliação do escopo dos tradicionais arranjos institucionais de governança. Por exemplo, frente ao desafio da universalização do saneamento, o papel dos comitês de bacias no debate regional se torna essencial, principalmente, ao considerar a missão 5 que visa a *Redução do impacto dos resíduos sólidos*, algo diretamente relacionado à implantação de governanças territoriais.

Da mesma forma, o diálogo com os municípios deve ser ampliado dentro dessas governanças regionais. O próprio PEDES, que tem como premissa o planejamento territorial e a interiorização do desenvolvimento, depende desse maior envolvimento das prefeituras e atores locais na construção das ações estratégicas do plano. A articulação com os municípios, nesse sentido, está fortemente ligada à missão 8 do Pedes – *Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas* –, já que as governanças territoriais são ambientes propícios para a discussão de estratégias que almejem objetivos comuns nesse nível geográfico, como exemplo, a melhoria de medidas de prevenção e das respostas relacionadas a eventos climáticos extremos.



Diretriz: Fomentar a construção de governanças territoriais para o fortalecimento e a implementação das ações estratégicas do PEDES

1. Ação Estratégica: Construção de instâncias de colaboração e governança por meio, inicialmente, da realização de encontros regionais.

Região/Território: Regiões do ERJ.

Atores-chaves: SEPLAG e demais órgãos estaduais, ALERJ, prefeituras municipais, associações de produtores, entidades de classe e atores da sociedade civil.

2. Ação Estratégica: Apoiar a implementação do PDUI da RMRJ, incluindo os planos

relativos às Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)²², com destaque para o Plano de Mobilidade Metropolitana (Planmob 2024) na RMRJ e seus projetos estruturantes.

Região/Território: RMRJ.

Atores-chaves: IRM-RJ, órgão setoriais relacionados às FPICs e SEPLAG.

3. Ação Estratégica: Elaborar planos de desenvolvimento urbano-regional nas principais concentrações urbanas do ERJ, com destaque para ações de prevenção e mitigação de impactos de desastres decorrentes das mudanças climáticas.

Região/Território: Regiões do ERJ.

Atores-chaves: SEPLAG e demais órgãos estaduais, ALERJ, prefeituras municipais, associação de produtores, entidades de classe e atores da sociedade civil.

²² São funções consideradas de interesse metropolitano ou serviços comuns que atendam a mais de um município, assim como aqueles que, embora restritos ao território de um deles, sejam, de algum modo, dependentes, concorrentes, confluentes ou integrados entre si, notadamente. Por exemplo: ordenamento do uso do solo, saneamento, mobilidade, habitação, entre outras

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório procurou estabelecer os limites institucionais e políticos de atuação para a implementação e monitoramento do PEDES. O PEDES deve ser encarado não só como um instrumento intragovernamental macro de planejamento público, como também um conjunto de diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, estabelece-se duas orientações bem delimitadas de atuação: aquela que procura direcionar os demais instrumentos de planejamento público do Governo do Estado do Rio de Janeiro e; aquela que enuncia os caminhos traçados para alcançar o desenvolvimento em suas diferentes dimensões. Portanto, faz-se necessário compreender que os esforços produzidos no acompanhamento do PEDES deve se juntar à capacidade de articulação interinstitucional e interfederativa em busca de um desenvolvimento econômico regional de longo prazo, inovativo, social e ambientalmente sustentável do estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DINIZ, Clélio Campolina; Crocco, Marco Aurélio. Reestruturação Econômica e Impacto Regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, BeloHorizonte: UFMG, v. 6, n. 1, jul. 1996.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos. IBGE: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 05 ago. 2023;

LA ROVERE, R. L.; SANTOS, G.O.; ALMEIDA, E.S. Oferta e demanda de capacitação para serviços empresariais intensivos em conhecimento no estado do Rio de Janeiro. In: III Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação. São Paulo: Blucher, vol. 5, n. 1 p. 563-580, ago., 2018. ISSN 2357-7592, DOI 10.5151/enei2018-32.MAPBIOMAS. **Cobertura de Uso do Solo**. MapBiombras Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 04, set. 2024;

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 48.404, de 16 de março de 2023**. Estabelece as diretrizes e metodologia de elaboração para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/04/PEDES_Decretos.pdf.

_____. **Decreto nº 48.405, de 16 de março de 2023**. Dispõe sobre a estrutura de governança do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/04/PEDES_Decretos.pdf.

_____. **Lei nº 10.266, de 28 de dezembro de 2023**. Institui o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES para o período 2024-2031. Disponível em: <https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2024/01/Lei-no-10.266.2023-Institui-o-PEDES-DOERJ-29.12.2023-pgs.-1-e-2.pdf>.

_____. **Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas**. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, 2018.

_____. **Resolução SEPLAG nº 212, de 26 de abril de 2023**. Regulamenta as atribuições do Conselho Científico de Assessoramento Técnico no âmbito da estrutura de governança do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/04/PEDES_Resolucao.pdf.

_____. **Resolução SEPLAG nº 319, de 13 de agosto de 2023**. Regulamenta as atribuições do Núcleo de Monitoramento e Avaliação - NUPEDES no âmbito da estrutura de governança do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - PEDES. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/03/Resolucao-319-24-NUPEDES.pdf>.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 002/2022/SUBPLE - Competitividade**. Rio de Janeiro, agosto de 2022a. Disponível em: https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-Competitividade.SEI-120001_007617_2022.pdf.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 003/2022/SUBPLE - Centralidades**. Rio de Janeiro, outubro de 2022c. Disponível em: <https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-no-003.2022.SUBPLE-Centralidades.pdf>.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Nota Técnica nº 004/2022/SUBPLE - Ciência, Tecnologia e Inovação**. Rio de Janeiro, outubro de 2022b. Disponível em: <https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/estrategia-api/wp-content/uploads/2023/01/Nota-Tecnica-no-004.2022.SUBPLE-Ciencia-Tecnologia-e-Inovacao-no-ERJ.pdf>.

ANEXO I

ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO PEDES

CÂMARAS TÉCNICAS			
Data	Escopo da Câmara	Instituições participantes	Nº de participantes
24/04/2024	Câmara geral preparatória para as atividades PEDES ao longo do ano de 2024	50 instituições entre órgãos da administração direta e indireta do ERJ	83
15/05/2024	Câmara técnica de elaboração da missão 9	Instituições vinculadas a área de segurança pública e/ou que possuem programas relacionados à área (SESP, SEPM, SEPOL, ISP, SEAP, SEDEC, CBMERJ, SEGOV)	14
20/05/2024	Câmara técnica de elaboração da missão 9	Instituições vinculadas a área de segurança pública e/ou que possuem programas relacionados à área (SESP, SEPM, SEPOL, ISP, SEAP, SEDEC, CBMERJ, SEGOV)	12
10/06/2024	Câmara técnica de elaboração da missão 9	Instituições vinculadas a área de segurança pública e/ou que possuem programas relacionados à área (SESP, SEPM, SEPOL, ISP, SEAP, SEDEC, CBMERJ, SEGOV)	10
19/06/2024	Câmara técnica de elaboração da missão 10	Conselhos estaduais de políticas públicas e órgãos estaduais que se relacionam direta ou transversalmente com a temática (CEDIND, CEDINE-PIR, CEDIM, SEM, SEDSODH, SEEDUC, SESP, SEPOL, SEPM, SEAP, ISP, CBMERJ, SEIJES, SECEC, SEDEICS, SECID, SETD, EMATER, FIPERJ)	35
03/07/2024	Câmara técnica de elaboração da missão 10	Conselhos estaduais de políticas públicas e órgãos estaduais que se relacionam direta ou transversalmente com a temática (CEDIND, CEDINE-PIR, CEDIM, SEM, SEDSODH, SEEDUC, SESP, SEPOL, SEPM, SEAP, ISP, CBMERJ, SEIJES, SEHIS, SECEC, SEDEICS, SECID, SETD, EMATER, FIPERJ)	40

VISITAS TÉCNICAS		
Objetivo: Identificar e atualizar os elementos estratégicos relacionados aos objetivos das missões e aos eixos estratégicos de ação		
Data	Instituições presentes nas visitas	Nº de participantes
24/05/2024	SEAPPA / EMATER / FIPERJ/PESAGRO	20
03/06/2024	SEAS / INEA	17
06/06/2024	SEDEICS / JUCERJA / DRM / AGERIO / CODIN	26
13/06/2024	SEDSODH	10
18/06/2024	SES / IVB	13
25/06/2024	UENF	21
27/06/2024	UERJ	28
10/07/2024	SEEDUC	5
10/07/2024	SEENEMAR	7
16/07/2024	ITERJ	8
23/07/2024	SEHIS	13
31/07/2024	SETUR / TURISRIO	8
07/08/2024	SEDEC	7
21/08/2024	SETD	7

CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE CIDADES	
Objetivo: Fomentar a articulação interfederativa a partir da apresentação do PEDES	
Data	Etapa municipal
07/06/2024	Cachoeiras de Macacu
19/06/2024	Guapimirim
25/06/2024	Silva Jardim
03/07/2024	São Gonçalo

ANEXO II

ASSOCIAÇÃO PEDES - PRODUTOS PPA*

Missão 1 – Erradicação da extrema pobreza			
Diretiva	Objetivo específico	Produto	Órgão
Alívio da extrema pobreza	Aumento da cobertura de programas sociais dirigidos a grupos vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> Documento para acesso à políticas públicas emitido ao pescador e aqüicultor 	FIPERJ
		<ul style="list-style-type: none"> Ação social de acesso à documentação civil básica realizada Atendimento realizado à população em situação de rua Atendimento realizado por unidade de atendimento ao público Cidadão em situação de pobreza beneficiado Pessoa em vulnerabilidade socioeconômica atendida Vaga em unidade de acolhimento institucional ofertada 	FLXIII
		<ul style="list-style-type: none"> Ação social de acesso à documentação civil básica realizada Aluguel social concedido Cartão Recomeçar entregue Núcleo temporário de atendimento social implantado Pessoa em vulnerabilidade socioeconômica atendida Unidade de atendimento implantada 	SEDSODH
		<ul style="list-style-type: none"> Pessoa assistida pelo projeto de melhoria da qualidade de vida e direitos civis Pessoa em vulnerabilidade socioeconômica atendida 	SEGOV
Inclusão socioprodutiva	Ampliação da oferta de capacitação profissional, empreendedora e cooperativista, considerando o perfil sociofamiliar	<ul style="list-style-type: none"> Vaga em curso profissionalizante oferecida Vaga no Programa Jovem Aprendiz ofertada 	DEGASE
		<ul style="list-style-type: none"> Apenado qualificado/capacitado apto ao empreendedorismo 	FSCABRINI
		<ul style="list-style-type: none"> Trabalhador qualificado 	SETRAB
	Aumento da área reflorestada no estado	<ul style="list-style-type: none"> Agricultor inserido em Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS) 	EMATER
		<ul style="list-style-type: none"> Projeto Ambiente Jovem implantado 	SEAS
	Aumento da inserção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no mercado formal de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> Agricultor familiar inserido no mercado institucional Agricultor inserido em Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS) Documento emitido para o agricultor, sua família e organização Organização da agricultura familiar inserida no mercado institucional 	EMATER
		<ul style="list-style-type: none"> Projeto de autonomia econômica da mulher realizado Projeto de inclusão social produtiva da mulher realizado 	SEM
		<ul style="list-style-type: none"> Iniciativa de economia solidária apoiada Unidade pública de economia solidária implantada Trabalhador encaminhado para o mercado de trabalho 	SETRAB
	Aumento da oferta de capacitação e extensão destinadas à produção rural e pesqueira e fortalecimento da educação rural	<ul style="list-style-type: none"> Produtor e pescador artesanal assistido 	EMATER
		<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola realizada Atendimento ao pescador e aqüicultor realizado Curso e palestra na área de pesca e aqüicultura realizado 	FIPERJ

* A associação apresentada neste Anexo é fruto de trabalho interno, ainda pendente da validação final dos órgãos.

Inclusão socioprodutiva	Aumento da oferta de capacitação e extensão destinadas à produção rural e pesqueira e fortalecimento da educação rural	• Assistência técnica e extensão rural realizada	ITERJ
		• Produtor capacitado em produção agroecológica e orgânica • Produtor capacitado em técnicas agropecuárias e comercialização • Técnico capacitado	SEAPPA
	Elevação dos anos de estudo e letramento digital da população jovem e adulta	• Vaga de EJA oferecida	CECERJ
		• Jovem adulto atendido na alfabetização • Vaga de EJA oferecida	SEEDUC
Superação da Pobreza Intergeracional	Aumento da cobertura e da qualidade da Atenção Primária à Saúde	• Atividade de promoção à saúde realizada	SEGOV
		• Benefício concedido para paciente com tuberculose • Método contraceptivo de longa duração distribuído • Recém-nascido de mãe portadora de HIV atendido com fórmula Láctea • Teste de triagem neonatal realizado • Teste rápido de detecção de doença distribuído • Criança atendida com suplementação de vitamina A	SES
	Aumento da proficiência em matemática, língua portuguesa e letramento digital	• Unidade escolar implantada • Vaga em escola de tempo integral ofertada • Vaga na Educação Básica diurna ofertada • Vaga na Educação Básica noturna ofertada	SEEDUC
	Redução do abandono escolar	• Aluno atendido pelo reforço escolar • Vaga de qualificação oferecida	FAETEC
		• Merenda escolar fornecida • Transporte escolar complementar ofertado • Transporte escolar urbano ofertado • Unidade escolar atendida com reforço escolar • Unidade escolar com atendimento na correção de fluxo • Vaga na Educação Básica noturna ofertada	SEEDUC
	Redução do déficit habitacional	• Localidade urbanizada ou atendida com infraestrutura • Reforma, adequação e melhoria habitacional realizada • Unidade habitacional construída	SEHIS

Missão 02 – Segurança alimentar e nutricional da população fluminense			
Diretiva	Objetivo específico	Produto	Órgão
Acesso à alimentação adequada e superação da insegurança alimentar e nutricional	Aumento percentual do consumo de alimentos frescos pela população fluminense	<ul style="list-style-type: none"> Alimento doado para bancos de alimentos Hortifrutigranjeiro comercializado 	CEASA
		Refeição fornecida	DEGASE
	Ampliação do acesso a alimentos saudáveis em equipamentos públicos e em programas voltados à segurança alimentar e nutricional (SAN)	<ul style="list-style-type: none"> Lanche servido Refeição fornecida 	FAETEC
		Refeição fornecida	SEAP
		<ul style="list-style-type: none"> Equipamento Público de Segurança Alimentar e Nutricional implantado Gênero alimentício fornecido Refeição fornecida 	SEDSODH
		Merenda escolar fornecida	SEEDUC
		Restaurante popular construído	SEIOP
		Refeição fornecida	UENF
		Restaurante Universitário implantado	UERJ
Produção e abastecimento de alimentos de qualidade com sustentabilidade ambiental e fortalecimento da agricultura familiar	Aumento da produção da agricultura familiar fluminense	<ul style="list-style-type: none"> Agricultor familiar inserido no mercado institucional Agricultor inserido em Circuitos Curtos de Comercialização - CCC Organização da agricultura familiar inserida no mercado institucional Produtor e pescador artesanal assistido 	EMATER
		Assistência técnica e extensão rural realizada	ITERJ
		<ul style="list-style-type: none"> Manejo de fertilidade de solos implantado Sistema de produção de grãos implantado Tecnologia para os sistemas de produção de tubérculos e raízes gerada Tecnologia para produção e manejo alimentar animal adaptada Tecnologia para sistemas de produção de frutas adaptada 	PESAGRO
		<ul style="list-style-type: none"> Produtor capacitado em técnicas agropecuárias e comercialização Produtor orgânico ou em transição agroecológica apoiado 	SEAPPA
	Aumento da produção de pescado no estado	<ul style="list-style-type: none"> Assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola realizada Atendimento ao pescador e aqüicultor realizado Forma jovem de organismo aquático fornecida 	FIPERJ
	Aumento do número de agricultores familiares inseridos em Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS)	<ul style="list-style-type: none"> Agricultor familiar inserido no mercado institucional Agricultor inserido em Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS) Organização da agricultura familiar inserida no mercado institucional 	EMATER
		<ul style="list-style-type: none"> Bioinsumo e biofertilizante produzido Produtor orgânico ou em transição agroecológica apoiado Sistema Agroflorestal implantado Sistema de integração lavoura, pecuária, floresta implantado 	PESAGRO
		<ul style="list-style-type: none"> Produtor capacitado em produção agroecológica e orgânica Produtor orgânico ou em transição agroecológica apoiado 	SEAPPA

Missão 3 – Segurança hídrica do território fluminense			
Diretiva	Objetivo específico	Produto	Órgão
Acesso à água	Aumento da eficiência na distribuição de água	• Sistema de abastecimento de água ampliado	CEDAE
	Aumento da produção de água	• Estação de tratamento de água construída • Sistema de tratamento de água recuperado	
Despoluição dos corpos d'água	Aumento do percentual de domicílios atendidos pela rede de esgoto	• Saneamento básico em aglomerados rurais isolados e áreas quilombolas implantado • Saneamento básico em áreas irregulares implantado • Sistema Coletor Tronco Faria – Timbó implantado • Sistema de saneamento de Alcântara implantado • Sistema de Saneamento implantado - Parque Roquete Pinto	UEPSAM
		• Sistema de esgotamento sanitário ampliado	CEDAE
	Aumento percentual do esgoto tratado	• Obra de saneamento básico realizada	INEA
		• Sistema de coleta e tratamento de esgoto implantado • Sistema de saneamento básico implantado - Bairro São Francisco • Sistema de Saneamento de Itaboraí implantado • Sistema de Saneamento de Maricá implantado	SEAS
	Aumento da qualidade da água nos corpos hídricos	• Ação de revitalização e recuperação ambiental de corpos hídricos realizada • Emergência ambiental com produtos perigosos atendida • Refirada de lixo flutuante realizada	INEA
		• Sistema de proteção de nascentes implantado	PESAGRO

Missão 4 – Descarbonização do Estado do Rio de Janeiro			
Diretiva	Objetivo específico	Produto	Órgão
Conservação de Recursos Naturais	Aumento da área reforestada no estado	<ul style="list-style-type: none"> Área recuperada, restaurada e preservada com cobertura vegetal permanente 	EMATER
		<ul style="list-style-type: none"> Muda nativa de Mata Atlântica produzida Unidade de Conservação criada 	INEA
		<ul style="list-style-type: none"> Muda florestal de mata nativa disponibilizada 	PESAGRO
		<ul style="list-style-type: none"> Projeto e modelagem para produção de crédito de carbono realizado (PMS) 	RIOME-TROPOLE
		<ul style="list-style-type: none"> Ação de conservação da biodiversidade implantada Ação de conservação e recuperação da mata atlântica elaborada Ação de manejo e uso sustentável nas unidades de conservação implantada Área contratada por Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) Área restaurada por meio do Programa Florestas do Amanhã Cobertura florestal para combate aos crimes ambientais monitorada Unidade de Conservação Municipal implementada 	SEAS
		<ul style="list-style-type: none"> Crédito de Carbono e Outros Ativos Sustentáveis certificado 	SEPLAG
Transição Energética	Ampliação da participação de energias de fontes renováveis na matriz energética do estado	<ul style="list-style-type: none"> Empreendimento do setor energético e naval apoiado Polo de desenvolvimento energético implantado 	SEENEMAR
	Redução das emissões de CO2 pela queima de combustíveis fósseis no território fluminense	<ul style="list-style-type: none"> Aferição de chaminé de atividade licenciada realizada Inspeção veicular vinculada ao PROCON Fumaça Preta realizada 	INEA
		<ul style="list-style-type: none"> Melhoria no sistema ferroviário implantada Via férrea implantada 	SETRAM

Missão 5 – Redução do impacto dos resíduos sólidos			
Diretiva	Objetivo específico	Produto	Órgão
Economia Circular e Logística Reversa	Aumento da recuperação de materiais (reuso/reciclagem)	• Polo de reciclagem construído	SEAS
		• Hub de economia circular implantado	SEDEICS
	Aumento do aproveitamento energético dos resíduos	• Usina de recuperação energética implantada	AGENERSA
Gestão de Resíduos	Garantia da destinação ambientalmente adequada dos RSU	• Projeto e modelagem de Gestão Integrada Resíduos Sólidos Urbanos realizado (PMS)	RIOME-TROPOLE
		• Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbano realizado	SEAS

Missão 6 – Vantagem competitiva associada à economia do conhecimento			
Diretiva	Objetivo específico	Produto	Órgão
Empreendedorismo de base científica e tecnológica	Redução da taxa de mortalidade das startups criadas no estado	<ul style="list-style-type: none"> Centro de Iniciação Científica implantado Centro Integrado de Pesquisa implantado 	FAETEC
		<ul style="list-style-type: none"> Auxílio à criação de empresa inovadora concedido Projeto de economia criativa-Start UP financiado 	FAPERJ
		<ul style="list-style-type: none"> Centro de referência em fertilizante implantado 	SEDEICS
		<ul style="list-style-type: none"> Bolsa empresa júnior concedida (pesquisador) 	UERJ
Inovação em pequenas e médias empresas	Ampliação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	<ul style="list-style-type: none"> Arranjo Produtivo Local apoiado 	DRM
		<ul style="list-style-type: none"> Arranjo Produtivo Local apoiado 	SEDEICS
	Aumento da taxa de inovação e do ICE do estado	<ul style="list-style-type: none"> Auxílio a mobilidade internacional concedido Auxílio à pesquisa científica concedido Auxílio a projeto de interação universidade/empresa concedido 	FAPERJ
		<ul style="list-style-type: none"> Polo virtual de inovação implantado Polo, parque e cluster tecnológico apoiado Projeto de inovação tecnicamente apoiado Rede de Inovação criada Estratégia estadual de ciência, tecnologia e inovação realizado 	SECTI
		<ul style="list-style-type: none"> Polo de fomento à inovação e à indústria criativa implantado 	SEDEICS
		<ul style="list-style-type: none"> Nova patente registrada 	UENF
		<ul style="list-style-type: none"> Bolsa de desenvolvimento tecnológico concedida (UDT) 	UERJ
	Aumento da oferta de capacitação empreendedora	<ul style="list-style-type: none"> Jovem empreendedor capacitado 	JUCERJA
		<ul style="list-style-type: none"> Empreendedor capacitado 	SECTI
		<ul style="list-style-type: none"> Capacitação empresarial realizada Mulher empreendedora capacitada 	SEDEICS
	Redução da taxa de mortalidade das pequenas e médias empresas criadas no estado	<ul style="list-style-type: none"> Auxílio a projeto de inovação em pequena e média empresa concedido 	FAPERJ
		<ul style="list-style-type: none"> Assessoria técnica a empresa realizada 	SECTI
		<ul style="list-style-type: none"> Pequeno empreendedor apoiado 	SEDEICS
Inovação impulsionada por setores dinâmicos e estabelecidos e grandes empresas	Ampliação da participação de energias de fontes renováveis na matriz energética do estado	<ul style="list-style-type: none"> Energia renovável implantada 	FAETEC
		<ul style="list-style-type: none"> Energia renovável e sustentável implementada 	SECTI
		<ul style="list-style-type: none"> Centro operacional de gerenciamento de riscos e ativos implantado Empreendimento do setor energético e naval apoiado Polo de desenvolvimento energético implantado 	SEENEMAR

Missão 7 – Ampliação e desconcentração territorial das oportunidades de trabalho e emprego no estado do Rio de Janeiro			
Diretiva	Objetivo específico	Produto	Órgão
Desenvolvimento a partir das potencialidades e dinâmicas locais/regionais estabelecidas	Ampliação do número de marcas relacionadas à produção local	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação de artesão realizada 	SETUR
	Aumento da empregabilidade e da população local	<ul style="list-style-type: none"> Empresa financiada Microempreendedor financiado 	AGERIO
		<ul style="list-style-type: none"> Benefício fiscal concedido Condomínio industrial construído Empresa instalada no Distrito Industrial 	CODIN
		<ul style="list-style-type: none"> Arranjo Produtivo Local apoiado 	DRM
		<ul style="list-style-type: none"> Atividade cultural realizada Fazedor de Cultura premiado Projeto cultural beneficiado com edital de fomento Projeto cultural fomentado Projeto de empreendedorismo financiado 	SECEC
		<ul style="list-style-type: none"> Área econômica geradora de emprego e renda estruturada 	SEDEICS
		<ul style="list-style-type: none"> Aluno com certificação profissional concedida 	SEEDUC
		<ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura de desenvolvimento da economia do mar implantada 	SEENEMAR
		<ul style="list-style-type: none"> Trabalhador alocado no mercado de trabalho Vaga de trabalho ofertada 	SETRAB
		<ul style="list-style-type: none"> Capacitação de artesão realizada Consultoria/visita técnica realizada 	SETUR
	Aumento da taxa de inovação do estado	<ul style="list-style-type: none"> Polo, parque e cluster tecnológico apoiado Rede de inovação criada 	SECTI
		<ul style="list-style-type: none"> Polo de fomento à inovação e à indústria criativa implantado 	SEDEICS
	Aumento de oferta de capacitação empreendedora	<ul style="list-style-type: none"> Jovem empreendedor capacitado 	JUCERJA
		<ul style="list-style-type: none"> Bolsa-auxílio concedida Empreendedor capacitado 	SECEC
		<ul style="list-style-type: none"> Empreendedor capacitado 	SECTI
		<ul style="list-style-type: none"> Capacitação empresarial realizada Mulher empreendedora capacitada 	SEDEICS
	Aumento do número de empregos ligados à cadeia agropecuária e pesqueira	<ul style="list-style-type: none"> Agricultor familiar inserido no mercado institucional Agricultor inserido em Circuitos Curtos de Comercialização Organização da agricultura familiar inserida no mercado institucional 	EMATER
		<ul style="list-style-type: none"> Documento para acesso à políticas públicas emitido ao pescador e aqüicultor Forma jovem de organismo aqüático fornecida 	FIPERJ
		<ul style="list-style-type: none"> Agroindústria inserida no mercado formal Estrada vicinal recuperada Produtor capacitado em técnicas agropecuárias e comercialização Projeto agropecuário financiado Projeto de Cadeias Produtivas apoiado 	SEAPPA
		<ul style="list-style-type: none"> Nova agroindústria implantada 	SEDEICS
		<ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura de desenvolvimento da economia do mar implantada 	SEENEMAR
		<ul style="list-style-type: none"> Empresa nova instalada 	DRM
	Formalização das empresas e cooperativas	<ul style="list-style-type: none"> Pequeno empreendedor apoiado 	SEDEICS
		<ul style="list-style-type: none"> Consultoria/visita técnica realizada 	SETUR

Missão 8 – Economias urbanas fortes e cidades socioambientalmente inclusivas			
Diretiva	Objetivo específico	Produto	Órgão
Acesso a oportunidades econômicas e sociais	Aumento da oferta de equipamentos sociais, culturais e de esporte e lazer	• Unidade do Theatro Municipal implantada	FTMRJ
		• Equipamento cultural implantado • Unidade de cultura ampliada	FUNARJ
		• Cinema implantado • Novo MIS implantado • Patrimônio Cultural promovido • Ponto de Cultura realizado • Unidade de Cultura modernizada • Museu adaptado com acessibilidade	SECEC
		• Equipamento esportivo implantado • Equipamento esportivo reformado	SEEL
		• Centro de Referência da Juventude implantado • Centro de referência da pessoa idosa implantado • Polo de atividades físicas, laborais e culturais implementado	SEIJES
		• Restaurante popular construído • Unidade escolar implantada • Ciclovia construída • Equipamento esportivo implantado • Equipamento esportivo reformado • Pista de caminhada construída • Praça construída • Praça reformada	SEIOP
		• Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (NIAM) implantado	SEPOL
	Aumento da oferta de vagas de qualificação profissional	• Vaga em curso profissionalizante oferecida • Vaga no Programa Jovem Aprendiz ofertada	DEGASE
		• Curso de capacitação e qualificação profissional ofertado	SEIJES
		• Trabalhador qualificado • Trabalhador certificado	SETRAB
	Aumento do IDEB do Ensino Fundamental e Médio	• Unidade escolar atendida com reforço escolar	SEEDUC
	Redução da distância entre o domicílio e pontos de embarque de transporte público	• Ramal reativado • Sistema de teleférico reativado	CENTRAL
		• Estação São João implantada • Linha Gávea - Uruguai implantada	RIOTRI-LHOS
		• Centro Integrado de Mobilidade Urbana - CIMU implantado • Linha 4 - Estação da Gávea implantada • Metro Leve implantado • Via férrea implantada	SETRAM
		• Sistema de Bondes de Santa Teresa reestruturado	CENTRAL
	Redução do tempo de deslocamento casa-trabalho	• Linha Estácio - Praça XV implantada • Linha Jardim Oceânico - Alvorada implantada	RIOTRI-LHOS
		• Obra de mobilidade urbana implementada	SEIOP
		• BRT implantado • Corredor BRS implantado • Melhoria no sistema ferroviário implantada • Transporte orientado implantado • Via urbana construída	SETRAM
Saúde e Qualidade de Vida	Adequação dos índices de qualidade ambiental urbana (uso do solo, qualidade do ar, cobertura vegetal)	• Aferição de chaminé de atividade licenciada realizada • Ecoparque construído • Inspeção veicular vinculada ao PROCON Fumaça Preta realizada	INEA

Saúde e Qualidade de Vida	Adequação dos índices de qualidade ambiental urbana (uso do solo, qualidade do ar, cobertura vegetal)	<ul style="list-style-type: none"> Área degradada recuperada Corredor Ecológico criado Projeto Ambiente Jovem implantado 	SEAS
	Aumento da cobertura e da qualidade da Atenção Primária e Hospitalar à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Atendimento médico realizado Atendimento móvel realizado Consulta ambulatorial realizada Exame realizado no Centro de Diagnóstico por Imagem Saída obstétrica efetivada 	FSERJ
		<ul style="list-style-type: none"> Polo de reabilitação implementado 	SEIJES
		<ul style="list-style-type: none"> Unidade de saúde construída 	SEIOP
		<ul style="list-style-type: none"> Criança atendida em Leito de UTI contratado Método contraceptivo de longa duração distribuído Procedimento ambulatorial realizado Sessão de diálise realizada Teste rápido de detecção de doença distribuído Unidade de saúde construída Recém-nascido atendido em Leito de UTI neonatal contratado Teste de triagem neonatal realizado Atendimento móvel de urgência realizado 	SES
	Redução do déficit habitacional	<ul style="list-style-type: none"> Bloco habitacional reformado Imóvel regularizado Unidade habitacional construída 	CEHAB-RJ
		<ul style="list-style-type: none"> Título de posse/propriedade emitido Unidade habitacional construída/reformada 	ITERJ
		<ul style="list-style-type: none"> Conjunto habitacional reformado Família beneficiada com Regularização Fundiária de Interesse Social Reforma, adequação e melhoria habitacional realizada Subsídio habitacional concedido Unidade habitacional construída 	SEHIS
	Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Equipamento urbano público construído/reformado Habitação de interesse social atendida com infraestrutura Pavimentação de via urbana realizada 	CEHAB-RJ
		<ul style="list-style-type: none"> Equipamento urbano público construído/reformado Logradouro urbanizado Rede de iluminação pública ampliada Via urbana pavimentada 	DER-RJ
		<ul style="list-style-type: none"> Obra de drenagem e pavimentação realizada 	INEA
		<ul style="list-style-type: none"> Intervenção em infraestrutura realizada em assentamento 	ITERJ
		<ul style="list-style-type: none"> Sistema de saneamento básico implantado - Bairro São Francisco 	SEAS
		<ul style="list-style-type: none"> Localidade atendida com infraestrutura 	SECID
		<ul style="list-style-type: none"> Localidade urbanizada ou atendida com infraestrutura Via Vicinal mantida 	SEHIS
		<ul style="list-style-type: none"> Localidade urbanizada ou atendida com infraestrutura 	SEIOP
	Melhoria da prevenção e das respostas relacionadas aos eventos climáticos	<ul style="list-style-type: none"> Obra de contenção de encosta realizada 	DER-RJ
		<ul style="list-style-type: none"> Capacitação sobre risco geológico realizada Cartografia de risco de escorregamento realizada 	DRM
		<ul style="list-style-type: none"> Ação de calamidade e emergência realizada 	FLXIII

Segurança	Melhoria da prevenção e das respostas relacionadas aos eventos climáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Ação de revitalização e recuperação ambiental de corpos hídricos realizada • Drenagem realizada - Limpa Rio • Indenização concedida • Município apoiado na recuperação em desastres • Obra para mitigação de inundações implantada • Trabalho socioambiental de obras para Mitigação de Inundações realizado 	INEA
		<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos municípios para ações de adaptação climática realizada • Mapa de área de risco à inundação entregue • Monitoramento e detecção de áreas afetadas por inundações implantado • Programa estadual de mudanças climáticas implementado 	SEAS
		<ul style="list-style-type: none"> • Alerta geológico para desastres emitido • Alerta hidrológico para desastres emitido • Assessoria técnica aos municípios realizada • Atendimento pré-hospitalar realizado • Entrega de material de assistência humanitária realizado • Evento de salvamento realizado • Integrante do SIEPDEC capacitado • Município apoiado na resposta a desastres 	SEDEC
		<ul style="list-style-type: none"> • Aluguel social concedido • Atendimento em situação de calamidade realizado • Cartão Recomeçar entregue 	SEDSODH
		<ul style="list-style-type: none"> • Localidade atendida em situação de catástrofe • Obra de contenção de encosta realizada 	SEHIS

Secretaria de
Planejamento
e Gestão



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO